



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Giulianna Bueno Denari

“Batom na caveira”: um estudo sobre as mulheres na Polícia
Militar do Estado de São Paulo

São Carlos
2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Giulianna Bueno Denari

“Batom na caveira”: um estudo sobre as mulheres na Polícia
Militar do Estado de São Paulo

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
da Universidade Federal de São Carlos
como parte dos requisitos necessários
para
a obtenção do título de mestre em
sociologia.

Orientadora:
Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto
(PPGS/UFSCar)

São Carlos
2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D391b Denari, Giulianna Bueno
"Batom na caveira" : um estudo sobre as mulheres na
Polícia Militar do Estado de São Paulo / Giulianna
Bueno Denari. -- São Carlos : UFSCar, 2016.
116 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de
São Carlos, 2016.

1. Polícia militar. 2. Segurança pública. 3.
Controle do crime. 4. Gênero e trabalho. 5. São
Paulo. I. Título.



Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Giulianna Bueno Denari, realizada em 09/06/2016:

Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto
UFSCar

Profa. Dra. Rochele Fellini Fachineto
UFRGS

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima
UFSCar

*Aos meus pais e irmãos
e ao Mateus, meu amigo, meu companheiro, meu marido.*

Essa conquista é nossa!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por cada dia vivenciado na experiência da pós-graduação e toda oportunidade oferecida ao longo de minha vida. À Maria, por ter me ensinado a graça da força e maturidade para trilhar esse caminho.

Aos meus pais, Vani e Marcelo e meus irmãos, Gustavo e Gabriela. Cada momento de angústia, alegrias, nervosismo pelos quais passei nesses últimos dois anos, mais ainda na reta final, foram confortados por vocês. Obrigada pelas orações, pelos abraços, compreensão e sacrifícios.

Ao Mateus. Meu namorado desde sempre, meu marido para sempre. Obrigada por ser meu companheiro e amigo, dividir cada momento de tristeza e euforia. Esse trajeto seria impensável sem você. Foram meses difíceis e ainda assim, os melhores que poderíamos ter. Obrigada pela compreensão e lutas compartilhadas, você sabe o quanto eu amo você!

À minha orientadora, professora doutora Jacqueline Sinhoretto. Pelas oportunidades de aprendizados cotidianos, profissionais e pessoais. Pelos exemplos de dedicação em pesquisa e docência que levarei para a vida. Também aos colegas do GEVAC, pela generosidade em compartilhar, pelas discussões e pelas leituras. Foram três anos nesse trajeto e o agradecimento fica a todos. Em especial Bruno Joly, Helton Dantas, Henrique Macedo, Jéssica Maia, Juliana Tonche, Marcio Bonesso e Natália Melo.

Yasmin Lucita Miranda e Amanda Martins, as mais gratas surpresas de encontrar nesse caminho. Obrigada imensamente pelas conversas, pela torcida, pelo apoio, pelo aprendizado. Somos pessoas muito diferentes e crescemos muito juntas. É um privilégio dividir essa história com vocês!

Tive a sorte e felicidade de encontrar muitas pessoas generosas e incríveis na Universidade Federal de São Carlos. Pelos quatro anos de graduação, Priscila Paladini, Luís Silva, Raquel Luchesi, Mariana Seno, Letícia Fragalle e Ana Carina Sabadin, quantas lembranças ótimas! Pelos dois anos de mestrado, Raíza Campregher, Jéssica Cardoso, Gregório Zambon e Tarcísio Perdigão, que encontro!

Aos colegas do grupo de pesquisa GETM, Aline Pires, Roberto Pina, Felipe Rangel e Dani Oliveira. Agradeço muito por compartilharem seus espaços e momentos comigo, por terem me acolhido tão bem e dividido leituras e risadas.

Aos professores e funcionários do PPGS, por terem proporcionado um ambiente de aprendizado e de boa convivência.

Agradeço ao professor Jacob Carlos Lima e à professora Rochele Fachinetto, pela participação em minha banca de qualificação, pela leitura atenta, pelas sugestões em um texto ainda em construção. Agradeço por terem aceitado participar também da defesa e finalizar essa passagem.

Aos queridos amigos que encontrei fora do ambiente acadêmico, que sempre me acolheram e dividiram as mais alegres lembranças. Elias Paiva, Juliana Tamara, Giorgio Morbioli e Jéssica Albuquerque. Que nossos laços só se fortaleçam, obrigada por tudo, seus lindos!

À CAPES, que possibilitou os meios financeiros sem os quais esta pesquisa não teria acontecido.

Às policiais e aos policiais que generosamente dividiram seus horários apertados em suas rotinas, suas vivências, experiências e anseios. Encontrei algumas barreiras, mas muitos caminhos a seguir, agradeço à cada uma e cada um pelas horas de conversa.

À UFSCar, por esses já seis anos de vivência. Mudei e cresci muito aqui.

Até mesmo a menor das criaturas pode mudar o rumo do mundo.

J.R.R. Tolkien

Resumo

A presente pesquisa de mestrado teve como principal objetivo compreender e analisar os padrões de policiamento da instituição face aos processos de transformação do trabalho feminino na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP). Os objetivos secundários foram compreender os discursos acerca da atuação das policiais militares na PMESP, compreender a percepção destas sobre sua própria atuação e analisar os conflitos que as diferenças de gênero ocasionam nas diversas esferas que compõe a instituição. Para cumprir tais objetivos foram realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade com policiais militares (homens e mulheres) da instituição paulista de diversas patentes e funções. Desta forma parte considerável da pesquisa foi estruturada a partir da análise das experiências e trajetórias profissionais de *policiais femininos*, de diferentes gerações. Também foram reunidos textos de imprensa que trazem a imagem e atuação de mulheres na PMESP, buscando entender as representações que envolvem a imagem da mulher na instituição, a partir de análise documental. A pesquisa teve como principais achados o processo de transformação do próprio trabalho de polícia, a partir da análise do trabalho feminino ao longo dos anos. O policiamento ostensivo, voltado ao combate ao crime (principalmente crimes contra o patrimônio), deixa de ser exclusividade do trabalho masculino e passa a ser o foco de atuação da polícia como um todo. Pudemos também destacar como resultado as diferenças e disputas acerca do “verdadeiro trabalho de polícia”, no qual o trabalho “de rua” tem mais reconhecimento que o trabalho “administrativo”. Por fim, acerca dos discursos sobre o feminino, destacamos as mudanças em olhar o trabalho das *policiais femininos* sob a ótica do cuidado, para a concepção da *policia* *guerreira* e por fim, a tendência discursiva em apagar as diferenças e classificar todos enquanto *policiais*.

Palavras-chave: polícia militar; segurança pública; controle do crime; gênero e trabalho; São Paulo.

Abstract

This master's research aimed to understand and analyze the ways of policing the institution face to female labor transformation processes in the Police of São Paulo State Military (PMESP). The secondary objectives were to understand the discourses of the military police operations in PMESP, understanding the perception of these on their own performance and analyze the conflicts that gender differences causes in the various spheres that compose the institution. To accomplish these objectives we conducted qualitative interviews semi structured with military police officers (men and women) from the state institution of several patents and functions. Thus considerable part of the research was structured based on the analysis of experiences and professional female police trajectories of different generations. Also they were gathered press texts that bring the image and role of women in PMESP, seeking to understand the representations involving the image of women in the institution, using document analysis. The research had as main findings the process of transformation of own police work, from the analysis of female labor over the years. The ostensible policing, aimed at combating crime (especially crimes against property), no longer exclusively male work and becomes the focus of police activities as a whole. We could also point out as a result of the differences and disputes about the "real police work" in which the work "street" is more recognition that the "administrative work ". Finally, about the discourse on women, we highlight the changes to look the work of *female police officers* from the perspective of care for the design of the *warrior police* and finally the discursive tendency to erase the differences and classify all while *police*.

Keywords: military police; public security; crime control; gender and work; Sao Paulo.

Lista de Figuras

Figura 1 - Hierarquia da PMESP.....	43
Figura 2 - Organograma da PMESP.....	44
Figura 3 - Automóvel utilizado pelo policiamento feminino em São Paulo.	50
Figura 4 - Publicação comemorativa da formatura da primeira turma de mulheres policiais.....	50
Figura 5 - Publicação sobre as primeiras mulheres policiais, incentivando novas ingressantes.....	51
Figura 6 - Momento solene com as policiais em formação.....	51
Figura 7 - Momento de abordagem realizada pelos policiais femininos no modelo "Romeu e Julieta".	53
Figura 8 - Registro do policiamento "Romeu e Julieta".	54
Figura 9 - Mural publicado como incentivo ao policiamento feminino em São Paulo. .	55
Figura 10 - Imagem que circulava ao final dos ofícios dos Batalhões Femininos.	55
Figura 11 - Registro de policiamento feminino cotidiano.....	56
Figura 12 - Reportagem sobre a atuação feminina na PMESP.....	70
Figura 13 - Reportagem sobre a presença feminina na PMESP.....	70
Figura 14 - Capa da revista Segurança Policial na edição em homenagem às policiais.	73
Figura 15 - Imagem de duas representações emblemáticas.....	74
Figura 16 - Divulgação da formatura de soldados de 2ª classe da PMESP em 2014.	76
Figura 17 - Divulgação da formatura de soldados da PMESP em 2012.	76
Figura 18 - Anúncio convidando mulheres a ingressarem na PM.....	87
Figura 19 - Reportagem sobre atuação feminina crescente na década de 1990.	89
Figura 20 - Imagem de reportagem exaltando o cuidado das policiais para com a população.....	90
Figura 21 - Imagem retirada de jornal de uma policial amamentando uma criança encontrada nas ruas.....	90
Figura 22 - Música em homenagem ao policiamento feminino.	91
Figura 23 - Imagem comemorativa da PMESP para a época do Natal.	92
Figura 24 - Trabalho cotidiano de um policial feminino.....	97
Figura 25 - Trabalho do policiamento feminino.....	97

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Informações das/os entrevistadas/os.	27
Tabela 2 - Efetivo PMESP, por gênero.	57
Tabela 3 - Efetivo feminino e masculino da PMESP, segundo patente ou graduação por ano.	58

Lista de siglas e abreviaturas

APMBB – Academia de Polícia Militar do Barro Branco.

BPFem – Batalhão de Policiamento Feminino.

CB – Corpo de Bombeiros.

CEP – Comitês de Ética em Pesquisa.

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

CFPol – Corpo Feminino de Policiamento.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

GEVAC – Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos.

GM – Guarda Municipal.

NEOP - Núcleo de Estudos em Organizações e Pessoas.

PC – Polícia Civil.

PC/P – Polícia Científica e Perícia.

PF – Polícia Federal.

PM – Polícia Militar.

PMESP – Polícia Militar do Estado de São Paulo.

PRF – Polícia Rodoviária Federal.

QOPM - Quadro de Oficiais Policiais Militares.

QOPFM - Quadro de Oficiais Policiais Femininos Militares.

ROTA – Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar.

Sumário

1 Introdução.....	13
2 Discussão metodológica	17
2.1 Descrição do campo.....	27
3 Policiamento paulista: construção social da PMESP	32
3.1 Do macro ao micro: estudos pioneiros sobre polícia.....	32
3.2 Consolidação da Força Pública e formação do CFPol: primeiros passos para a PMESP.....	37
3.3 Discursos policiais: uma questão de gênero?.....	59
4 Textos e contextos das mulheres nas Forças Armadas e Policiais	78
4.1 Mulheres em instituições militares e policiais	78
4.2 Estudos sobre profissão, trabalho e gênero.....	83
5 Considerações finais.....	107
Bibliografia.....	110
Apêndice.....	115

1 Introdução

O objetivo central desta pesquisa consistiu em compreender as formas de policiamento da PMESP face às transformações do trabalho das *policiais femininas* da instituição. Os objetivos secundários desta pesquisa foram: compreender os discursos acerca da atuação das policiais militares na PMESP; a percepção destas sobre sua própria atuação; analisar os conflitos que as diferenças de gênero ocasionam nas diversas esferas que compõe a instituição; compreender como se dá a construção da carreira de um *policia feminino*, no quadro de praças e de oficiais; analisar a percepção do *policia feminino* acerca da hierarquia militar, buscando entender quais desafios e como estes foram administrados para adequação à disciplina militar; descrever os conflitos internos sobre a questão de gênero na instituição policial; e como são construídas as representações do trabalho do *policia feminino* pelo público.

A metodologia da pesquisa realizada foi qualitativa. A principal técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada, realizada com base em um tópico guia (que se encontra no Apêndice) conforme proposto por Gaskell (2003). Este que não é um roteiro de entrevista propriamente dito, mas um guia com perguntas e tópicos de interesse a serem abordados durante a entrevista. A possibilidade de adaptação que o tópico guia proporciona foi o que motivou a escolha em utilizá-lo e pudemos assim, aproveitar as ênfases e aspectos apontados pelas interlocutoras e interlocutores durante as entrevistas para construir novas questões e utilizá-las nas entrevistas subsequentes. Uma vez realizadas, as entrevistas foram transcritas e então categorizadas de acordo com os objetivos propostos na pesquisa. Como técnicas secundárias de pesquisa, utilizamos a análise de documentos (reportagens, ofícios e imagens) disponibilizados pelo Museu da PMESP e imagens disponíveis nas páginas de exaltação à figura da mulher militar nas redes sociais. Os percursos, desafios e estratégias escolhidas para a realização da presente pesquisa de mestrado estão descritos e discutidos a seguir, bem como o interesse pelo tema de estudo.

O interesse pelo tema surgiu primeiramente da temática e discussão sobre gênero, a partir das leituras de textos, palestras e vivências possibilitadas pela graduação em ciências sociais na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Ao realizar uma disciplina que discutia violência e conflitos na sociedade contemporânea, ministrada pela orientadora desta pesquisa, surgiu o interesse sobre o debate e estudos sobre polícia. No intuito de unir dois interesses de pesquisa, ao realizar o trabalho final para a

disciplina, deu-se início a orientação para a produção da monografia de conclusão de curso defendida em 2013. Na época, a base para o estudo se deu a partir de uma junção dos estudos sobre polícia e estudos sobre profissão e gênero, dando foco aos debates sobre a ideia de heroísmo (Kant de Lima, 2008) na polícia, identificando o quanto tal ideal é representado de forma diferenciada para mulheres e homens policiais (Denari, 2014).

Durante a produção da monografia de conclusão de curso, ao realizar um levantamento dos trabalhos realizados sobre gênero e polícia, constatou-se que há um campo de estudos acerca das policiais civis (principalmente delegadas), com o foco nos estudos sobre profissão e gênero (Silveira 2009, 2011, Chies, 2010), ou mesmo dando enfoque no debate sobre diferenças. Durante esse levantamento dos trabalhos desenvolvidos, estudos sobre mulheres nas forças armadas também apareceram, como Silva (2010) e Pruvost (2008).

Nesta pesquisa, os interesses iniciais estavam em ampliar a discussão sobre a temática, uma vez que os estudos sobre a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) com enfoque de gênero ainda escassos. Conta-se apenas o com trabalho de Moreira (2011), que consiste em uma abordagem histórica dos primeiros 10 anos de inserção das mulheres no policiamento paulistano e Souza (2014), que faz uma análise sociológica acerca do tornar-se policial e as representações do feminino na instituição. A proposta inicial da pesquisa foi a de realizar entrevistas qualitativas semiestruturadas com policiais de diversas patentes e vivências, buscando entender e analisar se os papéis exercidos pelos policiais dentro da PMESP ainda eram diferenciados de acordo com o gênero e, se ainda o fossem, quais setores eram privilegiados para atuação feminina e masculina. Ainda mobilizando uma literatura sobre trabalho e gênero, a discussão proposta no projeto focava a atuação das policiais e propunha investigar como os conflitos descritos e identificados na literatura eram percebidos pelas policiais de São Paulo.

Os primeiros contatos com a instituição se deram na tentativa de realizar as entrevistas e obter dados quantitativos sobre seu efetivo policial. Também iniciou-se registro de reportagens e acompanhamento das redes sociais sobre policiamento, mulheres e militares. As primeiras entrevistas foram agendadas e aconteceram a partir de contatos pessoais e contatos compartilhados pelos membros do grupo de pesquisa, GEVAC. Optando por fazer uma inserção inicial “pelas bordas”, ou seja, fazendo

contatos com policiais já reformadas/aposentadas¹, não havendo assim a necessidade de autorização formal dos comandos da PMESP. Com o intuito de realizar entrevistas exploratórias, as perguntas eram voltadas para entender a história da mulher na PMESP e o funcionamento da hierarquia militar, a partir dos relatos das *policiais femininas* entrevistadas. Apesar de já ter um acúmulo de conhecimento sobre as estruturas funcionais da hierarquia e dinâmica militares, a pesquisadora optou por realizar as primeiras entrevistas abordando tais temas e buscando entender como essas características estruturais apareciam nas falas das mulheres entrevistadas. Desta forma entende-se que a percepção de uma função, de um ofício, por mais regrado e rígido que seja, depende de características subjetivas e é apresentado de forma diferente de acordo com as vivências e *habitus* de cada sujeito.

Para reunir o material midiático, foi criado um “alerta” de notícias sobre mulheres policiais. A ferramenta funciona a partir do registro de palavras-chave que se deseja buscar, determinando quais tipos de materiais (notícias, blogs, vídeos, discussões e livros), frequência da busca, idioma e região de interesse. Os resultados são enviados para a conta de e-mail também registrada no momento da criação do chamado “alerta”. As palavras-chave escolhidas para seleção dos “alertas” foram: mulher polícia militar, polícia militar, polícia militar feminina, tropa de choque do Estado de São Paulo e tropa de choque polícia militar. As palavras-chave foram escolhidas a partir dos temas selecionados das leituras das bibliografias sobre polícia e gênero nos estados brasileiros.

De acordo com as primeiras inserções em campo, o objetivo inicial do projeto - identificar se há e principalmente quais seriam as especificidades no trabalho exercido pelos *policiais femininas* na PMESP – se mostrou improdutivo e não mais uma realidade dessas policiais. Porém, fazer pesquisa com instituições requer paciência e insistência, pois a recusa, o interdito e o silêncio são recorrentes em sua realização.

Na seção 2 também foi abordado o interesse pelo tema da pesquisa, como surgiu e por quais mudanças ele passou ao longo dos dois anos de pesquisa. Na mesma seção, foi trabalhado o envolvimento da pesquisadora com o tema, bem como os desafios, as preocupações, cuidados, opções éticas e metodológicas adotadas para a produção da pesquisa e deste texto. Foi feita uma discussão sobre a importância do anonimato das/os entrevistadas/os e como expor os dados da pesquisa, sem expor aqueles que

¹ Conforme apresentado em entrevistas, não há diferença formal entre policiais reformados e aposentados. A diferença estaria apenas na patente: oficiais, ao encerrarem suas atividades, são reformados e os praças, aposentados. Pela *estética militar*, praça ou oficial podem retomar suas atividades se necessário, em casos de “grandes distúrbios sociais”.

contribuíram para ela. O campo e as vivências da realização das entrevistas são apresentados de forma que leitor tenha um primeiro contato com o tema e a abordagem aqui trabalhadas.

Na seção 4, dividida em três subseções, o campo é abordado de forma a dialogar com uma bibliografia escolhida sobre polícia e policiamento, principalmente no estado de São Paulo. Na subseção 4.1 os estudos sobre polícia são trabalhados de forma a mostrar um pouco do histórico desses estudos, bem como trazer a discussão sobre as formas de policiamento em diferentes países e regiões, como forma de compreender os policiamentos que existiram ao longo do processo histórico da formação de São Paulo. Na subseção 4.2 a histórica e contexto histórico da formação da então Força Pública do Estado de São Paulo é traçada de forma a indicar essas diferentes formas de policiamento e principalmente, destacar a inserção, funções e papel do Corpo de Policiamento Feminino do Estado de São Paulo. Na última subseção desta parte, são abordados os discursos acerca do policiamento e da atuação policial que surgiram ao longo da produção do material de campo. Esses discursos nos ajudam na compreensão das formas de policiamento que existiram e existem, além de quais foram valorizadas e mantidas ao longo dos anos.

Na última seção antes das conclusões, dividida em suas subseções, são abordadas temáticas relacionadas com o objetivo da pesquisa. Trabalhos correlatos sobre as Forças Armadas, estudos sobre as outras polícias (Polícia Civil e Polícia Federal) dentro da temática de gênero, estudos sobre trabalho e profissões e o contexto da inserção da mulher no mercado de trabalho. A temática abordada nessa última seção segue a linha sobre em quais pontos esta pesquisa dentro da temática dos estudos de gênero, trabalho e profissões. Assuntos como preconceito, dificuldades no trabalho, obstáculos impostos e enfrentados são recorrentes nesses trabalhos e nesta pesquisa também. A diferença de abordagem se encontra na questão de destacar, a partir dos relatos ressaltados pelas próprias entrevistadas, como as elas enfrentam essas lutas pelos discursos e pelas posições no campo institucional policial. Por fim, trazemos alguns pontos conclusivos desta pesquisa, retomando os objetivos, como foram trabalhados e quais argumentos são destacados para a compreensão do que foi proposto.

2 Discussão metodológica

A organização do levantamento midiático foi relativamente simples, quando comparado aos desafios da realização das entrevistas. Os alertas foram enviados ao email durante todo o ano de 2014 e a tabulação das notícias, seus assuntos e datas foi feita na ferramenta Microsoft Excel 2010, de modo a ter acesso aos links do material, assunto, data, estado a que a notícia faz referência e a data de visualização. As imagens disponibilizadas nessas reportagens e notícias reunidas chamaram atenção por serem muito veiculadas através das redes sociais em páginas de exaltação da polícia e principalmente, as de exaltação da *mulher militar*, criadas por e para policiais.

Esses dados propiciaram a recuperação das representações da mulher como policial e militar. Essas páginas tem uma abrangência sobre assuntos das policiais e das militares; e as principais notícias acerca das mulheres em funções policiais. Como estas são muito acessadas por mulheres que atuam neste meio, ou que desejam ingressar em carreiras militares, é possível acompanhar comentários sobre as notícias e acontecimentos. Entendemos sua relevância sobre o que se busca observar, mas também possui suas limitações, principalmente quanto à temporalidade de sua existência, escolha das imagens veiculadas e a não representatividade daquelas que discordem das imagens e mensagens ali publicadas.

Foi feito também um levantamento de documentos sobre a constituição e extinção dos BPFem junto ao Museu da PMESP, que gentilmente concedeu seu espaço e material para consulta. Os documentos existentes no museu sobre o policiamento feminino são vastos e foram fotografados de acordo com as permissões concedidas por seu comandante. Basicamente composto por fotografias, documentos oficiais, revistas militares, memorandos dos BPFem e reportagens², esse material possibilitou entender os trâmites institucionais relativos aos batalhões femininos e quais funções de policiamento eram a eles designadas. Também mostrou que as policiais se preocuparam em registrar suas histórias enquanto PM, catalogando reportagens sobre suas atuações e sobre as mulheres em profissões militares e policiais no Brasil e no mundo. O material que não pôde ser fotografado foi sistematizado no caderno de campo.

Quanto às entrevistas, os desafios surgiram conforme o esperado. Seria redundante apresentar as dificuldades em estudar uma instituição militar e pública,

² Apesar do vasto acervo de reportagens de jornais e revistas, as referências desses materiais são escassas ou inexistentes. Por ser um material que foi recolhido, organizado e mantido nos próprios BPFem, tais referências não foram mantidas com rigor. Sempre que existirem serão colocadas e referenciadas no material aqui utilizado.

pesquisadores como Sá (2002), Castro (2004), Leirner (1997), Kant de Lima (2008), Bevilaqua (2003), Souza (2014), Macedo (2015) e outros já apresentaram ao longo de todos os anos de suas pesquisas os obstáculos de inserção e permanência em campo quando se estuda instituições militares. Também o quanto é difícil abordar temas como gênero nessas instituições (Ministério Público, 2013, Pesquisa Perfil, 2013, Souza, 2014, FBSP 2015). Vale destacar a reflexão feita por Henrique Macedo (2015) sobre as questões de inserção em campo, argumentando que as pesquisas contemporâneas não se limitam a ser feitas pelos “de fora” ou “de dentro” de um grupo ou instituição. A diversidade de relações que os pesquisadores possuem com o campo e objeto escolhidos para suas pesquisas, hoje, faz com que os desafios encontrados e metodologias escolhidas não possuam manuais e soluções objetivas, rápidas e aplicáveis a todo e qualquer. No texto ele demonstra a relação com o campo não era nem “de dentro”, nem “de fora”, o que demandou criatividade para lidar com as questões do campo.

Foram feitas tentativas em entrevistar policiais reformadas/aposentadas, policiais nas ruas, nos batalhões e nas companhias de polícia em diferentes cidades do Estado de São Paulo. Por ter optado acessar policiais através de caminhos indiretos, ou seja, com contatos pessoais, em batalhões, companhias e interlocutoras indicadas a partir do método da “bola de neve”, a pesquisa fluiu sem mais barreiras do que já esperado.

Muitos obstáculos foram superados, ou não existiram devido às relações sociais que foram atravessadas pelo gênero. O fato da pesquisadora ser mulher, jovem e branca, falar com mulheres e homens sobre mulheres e situações que, de alguma forma, todas compartilham, traz certa segurança e pode ser um dos motivos da receptividade em campo. Ser jovem e do interior cria uma forma de confiança e uma imagem de “não ameaça” para as/os entrevistadas/os. Talvez também por este não ser um assunto que gere conflitos à imagem pública da instituição, houve a possibilidade de discutir e apresentar para os “de fora”³. Temas como o sapato que a pesquisadora estava usando, cor das unhas, fato de usar aparelho, relacionamento afetivo e outros eram questões que apareceram em algum momento da entrevista e criava-se simpatia entre pesquisadas/os e pesquisadora. Criou-se um ambiente de pesquisa no qual a ideia de um gravador, um questionário e um sujeito que pergunta e outro que responde perde certa formalidade, tornando-se mais um momento no qual eram dois sujeitos conversando sobre a trajetória

³ Conforme Macedo (2015) há desafios compartilhados em se realizar pesquisa com a PM. O pesquisador faz uma importante discussão sobre a receptividade de pesquisadores a depender da posição social e de relações estabelecidas anteriormente com a instituição.

profissional e muitas vezes pessoal, da/o entrevistada/o. E em outros no qual a pesquisadora era a entrevistada.

O pedido de autorização da pesquisa ao Comando-Geral da PMESP não chegou a ser realizado por duas razões: a primeira foi a autorização dada pelos comandos regionais nos quais foram realizadas entrevistas. Apesar da rígida hierarquia, os comandos regionais de policiamento tem uma relativa autonomia de decisões e uma vez autorizado, não houve maiores empecilhos formais para a pesquisa. Tal autorização dos comandos regionais foi conseguida através de ofícios enviados a seus comandantes, especificando os objetivos, metodologia da pesquisa e sigilo das identidades das/os pesquisadas/os. Além disso, a cada visita em batalhões e companhias diferentes, uma entrevista era realizada com seus comandantes, que além de apresentarem um pouco do que conhecem sobre a história e percurso do policiamento feminino na instituição, colocavam suas opiniões e impressões enquanto comandantes sobre a atuação de homens e mulheres subordinados.

A segunda razão foi pela questão temporal: ao tentar acessar um dos setores da PMESP na capital, já no segundo semestre de 2014, foi pedido que houvesse a autorização do Comando-Geral para que as policiais pudessem participar da pesquisa. Ao entrar em contato com o setor responsável pela parte de comunicação social, a notícia era de que poderia levar no mínimo 6 meses para que houvesse uma resposta institucional (na ocasião, o cargo de Comandante Geral havia passado por mudanças devido às eleições, e foi informado que essa situação faria com que o pedido demorasse ainda mais para ser avaliado), inviabilizando assim o pedido pelo tempo do mestrado. Também foi realizado um pedido por meio de ofício para conhecer o quantitativo de mulheres presentes em um dos batalhões que aceitaram participar da pesquisa, mas também devido às mudanças de comando, o pedido ficou em avaliação por quase um ano, tendo sido refeito após esse tempo e não obtendo resposta, quase um ano e meio depois do primeiro ofício enviado.

Isso aponta para resistências institucionais em divulgar número e dados de seu efetivo, deixando a culpa para a longa burocracia necessária a se seguir. A importância do vínculo criado entre a pesquisadora e as entrevistadas aparece neste momento, quando a burocracia institucional barra pela temporalidade a pesquisa: regionalmente (principalmente no interior) as entrevistas aconteceram, tendo os Batalhões de Polícia Militar do Interior recebido e aceitado a pesquisa.

Os comandos regionais contatados possibilitaram que as entrevistas acontecessem nos locais de trabalho se dessem em locais reservados e fluíssem sem

muitas interrupções. Também facilitaram o acesso para que as e os policiais conhecessem a temática da pesquisa e participassem, pois como já dito, todo policial entrevistado tem uma história para contar sobre suas relações profissionais com *os policiais femininos*.

A paciência, insistência e tentativas em diversos batalhões, mesmo que longe da capital e da universidade foram as estratégias utilizadas para conseguir realizar a pesquisa apesar das negativas e silêncio em alguns setores. Também o acesso concedido pelo comandante do Museu da PMESP foi de grande importância para a compilação de imagens e documentos sobre *os policiais femininos* e como alternativa para essas negativas institucionais.

Outro momento de impedimentos burocráticos se deu não apenas por entraves da polícia, mas no próprio sistema de avaliação do comitê de ética de pesquisa. Na tentativa de realizar campo na Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB), foi feita uma visita à academia e, após o projeto ter sido encaminhado ao seu comandante, foi requisitado que houvesse o parecer positivo do comitê de ética. Esse comitê de ética requer um registro na chamada Plataforma Brasil, que

(...) é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo sistema CEP/Conep. Ela permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios – desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP e pela Conep, quando necessário – possibilitando inclusive o acompanhamento da fase de campo, o envio de relatórios parciais e dos relatórios finais das pesquisas (quando concluídas). O sistema permite, ainda, a apresentação de documentos também em meio digital, propiciando ainda à sociedade o acesso aos dados públicos de todas as pesquisas aprovadas. Pela internet é possível a todos os envolvidos o acesso, por meio de um ambiente compartilhado, às informações em conjunto, diminuindo de forma significativa o tempo de trâmite dos projetos em todo sistema CEP/CONEP⁴.

Todo o preenchimento das informações requeridas nessa plataforma faz referência principalmente às pesquisas vinculadas à área da saúde. Por exemplo, quando é requisitada a área de pertencimento da pesquisa, existe apenas a possibilidade de preenchimento na categoria “Ciências Humanas”, não existindo a opção de vínculo com a Sociologia. Quando escolhida a categoria de “Ciências Humanas” o preenchimento automaticamente se limita a poucas informações que possibilitem a explicação e justificativa da pesquisa. Feito todos os trâmites necessários para realizar a avaliação pelo comitê, a primeira barreira: a pesquisa deveria ter autorização do comandante da APMBB para fazer o pedido ao comitê. Após resolver a situação e explicar a primeira condição

⁴ Disponível em < <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf> >. Acesso em 26 março 2016.

para realização do pedido junto ao comitê, o pedido não obteve retorno, o que inviabilizou a realização da pesquisa na APMBB.

Antes de apresentar os dados e fazer uma descrição dos locais em que a pesquisadora esteve para realizar campo, é preciso destacar a importância em preservar as/os interlocutoras/es em anonimato nesta pesquisa. Apesar de algumas/uns entrevistadas/os não se importarem com a gravação e identificação de suas falas, argumentando que seus comandantes autorizaram as entrevistas, o que por um lado dá um tom “oficial” para suas falas, outras/os só aceitaram colaborar com a pesquisa se fosse mantido o anonimato, não aceitando a divulgação de suas idades, postos, funções e locais de trabalho. Entendem, em muitos casos, que a identificação de suas falas, associadas aos seus cargos e pessoas pode prejudicá-las profissional e pessoalmente, colocando em risco suas carreiras. O que não necessariamente é um receio exclusivo das/os policiais, mas o risco de se relatar situações negativas de seus trabalhos para pessoas não conhecidas. Também, há alguns setores da PMESP que se mostraram mais cuidadosos em conceder entrevistas, alegando uma “relação passada ruim” com pesquisas anteriores, conforme relatado em campo.

Por um ou outro motivo, em respeito as/os interlocutoras/es que gentilmente aceitaram dividir seu tempo, espaços privados, tempo de trabalho e rotinas, confiando à pesquisadora suas narrativas e histórias de vida, serão mantidos ocultos os nomes das/os entrevistadas/os, das cidades nas quais realizaram-se as entrevistas, bem como as funções e idades das/os entrevistadas/os. Tal escolha possibilita uma garantia de que qualquer assunto tratado durante a entrevista possa ser colocado no texto sem comprometer as/os policiais entrevistadas/os. Mas torna o processo de escrita e apresentação dos dados muito mais complexos e desafiadores: como contar essas histórias sem situar os locais e realidades de trabalho, sem dar mais informações acerca da vida e percurso de formação, principalmente das mulheres entrevistadas? Para ajudar nesse processo de escrita, buscaram-se de autores que realizaram pesquisas sobre gênero e mulheres em instituições historicamente masculinas, sem, contudo, haver solução imediata e conclusiva. Também como lidar com as informações concedidas após o desligamento do gravador?

As soluções propostas ou comprometem a integridade das/os entrevistadas/os, ou acabam por diminuir a riqueza dos detalhes da pesquisa. Assim optou-se por não apresentar detalhes das narrativas das/os entrevistadas/os que as/os identifiquem, mas apresentando junto às imagens e aos documentos trajetórias narradas. Tal postura inclui

também ocultar alguns detalhes dos percursos da pesquisa e da própria pesquisadora em relação ao tema proposto.

As entrevistas em sua maioria duraram mais de 3 horas de conversa, foram e transcritas e analisadas principalmente sob a ótica do discurso, lutas e representações que esses discursos carregam. Algumas entrevistas, no entanto, não puderam ser gravadas a pedidos das/os interlocutoras/es. Nestes casos foram realizadas anotações durante o processo da entrevista e posteriormente, os dados foram sistematizados no caderno de campo que a pesquisadora manteve, anotando as impressões dos locais visitados, bem como as dificuldades enfrentadas durante a pesquisa.

O foco de análise de tais discursos, profissionais e pessoais, foi realizado a partir de Bourdieu, com o entendimento de que quando um agente constrói um discurso, o faz a partir de seu próprio *habitus*, através de lutas nos determinados campos nos quais os agentes se inserem. Confere às representações uma eficácia simbólica de construção da realidade, uma vez que “(...) ao estruturar a percepção que os agentes sociais têm do mundo social, a nomeação contribui para construir a estrutura desse mundo, de uma maneira tanto mais profunda quanto mais amplamente reconhecida, isto é, autorizada”. (BOURDIEU, 2008:81).

Por ter realizado entrevistas com alguns policiais em situação de comando de batalhões, companhias e setores da PMESP, é interessante entender que, muitas vezes, o discurso realizado no momento da entrevista é ainda o discurso autorizado, oficial. Não só por estarem em situação de comando, mas terem sido escolhidos dentre todos os que ali trabalham para falar sobre a instituição. Mesmo que o foco das entrevistas tenha sido o das experiências de cada policial e como eles as vivenciam, por ser uma instituição estatal muito fechada, talvez até semelhante às instituições totais (Erving Goffman, 2010)⁵, é muito mais complexo desvincular os discursos dos agentes dos discursos oficiais. O silenciamento de alguns temas dificultou o processo de desvincular os discursos do que é oficial e autorizado.

Ainda segundo Bourdieu, toda linguagem veiculada por um grupo é uma linguagem autorizada e investida de autoridade desse mesmo grupo. “Há uma retórica característica de todos os discursos institucionais, quer dizer, da fala oficial do porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição”. (idem: 87). Desta forma, quando os

⁵ Semelhança essa indicada por uma das interlocutoras entrevistadas, que relatou ter associado imediatamente a PM à descrição de Goffman de uma instituição total.

comandantes dos batalhões e companhias indicavam determinados policiais para participar da pesquisa, davam autoridade para essa fala acontecer. Porém não foram falas homogêneas e idênticas, havendo diferenças entre os discursos das/os policiais dependendo do grupo a qual pertencem (oficiais/praças/antes dos anos 2000/pós anos 2000).

Há uma luta pela imposição da visão legítima, mesmo que, como no caso da PMESP, seja um grupo com estruturas de funcionamento e existência tão rígidos, “(...) os agentes detêm um poder proporcional a seu capital simbólico, ou seja, ao reconhecimento que recebem de um grupo (...)”. (idem: 82). Desta forma, o representante do grupo, bem como suas falas são constituídos e constituem a fala legítima, dando um corpo biológico ao corpo constituído, o grupo.

O poder das palavras é o poder delegado do porta-voz, o que diz e a maneira como diz. E essas palavras e esse poder são o que certificam que houve a delegação do grupo ao agente determinado para realizar a fala e representar o grupo. A autoridade de que a linguagem se reveste vem de fora, ou seja, há uma relação de dependência, entre a matéria do discurso e a posição social do locutor. “Há uma retórica característica de todos os discursos institucionais, quer dizer, da fala oficial do porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição”. (BOURDIEU, 2008: 87).

Desta forma, é diferente dizer, discursar e ter autoridade e autorização de uma instituição para performar uma afirmação. A fala pode ser a mesma de cada interlocutora e interlocutor nesta pesquisa, mas a posição social, capital simbólico que tal interlocutora e interlocutor possuem que dá o tom de autoridade à sua fala. E essa autoridade não é atribuída nesta pesquisa, mas entre aquelas e aqueles que participaram.

Quando falas eram de alguma forma, confrontadas ou comparadas, mesmo que para reafirmar o que já estava sendo dito, as/os interlocutoras/es questionam qual patente ou posto de quem havia feito a fala. Quando as posições e capitais simbólicos eram partilhados, havia o momento de confirmação do que falava e do que foi dito. Caso contrário, havia uma desqualificação das falas, mesmo que fossem de policiais de patente superior, uma vez que argumentavam que as realidades enfrentadas pelos policiais que realizam o trabalho ostensivo são muito diferentes das realidades dos “policiais de maçaneta⁶”, ou seja, que fazem o trabalho administrativo. A fala do porta-

⁶ “Policia de maçaneta” é uma expressão apreendida nos batalhões e companhias visitados, que faz referência pejorativa aos policiais que realizam o trabalho administrativo. Há uma valorização do trabalho

voz autorizado concentra o capital simbólico do grupo que lhe conferiu o mandato de “procurador”.

No entanto, o discurso de autoridade não requer apenas ser compreendido para ter esse caráter. Antes, mais do que compreendido, ele precisa ser assim reconhecido e requer três características: ser feito por uma pessoa autorizada, em situação legítima e em formas legítimas. Ao fazer as entrevistas nos batalhões e companhias, esses três requisitos eram cumpridos mesmo que as/os interlocutoras/es não ocupassem as funções de comando. Encaminhar os ofícios, receber a indicação da/o comandante daquela/e interlocutora/or específico e realizar a entrevista dentro dos prédios da instituição, conforme já discutido, tem vantagens, mas também dava o tom de autoridade dos discursos, dificultando a saída dos discursos oficiais. Como argumenta Bourdieu,

Para que o ritual funcione e opere, primeiro é preciso que ele se apresente e seja percebido como legítimo, pois o simbolismo estereotipado contribui exatamente para evidenciar que o agente age na qualidade de depositário provido de um mandato e não em seu próprio nome ou de sua própria autoridade. (idem:93).

Em diversos momentos das entrevistas essa situação era evidenciada: quando o tópico das vidas pessoais era abordado, as/os policiais acabavam sempre delimitando a experiência como algo específico de suas vivências, pois fugia dos tópicos oficiais enquanto policiais. Assuntos de vida doméstica como filhos, doenças, cônjuges, formação fora da polícia são exemplos dessa situação.

A instituição do discurso como autorizado e do agente autorizado a realizá-lo depende do ritual. Os ritos de instituição funcionam para reconhecer como legítimo e natural, em limite arbitrário, as características que foram tomadas como legítimas na produção do discurso. Bourdieu aponta que nessas situações dos ritos de instituição, o que importa mesmo entender não é a passagem, mas a linha que separa os que passaram dos que não passaram. O rito integra logicamente as oposições sociais em oposições cosmológicas, ou seja, naturaliza as diferenças instituídas que “(...) constituem em distinção legítima, em instituição, uma simples diferença de fato. A separação levada a cabo durante o ritual (ele mesmo operando uma separação) exerce um efeito de consagração” (idem: 99). Sua eficácia se encontra em sua ação sobre o real e a representação desse real.

ostensivo, mesmo por aqueles que realizam o trabalho administrativo, por reconhecerem que há muito mais risco envolvido em estar e trabalhar na rua.

Tais classificações produzidas e instituídas nos ritos são conseguidas pelas lutas de classificação. As lutas entre os grupos e os agentes que buscam ser instituídos e instituir seus discursos como os do grupo são realizados nos ritos.

O móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, tão logo se impõem ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade e a unidade do grupo (...). (Idem: 108).

Para o autor, desta forma, a realidade é social e funciona como um registro dessas lutas de classificação, performadas nos ritos de instituição. Porém tais lutas podem criar situações de crise, que colocam à prova o poder do discurso instituído. Nesses momentos novos discursos são criados (discursos extra-ordinários) e os grupos transitam de práticos para instituídos, caso passem pelos ritos. “É através das lutas que fazem a história do mundo social que se constroem as categorias de percepção do mundo social e, ao mesmo tempo, os grupos construídos segundo essas categorias.” (idem: 123).

Com a organização e análise dos dados produzidos na pesquisa, elaboramos duas divisões e agrupamentos das/os interlocutoras/es para entender essas lutas de reconhecimento dos discursos, conforme já discutido. Tais divisões são escolhas metodológicas para melhor análise e interpretação dos dados produzidos na pesquisa:

i) Divisão primeira entre oficiais e praças. Esta é dada pelo campo e muito importante para a *estética*⁷ *militar* de atuação e manutenção da instituição. A formação é diferenciada por princípio: oficiais fazem um curso equivalente à graduação durante 4 anos, obtendo um título de curso superior. Desde o primeiro dia aprendem a rotina e disciplina militar, obedecendo também aos princípios da hierarquia, que neste caso, durante os 4 anos de graduação, é dada pelo tempo e não por patentes (são todos alunos oficiais e a hierarquia é dada de acordo com o ano de ingresso, sendo sua turma o símbolo diferencial). Já os praças obtêm o título de tecnólogo, realizando o curso de formação em meses, a depender do tempo determinado no edital do concurso. Há também a presença marcada da disciplina e aprendizado da hierarquia, mas sem a necessidade imediata de aprendizado de comando. Apesar de em sua formação a *estética militar* ser ensinada da mesma forma, sob os mesmos princípios, a distinção básica entre o grupo controlado e os que controlam se dá através de estereótipos

⁷ Estética é a categoria utilizada pelas/os interlocutoras/es na pesquisa. Indica a junção das características militares da instituição.

controlados e hostis um ao outro, semelhantemente à análise das instituições totais proposta por Erving Goffman (2010), conforme algumas interlocutoras apontaram durante as entrevistas.

ii) Há a divisão entre as gerações de mulheres e homens que ingressaram na PMESP. Utilizo o termo “gerações” não para indicar as idades das mulheres e homens entrevistados, nem como categoria sociológica ou estatística, mas sim, para indicar os que ingressaram antes e os que ingressaram após a unificação das funções e dos batalhões, evento este ocorrido nos anos 2000. Essa divisão é importante pois separa policiais que entraram na PMESP entendendo que as funções femininas eram de cuidado e assistencialismo por exclusividade (antes dos anos 2000) e aqueles que ingressaram na profissão já entendendo que todas as funções de policiamento poderiam ser exercidas por homens e mulheres, concorrendo às mesmas funções de policiamento (após os anos 2000). Essa divisão mostra os diferentes tipos de pensamento que a instituição tem em seu interior. Apesar da rígida hierarquia e a necessidade de mantê-la para a continuidade da militarização, policiais disputam no discurso e nas práticas qual a postura ideal, adequada e desejável do policial (sejam mulheres ou homens).

A Tabela 1 traz quantas/os policias foram entrevistadas/os para a presente pesquisa. Conforme já apresentado, além das patentes, constam os anos de ingresso e com essas informações podem ser divididos nos determinados grupos acima descritos.

Não é uma amostra representativa, muito menos expressiva do contingente total de policiais na PMESP. Conforme contam nas Tabela 2 e Tabela 3, o contingente policial do estado supera os 90 mil policiais. Vale ressaltar mais uma vez que o intuito não é generalizar a análise para a instituição, mas apresentar e discutir as vivências desses policiais e principalmente, como podemos entender o percurso das formas de policiamentos realizados pela PMESP a partir dessas narrativas.

Tabela 1 - Informações das/os entrevistadas/os.

Patente	Gênero	Estado civil	Função	Ingresso	Local de exercício
Subtenente	Feminino	Solteira	Aposentada	1987	-
Soldado	Feminino	Solteira	Operacional	2013	Capital
Soldado	Feminino	Solteira	Operacional	2013	Capital
Cabo	Feminino	Casada	Operacional	1997	Capital
Tenente- Coronel	Masculino	Casado	Administrativo	1986	Interior
1º Tenente	Feminino	Casada	Administrativo	2002	Interior
1º Sargento	Feminino	Casada	Administrativo	1987	Interior
Coronel	Feminino	Casada	Reformada	1975	-
Tenente-Coronel	Feminino	Casada	Operacional	1989	Interior
Coronel	Masculino	Casado	Administrativo	-	Interior
Coronel	Feminino	Casada	Administrativo	1989	Interior
Soldado	Feminino	Divorciada	Administrativo	1998	Interior
Cabo	Feminino	Divorciada	Operacional	1987	Interior
Cabo	Feminino	Casada	Operacional	2002	Interior
Cabo	Feminino	Casada	Operacional	2005	Interior
Sargento	Masculino	Casado	Administrativo	1995	Interior

2.1 Descrição do campo

Cabe agora apresentar e descrever o campo realizado. Dentro da lógica de preservar as identidades e locais visitados, bem como facilitar a leitura, essa descrição será feita a partir de lugares e “situações típicas”, ou seja, narrando juntas as situações que se deram de formas semelhantes.

Foram realizadas entrevistas nos batalhões, companhias e locais domésticos. Realizar entrevistas nos locais de trabalho facilitou a locomoção e o contato com outros policiais, que ao verem a pesquisadora andando pelos corredores com as/os entrevistadas/os, acabavam se apresentando, perguntando da pesquisa e até se disponibilizando para participar também.

Ser pontual para realizar as entrevistas foi de extrema importância: em sua maioria, as/os policiais elogiaram e valorizaram essa característica, o que acabou dando tom mais leve ao início das entrevistas. A rotina de um batalhão é muito regrada e pacata, comparada à rotina das companhias. Naquele, todos têm horários fixos para

entrar e sair do serviço, não há necessidade de fardamento completo e raras vezes a pesquisadora encontrou um policial portando sua arma dentro dos prédios visitados. Nas companhias, que são abertas ao público para o registro de ocorrências ou informações sobre boletins, a rotina fica muito mais movimentada. Os policiais em sua maioria se encontram fardados, sempre trocando os turnos ou estando no prédio após uma apreensão ou abordagem. Os telefones tocam quase o tempo todo, o que torna difícil conversar mesmo que informalmente com os que lá estão. Essa realidade menos estável faz com que a pesquisadora, mesmo sendo “de fora” não tenha causado tanta curiosidade por estar ali. O que também dificultou a realização de entrevistas: conseguir que as/os policiais dedicassem mais que 20 minutos para uma entrevista seria retirá-los de funções que não podem ficar ociosas e sem atendimento. Por serem majoritariamente praças⁸, conseguir tempo para entrevista após o horário de trabalho foi muito difícil, pedir que dediquem seus horários de folga ou final de expediente, para mulheres que em sua maioria possuem jornadas triplas de trabalho ou fazem os “bicos”, não foi bem recebido.

As entrevistas aos oficiais na ativa se deram nos batalhões: localizados em prédios antigos das cidades, porém conservados e adaptados ao funcionamento de elevadores, sistema de ar condicionado, computadores e entrada e saída de diversos veículos por dia. Cuidadosamente planejado, nenhuma das salas dos comandantes tinham acesso direto dos corredores, apenas as salas de serviços mais “cotidianos”, como manutenção de viaturas e atendimento ao público. Setores como o de disciplina, finanças e investigação ficam, assim como as salas dos comandantes, sem acesso direto aos corredores. Em cada antessala e começo de seções fica uma “guarita” na qual se encontra normalmente *um policial feminino*, a secretária dos comandantes. Sempre em tom muito simpático abordavam a pesquisadora sobre o motivo da visita, nome e horário marcado.

Usualmente após as apresentações aconteciam os momentos de espera, que se dava em salas também separadas (que não as dos comandantes), nas quais a pesquisadora era vista por todos que ali passavam e novamente, gerava a curiosidade de saber o que fazia ali e com quem gostaria de falar.

⁸ Isto é colocado uma vez que a atuação dos praças nas companhias, na grande maioria dos casos, significa trabalhar em turnos, não em horários fixos como nos batalhões. Também muitos deles fazem trabalhos extras, os “bicos” para complementar os salários, ou então, em operações propostas pela própria PM.

Em dado momento a pesquisadora entrou em contato (através da técnica “bola de neve”) com uma Coronel para participar da pesquisa. Estando no respectivo Batalhão, devido ao contato ter sido realizado através do telefone pessoal da Coronel, o compromisso firmado não estava em sua agenda oficial. O maior espanto de todos ali (no momento após ter sido anunciado o contato pessoal com a Coronel) foi o fato da pesquisadora ter um contato pessoal, uma ligação que para a maioria dos policiais que se encontrava ali seria impossível de obter. Neste momento, vários *policiais masculinos* estavam se certificando de que eu deveria ir embora e voltar em outro dia, com um horário “oficial” marcado.

Após a intervenção da Cabo (secretária da Coronel), a pesquisadora fez a entrevista durante boa parte do período da tarde, inclusive almoçando com ela no quartel. O espanto se estendeu a esse momento: não deve ser comum a comandante almoçar ali, ainda mais acompanhada por uma pessoa que evidentemente não pertence àquele ambiente e rotina. Enquanto a pesquisadora observava e era constantemente observada, para as/os entrevistadas/os, possivelmente pela posição de comando exercida, a situação parecia ser muito cotidiana e sem quaisquer estranhamentos.

A situação comum, e partilhada em todas as entrevistas realizadas nos ambientes de trabalho das/os policiais era a constante vigilância durante o momento da entrevista. Apesar das entrevistas terem acontecido em ambientes separados e silenciosos, como salas de reunião, estudos ou dos comandantes, fosse por interrupções para ver se tudo corria bem na entrevista, fosse por olhares pelas janelas das salas, algum policial acabava observando a entrevista e seu andamento. Por vezes isso fazia com o assunto em pauta não fosse mais retomado ou então, terminasse logo.

A vantagem de realizar entrevistas dentro dos locais habituais desses policiais, podendo assim observar um pouco de suas rotinas, suas tarefas, formas de organização, posturas e linguajar, teve como contrapartida essa constante vigilância “velada”. Em nenhuma das vezes houve uma interrupção brusca, palavras duras, posturas rudes ou impeditivos formais. Conforme já afirmado, há muito que agradecer pela autorização e colaboração dos comandantes em possibilitar a realização da pesquisa, mas também é importante discutir as situações de campo encontradas.

Diversas vezes um *policia masculino* entrava nos locais em que a pesquisadora e entrevistada/o estavam e perguntava o que estava acontecendo. Quando informado sobre o tema da pesquisa, em sua maioria a resposta era “Ah, papo de mulher, melhor deixar vocês a sós”, “Devem estar discutindo coisas que não me interessam”, ou mesmo

só uma risada e logo se retiravam. Com essas interrupções as falas mudavam de curso, eram cortadas e não retomadas e logo se passava para o próximo tópico a pedido das/os entrevistadas/os. Não raro, as entrevistas eram logo encerradas pelas/os interlocutoras/es, conforme a quantidade de intervenções externas.

No entanto, a possibilidade de conhecer os batalhões e companhias, vivenciar um pouco da rotina (mesmo que “quebrada” pela presença de uma estranha ao ambiente), apreender os linguajares, símbolos e modelos, foi muito importante para a compreensão da valorização da *estética militar*. *Estética* essa que pode ser entendida como um problema e uma solução para os conflitos de gênero aqui abordados.

As entrevistas realizadas nos locais domésticos abrangeram tantos oficiais (reformadas) quando praças (reformadas e na ativa). As posturas adotadas por elas e eles no momento da entrevista não mudou muito: sempre firmes e certeiras em suas falas quando o assunto era o trabalho e dever policiais. A expressão corporal nesses momentos foi muito interessante: falar sobre os anos de formação, os momentos de trabalho como primeira ocorrência, atendimento mais marcante ou formas de lidar com barreiras e obstáculos em seus cotidianos, requeria uma postura ereta, muitas vezes batendo na mesa ou olhares firmes.

Quando os tópicos eram sobre suas vidas pessoais e escolhas, voltavam a falar mais calmamente, sem alterações na voz e gestos. O mesmo aconteceu com os *policiais masculinos* entrevistados, acrescentando momentos de firmeza ao tratarem de assuntos como o preconceito exercido também pelas *policiais femininos*, segundo seus relatos. Poder conversar com as e os policiais fora de seus locais de trabalho foi importante por possibilitar menos interrupções e uma maior liberdade de abordar e tratar de assuntos que nos batalhões e companhias as/os entrevistadas/os pareciam ficar receosos.

Estar no ambiente doméstico possibilitou que as policiais entrevistadas buscassem lembranças, fotos, artigos de jornais que pudessem ajudar a entender a história das policiais na PMESP. Apesar de não ter podido registrar as fotos das policiais entrevistadas, pois seria uma forma de identificá-las, reportagens e artigos que elas reuniram ao longo de suas carreias foram fotografados e valeram para evidenciar os pontos e momentos que elas julgavam mais importantes na história do policiamento feminino. Porém, não permite acesso aos pontos por elas negligenciados, seja por não julgarem relevantes, seja por escolherem não abordar.

As falas das entrevistas buscavam retratar uma realidade de agentes que lutam nas disputas cotidianas que o trabalho policial requer. Reconhecem preconceitos,

vivências negativas e impeditivos que sofreram, ou viram acontecer ao longo dos “anos de polícia”, mas não querem destacar isso. Mostram que apesar dos impeditivos velados e os “tetos de vidro” cotidianos, ganham o mesmo salário que seus colegas homens de mesma patente e funções. Tem acesso às mesmas funções, cursos e postos, frequentam os mesmos locais e passam pelas mesmas avaliações. Conforme algumas interlocutoras afirmaram, essa não é a realidade de muitas mulheres que trabalham em indústrias e escritórios, por exemplo.

A situação compartilhada em ambos ambientes frequentados para realização do campo foi o quanto, após desligado o gravador, os policiais passavam a abordar temas que julgavam mais restritos. A confiança entre pesquisador e entrevistada/o foi estabelecida, porém, houve o receio em permitir que tais narrativas fossem registradas formalmente. É interessante compreender que apesar de julgarem importantes tais assuntos abordados, entendem mais ainda o quanto suas carreiras e vidas podem ser prejudicadas a partir desses assuntos. Porém as vivências e experiência não serão negligenciadas, sendo abordadas de forma situacional ou mesmo a partir de dados correlatos, encontrados em imagens e reportagens por exemplo.

3 Policiamento paulista: construção social da PMESP

3.1 Do macro ao micro: estudos pioneiros sobre polícia

Um dos pioneiros nos estudos sobre as polícias no Brasil foi Antonio Luís Paixão, que entendia ser importante abordar as ações e as consequências dessas ações autoritárias de uma instituição marcadamente militarizada e hierárquica, mas que havia pouco já dito sobre a organização policial. Em seus estudos da década de 80, apontou que a preferência dos estudos nas abordagens policiais não é aleatória: a relativa intolerância da polícia para com observadores externos e a intolerância de cientistas sociais em relação à organização que seria símbolo da negação dos valores liberais.

Paixão (1982) identificou na atividade policial, na junção de todos os níveis (aprendizado, treinamento e atuação) o que chamou de “paradoxo da discricção”, que seriam as divergências e tensões que existem entre o saber burocrático, a estrutura formal da instituição e as atividades da atuação policial. Segundo o autor, devido a tais divergências, é quase que um imperativo atuar fora da legalidade para que os policiais consigam atuar profissionalmente. As questões burocráticas de atuação policial seriam um dos grandes entraves para a continuidade e agilidade de ação policial, uma vez que a justiça se faz lenta ou ineficaz e o policial se torna um juiz de prática, aquele que analisa e julga, pois não confia em deixar para os altos escalões da justiça o julgamento demorado, burocrático e formalizado do acusado.

Outro importante autor sobre a temática das polícias, que transita entre uma antropologia do direito e das instituições policiais é Roberto Kant de Lima. Em diversos de seus estudos mais recentes, o autor argumenta sobre a ação conjunta entre os órgãos de segurança pública para que haja essa ineficácia de atuação. Os dados de campo desta pesquisa, a *estética militar* é mantida através de uma rígida estrutura de hierarquia de posições e atuações profissionais. Desta forma, os comandantes da PM (coronéis, tenentes-coronéis, majores) não atuam diretamente no policiamento ostensivo, ou seja, nas ruas, sendo essa função deixada para os de patentes mais baixas, mas dão as ordens e determinam as formas de atuação dos policiais “de rua”.

Na Figura 1 está representada a hierarquia da polícia militar, com praças e oficiais de polícia: quanto mais próximo da ponta da pirâmide, mais alta a patente do policial. De 2º tenente a coronel, temos os oficiais, que realizam um curso de graduação durante 4 anos na Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB), sendo o ingresso no curso através de vestibular, provas físicas e psicológicas. De soldado a

subtenente são os chamados praças, policiais que ingressam na instituição através de concurso público, saindo com um diploma de curso técnico.

De acordo com Sinhoretto (2014), no que diz respeito ao controle do crime pelo Estado, a estratégia militarizada enquanto categoria de análise representa a letalidade da ação policial e a investigação sigilosa dos casos em questão, focando nas atuações policiais, principalmente as militares. As ações da PM legitimadas pelo Ministério Público, que compartilha das investigações sigilosas são algumas das características dessa categoria de análise.

Na categoria estratégia militarizada as ações da Polícia Militar (PM) se dão em coordenação com o Ministério Público, que compartilha as investigações sigilosas. O enfoque usualmente é dado às ações praticadas pelos chamados Batalhões de Choque. O principal Batalhão estudado nesta perspectiva é o 1º Batalhão de Choque, também conhecido como ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), porém a Força Tática, por exemplo, também se encaixa nesta estratégia⁹. E na Força Tática, conseguimos entrevistar dois policiais, um feminino e outro masculino, que atuaram nela por mais de 10 anos.

As formas de atuação de controle do crime são classificadas em quatro estratégias. A autora entende que uma não funciona sem a outra, mas também não há uma dependência. Neste caso, a questão apresentada é o quanto a atuação policial historicamente foi sendo transformada e pôde, dentro desta perspectiva de análise, ser classificada dentro de cada estratégia de formas e amplitudes diferentes. De início, a atuação policial feminina pode ser entendida a partir da estratégia de prevenção, do controle de determinadas populações que chegavam diariamente na cidade de São Paulo. Com o passar dos anos e as mudanças sociais e constitucionais, essa atuação foi sendo deslocada para instituições assistenciais, cabendo à polícia (e portanto às mulheres) exercer função com características da chamada estratégia militarizada.

Definir a polícia e quais as suas funções exatas e descrevê-las de forma exaustiva é um desafio que vários autores buscaram, mas o exercício policial se mostra plural até mesmo quando analisado uma mesma instituição, como a PMESP. O comando, as ordens sempre são as mesmas e partem do mesmo lugar, o Comando-Geral. Mas todo batalhão possui autonomia para cumprir tal ordem de acordo com as realidades da região no qual se insere.

⁹ Nesta pesquisa não será dado enfoque aos policiais que atuam em tais batalhões, uma vez que na ROTA não há presença de mulheres, como informado em campo.

Monjardet argumenta que a polícia é uma representação daquilo que o Estado criou para impedir quaisquer outros recursos à violência, mas não é possível reduzi-la a expressão e realização puras do monopólio estatal dessa violência legítima. O que funciona quando entendemos as especificidades da construção do Estado francês, realidade do pesquisador. “Na prática, nenhuma polícia se resume à realização estrita da intenção daqueles que a instituem e têm autoridade sobre ela, à pura instrumentalidade.” (2002:23). As finalidades da atuação policial variam também enquanto demandas sociais, ou seja, assim como argumenta Paixão (1982), há um espaço para atuação particularizada da polícia, para atender demandas da sociedade.

O debate acadêmico sobre a PM a partir dos anos 2000 está focado na ação militarizada e nas condutas dos profissionais da instituição. Autores como Kant de Lima (2008, 2010), Oche (2010), Poncioni (2007), Mesquita Neto (2004), Lima (2014), Muniz (2014), dentro outros, abordam o agir policial, bem como suas consequências para população e quais as políticas públicas que surgem a partir do cenário que a primeira década do século XXI apresenta.

Padrões modais de comportamento e autorização formal não são os mesmos. A fim de entender o que a polícia faz, portanto, é necessário ir além das definições, leis e responsabilidades percebidas, para examinar seu comportamento. (BAYLEY, 2006: 117).

Ao estudar o trabalho policial em países diferentes, Bayley (2006) entende que existem determinados padrões que podemos nos atentar ao estudar as polícias, porém, tais padrões não as definem, dependendo de características específicas que podem ser as mais diversas para entendê-la. Para o autor, polícia pode ser definida como “(...) pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através de aplicação de força física”. (BAYLEY, 2006:20). Ou seja, é uma força física composta pela sociedade e utilizada contra ela mesma. Ele argumenta que a polícia é destacada enquanto objeto de estudo privilegiado quando ela atinge por meio de eventos dramáticos a população. Porém podemos entender que essa preferência por estudá-la quando de eventos dramáticos é quando ela atinge uma parcela específica da população, pois parte da sociedade sofreu frequentemente com ações policiais ao longo dos séculos, mas tal atuação não chamava atenção por ser naturalizada.

Como afirmam Muniz e Proença Junior:

A polícia é *equipada* tanto em termos de equipamentos quanto de preparo para o exercício de seu mandato. É *autorizada* porque lhe são conferidos respaldo legal e consentimento social para policiar. E responde por *qualquer exigência*, qualquer situação de perturbação de

um determinado *status quo* que corresponde, em termos amplos, à paz social. (Grifos dos autores) (2014: 493).

O que diferencia a polícia, então é a autorização de sua atuação, e não precisa ser dada por um todo, bastando o respaldo de um grupo para legalizá-la. Bayley argumenta nesse sentido sobre a autorização da polícia no uso da força, ou seja, não são os únicos autorizados a usar a força para conter conflitos, dado sistemas privados de segurança, por exemplo. Mas podem ser reconhecido como policiais exatamente por serem assim autorizados. “Autorização por uma unidade social não define, de modo algum, a natureza ou a organização da direção da comunidade”. (BAYLEY, 2006:21). A autoridade que rege esse grupo policial pode ser disputada, mudando assim suas características.

Para o autor, a polícia contemporânea pode ser definida a partir de três características: caráter público, especialização e profissionalização. Esses três elementos não são criações modernas, mas juntos, significam uma tipologia de polícia identificada em diversos países na modernidade. Policiamento é público quando é controlada e paga por comunidades. É especializado uma vez que possui exclusividade de exercer alguma função, que no caso é o uso da força física. E profissionalização é o caráter mais moderno da polícia, que significa padronizar as formas de recrutamento, treinamento, pagamento e supervisão de seus serviços e formação. Por se propor a uma análise que comporte, o que ele chama de, diversos padrões de policiamento, essas características e definições não podem ser diretamente aplicadas para a realidade brasileira. Os contextos sociais encontrados em cada estado brasileiro variam e podem ser até que possuam as características por ele descritas, mas a forma como a sociedade ou comunidade lida com isso pode fazer com seja impraticável a comparação.

Para Reiner (2004), a definição de polícia envolve questões diretamente políticas. “A polícia é, em princípio, identificada como uma corporação de pessoas patrulhando os espaços públicos, usando uniforme azul, munida de uma amplo mandato para controlar o crime, manter a ordem e exercer algumas funções negociáveis de serviço social”. (REINER, 2004:19) O autor problematiza essa noção por entender que não cabe a toda e qualquer sociedade moderna, e por ser uma definição que pressupõe uma eficiência e eficácia da polícia que hoje pode ser facilmente questionada. Para ele, o termo “polícia” se refere a um certo tipo de instituição social e “policiamento” diz respeito a um conjunto de processos com funções sociais específicas. Dentro desta definição, nem toda sociedade tem o que se caracteriza como “polícia”, uma vez que

podem assumir diversas formas de existência; mas o “policimento” existe de forma mais universal. Ele argumenta ainda que essa ideia de policimento pode estar muito ligada a ideia de “controle social”, mas ele opta por usar aquele e não este, uma vez que é menos generalista em sua definição. “Assim, policimento não pode ser considerado co-termo de controle social, mas deve ser visto como uma fase ou aspecto específico dele”. (REINER, 2004:22).

Quão efetiva qualquer forma de policimento é, e suas relações com outros elementos na preservação da ordem social, isso são pontos debatíveis. Policiar não abrange todas as atividades dirigidas à obtenção da ordem social. Refere-se, sim, a um aspecto específico dos processos de controle, e exclui, por exemplo, a punição, bem como as atividades cujo objetivo é criar, em primeiro lugar, condições de conformidade (como socialização, mediadas para assegurar a estabilidade da família, encorajamento da religião ou de outras formas internalizadas de controles éticos). (REINER, 2004:22).

O policimento pode ser promovido por uma diversidade de pessoas e técnicas. O policimento moderno, organizado pelo Estado com mandato para policiar todos, é apenas uma delas.

Resumindo, o “policimento” é um aspecto dos processos de controle social, que ocorre universalmente em todas as situações sociais onde houver, no mínimo, potencial para conflito, desvio ou desordem. Envolve vigilância para descobrir infrações existentes ou previstas, e a ameaça ou mobilização de sanções para garantir a segurança da ordem social. A ordem em questão pode estar baseada no consenso, ou no conflito e opressão, ou em algum amálgama ambíguo de ambos, o que é geralmente o caso nas sociedades modernas. (REINER, 2004:27).

Essa definição é a que mais se aproxima para esta pesquisa. A ideia de que o policimento é baseado em um conceito de ordem que não necessariamente segue um modelo ideal de consenso possibilita entender as mudanças e formas que a polícia foi adotando como seu policimento ao longo dos anos. Tomando os devidos cuidados para não importar a definição de policimento construída nos moldes anglo-saxões, buscamos entender as diferentes formas que o policimento paulista adotou desde o ingresso de mulheres na instituição policial.

O objeto polícia não se esgota e mesmo com o aumento dos estudos sobre polícia, é preciso continuar investigando a instituição, apesar das dificuldades que decorrem de tais estudos. O caso de São Paulo é importante para se entender os processos de formação que levaram a esse policimento ao longo dos anos e por ter sido pioneiro na inserção de mulheres no policimento, permite a compreensão dos diversos movimentos que levaram ao que conhecemos hoje como trabalho de polícia.

3.2 Consolidação da Força Pública e formação do CFPol: primeiros passos para a PMESP

No sítio oficial da PMESP, há definições e apanhados históricos da criação da polícia como se conhece e se realiza hoje. Inicialmente é feita uma retomada histórica generalista, abordando a necessidade de uma polícia para regulamentar homens e mulheres no convívio social, para que sigam as regras. Seria então inevitável a existência de agentes que garantissem o cumprimento dos acordos sociais realizados, bem como para administrar tais acordos e gerir os conflitos que dele surgissem. Uma vez que grandes grupos existem, seria preciso determinar agentes específicos que possibilitem que as normas sejam cumpridas e exerçam alguma forma de controle.

A partir do crescimento da sociedade, deixar essa gestão nas mãos de um homem não seria mais possível ou eficaz, passando a ser necessária a criação de grupos de agentes de coerção mais eficientes e assim, surge o que passou a ser chamado de polícia¹⁰: “Polícia é, assim, um organismo criado pelo grupo para garantir a coesão e o bem comum da própria sociedade. É a Polícia uma instituição universal, não havendo grupamento humano que a prescindia, dentro de uma forma ou de outra.” (s/d / s/n).

Passando para o caso brasileiro do surgimento e criação do grupo polícia, a história começa com a necessidade de proteger e garantir o monopólio das terras recém-ocupadas pelo reinado português, diante de ameaças francesas, inglesas e espanholas. Criou-se a partir daí as primeiras tropas organizadas, sendo a mais antiga registrada em 1542, para a expulsão dos espanhóis da costa de São Vicente. Na época, essas tropas eram divididas em três: a primeira era voltada para proteger o território contra ataques externos, sendo os agentes pagos para realizar tal tarefa; a segunda também era paga, mas sua função era a de manter a segurança interna; por fim, a terceira tinha o perfil voluntário e servia como reserva para as duas primeiras. No território hoje conhecido como o estado de São Paulo, até o fim do século XVIII, a segunda e terceira tropas exerciam o papel de polícia.

Com a chegada da família real em solo brasileiro, vieram além de toda a corte e auxiliares, os costumes e muitas práticas europeias, até então já adaptadas para a

¹⁰ O termo a princípio será mantido em destaque, pois o que se entendia como polícia na época não é o mesmo que se entende hoje. Também por polícia ser um termo geral, não havendo as divisões existentes hoje entre Polícia Civil (PC), Polícia Militar (PM), Polícia Técnico-científica (PC/TC) e Polícia Federal (PF). Assim como argumentou Foucault (2008), os entendimentos sobre o que é polícia e suas funções variam de acordo com territórios e temporalidades, que precisam ser marcados e diferenciados ao analisar suas funções.

vivência tropical – prossegue o relato oficial. A polícia sofreu as mesmas influências, que vieram principalmente do período e conquistas pós-revolução na França que viam a polícia como gerenciadora e garantia dos direitos conquistados na revolução. Com a chegada da família real, a “Guarda Real de Polícia” a acompanhou e após diversas mudanças de nomes e membros, em 1831 foi criado o Corpo de Municipais Permanentes, em São Paulo, que era composto por cem praças a pé e trinta a cavalo, os chamados “centro e trinta e um”.

Já podemos ver os indícios fortemente militares de tais órgãos criados, sempre com denominações militares como praças e soldados, além de ter sido uma influência do exército napoleônico, este que tinha como discurso a difusão da cultura e valores franceses para os países e regiões ocupadas. O que de alguma forma se concretizou, quando pensamos sobre a criação desses grupos militares para controle da sociedade civil, mas concretizou também a conquista e dominação de povos e territórios. Portanto a fundação da Polícia Militar do Estado de São Paulo tem suas origens muito anteriores à lei de 15 de dezembro de 1831, proposta pelo Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar (nome esse que será dado a um dos batalhões de choque mais conhecidos do Estado, a ROTA).

Durante todo o século XIX e XX, as chamadas Milícias atuaram nas revoltas civis e guerras que o Brasil esteve de alguma forma envolvido. Particularmente a Milícia de São Paulo, que mudou de nome diversas vezes, atuou em todas, inclusive protegendo o território brasileiro já na Segunda Guerra Mundial (atuação essa que não é pormenorizada no relato oficial encontrado). Segundo documentos consultados no Museu da PMESP, a atuação na Revolução Constitucionalista de 1932 foi de grande importância para a consolidação da corporação como tal. A forma como a chamada Revolução de 32 se deu e como os governantes lidaram, ao enviar tropas de homens para defender o território paulista, retomando símbolos bandeirantes e buscando uma hegemonia de SP, requereu organização e formação de uma tropa que se manteve após o fim dos eventos.

Esta é a história resumida, contada de forma oficial. A autora Fernandes (1973) faz o relato do surgimento e manutenção das forças policiais no estado de São Paulo, desde sua criação, até o final da Segunda Guerra Mundial e instituição da Ditadura Militar no Brasil. Não se busca com esses dois relatos, esgotar a história, particularidades e eventos da PMESP, mas sim, mostrar algumas das principais características da instituição que hoje se conhece como Polícia Militar e os seus

processos de transformação ao longo dos anos, até sua consolidação. Entendemos que os elementos constitutivos da sociedade paulistana se relacionaram e formaram de maneiras variadas ao longo dos anos, e assim, não buscamos determinar causas e consequências diretas nesse processo.

Em outubro de 1831 criou-se a força que serviu de primeira origem para a atual PMESP: o CGM - Corpo de Guardas Municipais (ou Guardas Municipais Permanentes). Em São Paulo a criação dessa guarda foi requerida, segundo os relatos trazidos por Fernandes (1973), devido aos movimentos abolicionistas, que causavam distúrbios sociais. As tropas de até então não eram permanentes, o que deixava de tempos em tempos o efetivo desfalcado, pois dependia de homens voluntários para o exercício da função. Ao ser criada, tal guarda ficou submetida ao Presidente da Província de São Paulo, e desde então, era conhecida como “força militarizada provincial”. Por princípio, então, o CGM seguia as estruturas militarizadas, comandado por uma ala civil e com perfil permanente de atuação. Segundo Fernandes,

O tom que dita o processo é de um militarismo “civista”, entendido como um militarismo perfeitamente controlado pela “sociedade civil”, ou seja, um militarismo apolítico – no sentido de não ser, ao contrário do que ocorreu com algumas alas do Exército, ameaçador, mas reforçador do *status quo*. (1973:71).

No mesmo período, a Polícia Civil já existia e era fortalecida em suas funções, que eram distintas do CGM. É importante entender que por princípio foram criadas duas polícias distintas, com funções, recrutamentos e perfis diferenciados, desde a instituição de São Paulo enquanto província. Duas polícias que legalmente não eram de ciclo completo, ou seja, não realizavam patrulhamento, apreensão e investigação, cabendo a diferentes políticas exercer uma parte desse processo. Sendo assim, os conflitos existem desde sua criação, com as disputas por legitimidade de atuação.

Ressalta-se como característica distintiva destas Guardas sua organização híbrida: estrutura militar com funções policiais ligadas à manutenção da ordem interna, ou seja, diretamente relacionada à preservação das condições sociais da produção. Organização contraditória que se chocará sempre, se um lado, com a instituição essencialmente militar, o Exército; de outro, com a instituição tradicionalmente policial, a Polícia Civil. (idem: 71).

A divisão dos postos em patentes existiu desde o surgimento do CGM, tendo algumas alterações durante os anos até a instituição da PMESP na década de 1970. O que reforça a característica militarizada. No entanto, os ingressantes ainda eram

voluntários, o que dificultava a manutenção de todos os postos e patentes, pois o número era variável.

Fernandes (1973) aponta ainda sobre o quanto as mudanças políticas e sociais no Brasil afetaram as estruturas policiais de então. Com a proclamação da República, as classes dominantes e dirigentes não foram substancialmente alteradas, uma vez que os produtores rurais continuaram nas estruturas de governo com a hegemonia agrária (eixo São Paulo-Minas Gerais). No entanto, a estrutura política mudou formalmente, o que levou as instituições policiais a defenderem uma nova ordem e assim, modificarem suas formas e foco de atuação, em sua maioria.

A exceção desta mudança está especificamente no antigo CGM, que passou a ser chamado de Corpo Policial Permanente (COM), ou Guarda Policial Permanente (GPM) e a nomenclatura foi a única mudança constatada. Durante todo o período do Império e até a década de 1930, a força mais militarizada de policiamento em São Paulo fora definida e instituída como necessária e permanente. Apesar das mudanças de nomenclatura, as funções e atuação eram as mesmas, até a criação da Força Pública, em 1901, que foi a reorganização das diversas tropas policiais existentes em uma instituição só.

A consolidação da Força Pública enquanto principal tropa policial em São Paulo aconteceu com a chegada da Missão Francesa, na década de 1920. Em visita à APMBB foram apresentados vários símbolos que ainda são mantidos da época da Missão Francesa. Quadros dos mentores, armas, peças decorativas em comemoração à presença dos oficiais franceses, brasões, presentes e mapas construídos da cidade com as localizações estratégicas da Força Pública, sempre sendo destacadas as características militares que foram passadas.

O viés militar se torna cada vez mais o principal fio condutor da atuação desta força, que teve até o início da Primeira Guerra Mundial a instrução da Missão Francesa como guia. “O que ocorre, por parte das forças estaduais, é um processo de militarização controlado pelo poder civil e colocado a seu serviço.” (Idem: 155). A determinação da Missão Francesa para a Força Pública foi de

(...) um novo marco na história desta força repressiva. Inaugura a fase áurea da Força Pública, em termos de sua participação nos acontecimentos decisivos da história nacional. Assim, a República em, mais que ela, a federalização foi condicionada da mudança da organização repressiva estadual. A Missão marca a decisão do governo de transformar o antigo Corpo de Permanentes num pequeno exército estadual. (Idem: 162)

A atuação da Força Pública na Revolução de 32, já apresentada acima, mostra que a vontade de criar esse exército estadual foi real e de alguma forma efetiva. A nova legalidade a ser defendida, a República, faz com que a reorganização das tropas permita a existência do Exército, da Força Pública e a criação da Guarda Civil, em 1926, como corpo auxiliar da Força Pública, sem caráter militar, para o policiamento e vigilância na capital. O Corpo Feminino de Policiamento surge a partir da Guarda Civil, quase 30 anos depois.

Fernandes argumenta ainda que não se pode fazer uma relação de causa e consequência direta entre a formação da República e a manutenção da polícia militarizada. O argumento está em questionar, pensando nos aspectos sociais vigentes (política dos governadores, primeiros passos para a industrialização), se os rumos políticos tivessem sido outros, a Polícia Militar teria sido mantida. Com isso, Fernandes faz uma separação analítica entre o foco histórico político e o foco institucional.

O primeiro é entendido entre os primeiros anos da República até a década de 1930. Forte militarização ligada à política dos governadores (foco em São Paulo). “Esta militarização acentuada responde a necessidades impostas pelo período histórico e de nenhum modo pode ser considerada como característica determinante das forças estaduais sob determinado regime político, no caso a República.” (Idem: 156).

O segundo é entendido desde a chegada da Missão Francesa até 1925, quando os homens puderam concorrer ao posto de oficialato sem terem sido militares antes, ou seja, curso de oficiais para civis (o que para as mulheres só aconteceu no fim da década de 1980). A carreira passou a ser de caráter linear progressivo, o que segundo a autora, indicou a racionalização e profissionalização da polícia, sendo assim as mudanças internas e institucionais relevantes para o período.

As críticas à Força Pública e à militarização das forças policiais em São Paulo seguiam por dois lados: de um a crítica da primazia de São Paulo, econômica e politicamente; por outro, a crença de que a militarização deveria permanecer como privilégio e exclusividade do Exército. Apesar de tais críticas, a Força Pública permaneceu com suas funções e quando da chegada da Missão Francesa, consolidou sua atuação militarizada. Após a Primeira Guerra Mundial, a Força Pública teve atuação voltada para lidar com os movimentos sociais e a crescente industrialização, principalmente na capital.

As polícias no Brasil são hoje subordinadas aos governadores dos estados e à Secretaria de Segurança Pública. A partir do decreto-lei nº 1.072, de dezembro de 1969, ficou decidido pela extinção da Guarda Civil do Brasil, havendo a união com a chamada Força Pública de São Paulo, que dessa união passou a ser chamada de Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Sob o lema “Lealdade e Constância”, segundo consta no sítio pra própria PM, o grupo atua em sentido de “dar tranquilidade à população, em um mundo cada vez mais conturbado”. Essa fala é constante entre as interlocutoras e interlocutores da pesquisa: a sociedade está cada vez mais violenta e com menos respeito às forças policiais e esse, para eles, é o conflito mais marcante dos últimos anos. É pioneira no sistema de previdência e no Policiamento Comunitário, bem como na incorporação do efetivo feminino a corporação (pioneiro em relação à América Latina), contando com cerca de 90 mil *homens*¹¹ em seu efetivo, sendo o maior efetivo do país em termos de polícia estadual.

A estrutura hierárquica continua seguindo os preceitos e modelo das Forças Armadas brasileiras, principalmente nas patentes e divisão bem marcada das hierarquias. Segundo os dados de campo, os oficiais da polícia militar estão divididos em seis patentes: coronel (a mais alta), tenente-coronel, major, capitão, 1º tenente e 2º tenente, sendo esta a mais baixa patente dentro do oficialato policial, conforme representado na Figura 1. Sua ascensão a oficial se dá através dos cursos e suas provas, oferecidos pela instituição. Além deles, existem os chamados praças, também divididos em seis patentes: soldado (inicial), cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento e subtenente, sendo esta a mais alta entre os praças, também representados na Figura 1.

¹¹ Destaque-se este termo uma vez que ao se falar da instituição, hoje, os policiais não se distinguem entre homens e mulheres. Destacam que uma vez fardados, não faz diferença se é mulher ou homem, são todos policiais e na língua portuguesa, um grupo de homens e mulheres, sempre é tratado na flexão masculina.

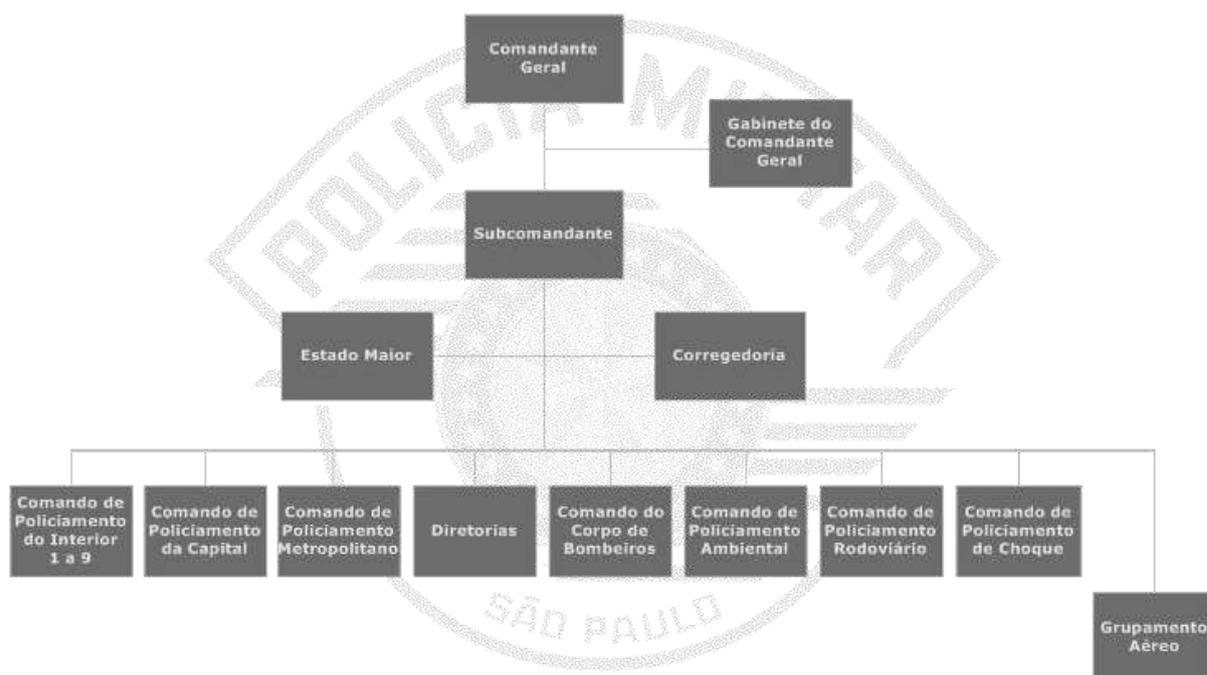
Figura 1 - Hierarquia da PMESP.



Fonte: Site da PMESP. Disponível em <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/19bpmi/Hierarquia.htm> acesso 02 jul 2015.

O trabalho operacional do efetivo está dividido sob três comandos: Comando de Policiamento Metropolitano, Comando do Corpo de Bombeiros e Comando de Policiamento do Interior. As atividades operacionais são divididas de acordo com a hierarquia da polícia: os grandes comandos acima citados ficam sob o encargo dos coronéis (normalmente segundo o maior tempo de serviço); o comando de policiamento de área também está sob comando dos coronéis; aos tenentes-coronéis cabe o Batalhão PM (unidade de área); aos capitães, as Companhias da PM. O Pelotão cabe aos tenentes e aos sargentos, o Grupo da PM. Tais divisões podem ser mais bem visualizadas na Figura 2.

Figura 2 - Organograma da PMESP.



Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo, site oficial.¹²

As mulheres se inserem nesta história a partir meados da década de 1950, como forma de melhorar a imagem da PM, como argumentam Soares e Musumeci (2005), Souza (2014) e conforme argumentam as policiais entrevistadas nesta pesquisa.

A mulher, ela traz uma imagem positiva pra população, uma imagem mais delicada né? Então, a gente percebe assim, a mudança, quando tem uma polícia feminina, as pessoas se comportam mais diferente né? Já não tem aquela coisa do homem, só tem homem aqui e tal. A *policia feminino* a pessoa já fica meio assim de falar um palavrão, de... então a gente vê que a policia feminino, às vezes a presença dela é marcante, num local de eventos né? (...) O comportamento muda. (*Policia masculino*, 1º sargento, administrativo).

Como já abordado, foram inseridas na Guarda Civil, que na época era responsável pelo patrulhamento de trânsito e o policiamento ostensivo era reservado aos policiais da Força Pública.

Na mesma época, a crescente industrialização no estado e na região sudeste tornou-se um atrativo para migrantes de outros estados em busca de trabalhos.

(...) não resta dúvida que, no Brasil, o desenvolvimento econômico resultante da industrialização está associado a dois fenômenos complementares e concomitantes: o incremento das desigualdades

¹²

Disponível em <
http://www.policiamilitar.sp.gov.br/paginas_pm/mnu_institucional/organograma_maior.htm >. Acesso em 17 ago 2015.

regionais e a constituição de grandes metrópoles. Tanto um quanto outro fenômeno implicam na formação de grandes correntes de migração interna através das quais se processa uma maciça redistribuição de população. (DURHAM, 1984:20)

O material consultado existente no Museu da PMESP destaca que houve um movimento de setores sociais para que as mulheres pudessem exercer funções de policiamento. O projeto para a criação desse corpo de policiamento exclusivamente feminino já era debatido na década de 1930, junto com as discussões acerca da legalização do voto feminino, mas só veio a se consolidar 15 anos depois a partir de projetos propostos por Berta Lutz e Hilda Macedo. Os motivos que levaram a demorar quase 20 anos para o projeto se consolidar não ficaram explícitos na pesquisa. Podemos entender a partir da realidade social da época, na qual a inserção da mulher no mercado de trabalho estava começando com a industrialização, principalmente em São Paulo. Mas era (e ainda é) uma instituição marcadamente masculina, o que pode ser um dos fatores que contribuíram para a demora na inserção das mulheres. Em campo, uma das policiais entrevistadas argumentou que o projeto foi barrado exatamente pelo setor masculino não aceitar a presença feminina no sistema policial. Mas na década de 1950 teria havido a movimentação para que esse processo acontecesse uma vez que começaram rumores que no Rio de Janeiro a polícia aceitaria mulheres e haveria uma rixa entre os governos dos estados em questão. O que não sabemos se verdadeiro ou não, dado que o Rio de Janeiro demorou ainda quase 20 anos após São Paulo para incluir mulheres em seu efetivo. Soares e Musumeci (2005) argumentam que a inserção feminina teria acontecido devido à insatisfação popular com a atuação violenta da Força Pública e a imagem da mulher como policial serviria para mostrar que a instituição passava por mudanças, se “humanizava” e deixaria para traz a realidade violenta.

Segundo uma das entrevistadas desta pesquisa, na época não existia assistentes sociais como conhecemos hoje, então as policiais exerciam tais funções. Seu território primordial de atuação era a Estação da Luz, na grande São Paulo: conforme relataram alguns policiais entrevistados, havia um fluxo crescente e contínuo de migrantes que chegavam todos os dias na capital paulista, em busca de empregos e “melhoria de vida”. Essa nova multidão, continua o relato, causava apreensão em alguns setores da sociedade que sentiam insegurança diante de tanta gente junta e nova nas ruas. Deixar que elas ficassem sem rumo, vagando e procurando abrigo não era uma opção, então a ação policial foi voltada para atender essa nova população.

Segundo a pesquisa realizada por Durham (1984) sobre o processo de migração no Brasil, atentando às famílias saídas do campo para as cidades e as questões sociais que acarretam o crescimento da população urbana no Brasil, como um todo, a partir da década de 1940 foi constante. A população urbana excedeu a rural pela primeira vez na história na década de 1970, resultado da intensa migração. De acordo com a pesquisa, até a década de 1960, São Paulo e Rio de Janeiro eram as duas maiores e únicas metrópoles no Brasil¹³.

A partir da década de 1960 a tendência ao desenvolvimento urbano de grandes metrópoles muda: em 1970, Belo Horizonte, Recife e Salvador também já caminhavam para a constituição de metrópoles. Porém não é apenas um aumento do número de cidades e sim, a criação de um novo tipo de cidade:

O contraste apontado na distribuição das aglomerações brasileiras indica precisamente a concentração das atividades financeiras, políticas e industriais em um número reduzido de grandes metrópoles, que constituem um tipo novo de cidade, e a diluição do resto da população urbana em um grande número de pequenos núcleos voltados para a agricultura e preenchendo um número reduzido de funções comerciais, artesanais, administrativas e religiosas. (Idem: 27).

Os estados que até a década de 1950 tinham recebido o maior número de migrantes eram São Paulo, Distrito Federal (Guanabara), Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais e Pernambuco. Sem buscar estabelecer uma relação direta de causa e consequências, esses estados foram, após São Paulo, os que incorporaram e estabeleceram para si, a partir da década de 1970, o policiamento feminino. O treinamento era feito baseado no modelo proposto em São Paulo e as primeiras policiais de todos os estados que seguiram com a incorporação faziam o curso em São Paulo, a fim de aprender com mulheres o modelo pioneiro.

As políticas públicas brasileiras nessa década estavam sob o ideal do desenvolvimentismo: promoção da industrialização nacional e fortificação do mercado interno. Plano esse iniciado a partir do final do segundo governo Vargas (1950-1954) e começo do JK, com os Planos de Metas e o famoso “50 anos em 5”. Em São Paulo vimos crescer e expandir a indústria de metalurgia, de onde saíram os principais movimentos sociais operários do país.

¹³ Sem discutir e aprofundar no que se entende aqui por metrópole, o foco está em destacar o crescimento populacional massivo destas cidades, bem como as mudanças de paradigmas que isso acarretou.

Como era de se esperar, o crescimento industrial esteve associado a uma intensa urbanização. A população da região metropolitana de São Paulo cresceu a taxas em torno de 5,5% ao ano entre 1940 e 1970. Durante esse período, a migração intensa foi responsável por 50% do crescimento demográfico: ela trouxe mais de 1 milhão de novos habitantes para a região nos anos 50 e 2 milhões nos anos 60. (CALDEIRA, 2000:46).

Essa realidade do crescimento econômico à custa de um alto endividamento externo e medidas protecionistas se mantiveram até o começo dos anos 80. Nos anos 70 a expansão econômica e a consolidação dos grandes centros urbanos proporcionou uma divisão do trabalho entre campo e cidade e principalmente, entre setores específicos da cidade, formando setores urbanos muito diferenciados entre si. Foram mudanças muito complexas na estrutura produtiva.

Em suma, dos anos 40 ao final dos anos 70, tanto o Brasil como a região metropolitana de São Paulo mudaram de forma dramática mas paradoxal: urbanização significativa, industrialização, sofisticação e expansão do mercado de consumo e complexificação da estrutura social foram acompanhados por autoritarismo, supressão da participação política da maioria da população, uma distribuição extremamente desigual da renda e uma constante tentativa de manter a hierarquia social e a dominação pessoal. (Idem: 48).

A autora destaca então, que apesar de a sociedade na época e em São Paulo ter aumentado seu poder de consumo comparativamente aos anos anteriores, ainda assim era muito desigual, principalmente em termos de direitos sociais. A partir dos anos 80, começa então a mudar o cenário brasileiro, recessão econômica, inflação e desemprego. O fim dos anos mais repressivos na política brasileira apesar de ter trazido euforia política, também foi cenário de frustração econômica. E esse sentimento de frustração econômica deu lugar à crença no progresso a partir da década de 90, quando do Plano Real e as primeiras eleições diretas e democráticas. No mesmo período, destaca, houve mudanças no padrão de urbanização, o que significou taxas decrescentes do crescimento da população urbana e emigração para outras cidades e estados. Ainda destacando as mudanças que aconteceram, a autora apresenta:

Um outro processo que vem marcando profundamente a sociedade brasileira e especialmente suas regiões metropolitanas desde os anos 80 é o aumento do crime violento. Esse aumento obviamente acrescenta insegurança às já intensas ansiedades relacionadas à inflação, ao desemprego, e a uma transformação política que vinha afetando as configurações tradicionais de poder e expandindo os direitos de cidadania. Discussões sobre o medo do crime revelam a angústia que se gera quando as relações sociais não mais podem ser decodificadas e controladas com antigos critérios. (CALDEIRA, 2000:55).

Na mesma época, começavam os primeiros passos para a extinção dos Batalhões Femininos e funções exclusivas para mulheres na instituição. A autora argumenta que a polícia, em São Paulo, é mais uma das partes de um problema maior quanto à violência. Para ela, o Estado, ao longo da história, tem criado formas de legalizar ações violentas e os mais afetados com isso, são os pobres. Ela destaca ainda que essa atuação era autorizada popularmente por diversos setores da sociedade, até mesmo por aqueles que são mais afetados por essas ações. “Assim sendo, o apoio popular aos abusos da polícia sugere a existência não de uma simples disfunção institucional, mas de um padrão cultural muito difundido e incontestado que identifica a ordem e a autoridade ao uso da violência”. (CALDEIRA, 2000:136).

Aliado a essa realidade, o sistema judiciário desacreditado e seletivo acaba por gerar uma busca por soluções privadas a problemas públicos. Caldeira então mostra que diferentemente do que algumas vertentes argumentam sobre a violência brasileira, ela não é usada ou existe apenas em casos extremos para resolução de conflitos, sejam eles quais forem. O uso da violência não é exceção, muito menos só acontece em casos extremos, também não é resultado de uma “modernidade falha”, mas existe como processo de constituição da sociedade brasileira.

A violência é a linguagem regular da autoridade, tanto pública quanto privada, isto é, do Estado ou do chefe de família. Não pode, conseqüentemente, ser vista como um operador entre códigos e universos ou como uma força usada apenas como último recurso. Desse modo, a fim de entender as relações sociais brasileiras e o papel que nelas desempenha a violência, é necessário abandonar a ideia da violência como algo extraordinário e a interpretação estrutural dualista que vê a ordem social como algo partido entre um universo da hierarquia e vínculos pessoais e outro da igualdade e do direito. A violência é constitutiva da ordem social, inclusive das instituições da ordem. (CALDEIRA, 2000:139/140).

Desta forma, pode-se entender que o apoio e o clamor para adoção de medidas punitivas mais severas e violentas para os mais diversos crimes não é algo descolado ou mesmo um pensamento extraordinário, fora do meio social. As formas violentas de lidar com a população foram sendo adaptadas e adequadas e os limites entre o legal e ilegal ajustados de acordo com as realidades sociais. “Como a história da polícia e as políticas recentes de segurança pública claramente indicam, os limites entre legal e ilegal são instáveis e mal definidos e mudam continuamente a fim de legalizar abusos anteriores e legitimar outros novos”. (CALDEIRA, 2000: 142).

Os conflitos apresentados nas falas das interlocutoras foram diminuídos, tratados com pouca importância, sendo destacadas as formas como se devem superar ou como o fato da militarização dar suporte para que esse tipo de situação não seja cotidiana e seja combatida, quando acontece. Conforme nos mostra o historiador Michael Pollak, a fronteira entre o vivido e o que pode ser dito é muito tênue e são vários os motivos que levam os entrevistados a escolher o silêncio. “Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos”. (POLLAK, 1989:8).

O deslocamento de populações para regiões com crescimento e desenvolvimento industrial significou uma transformação no sistema socioeconômico, afetando tanto as cidades quanto o campo.

Desse modo, o processo de urbanização que vem verificando no Brasil acarreta substituição de população não apenas quando consideramos as unidades administrativas, mas também em relação às próprias populações urbanas. A massa de trabalhadores que se desloca das regiões rurais em parte substituiu trabalhadores rurais de outras regiões que se deslocam para as cidades e, em parte, substituem os habitantes das pequenas cidades que se dirigem para as grandes metrópoles sobre ainda um contingente provavelmente menor, mas mesmo assim apreciável, de trabalhadores rurais que se desloca diretamente para as grandes cidades. (Idem: 39).

Essa nova população que chegava todos os dias em São Paulo muitas vezes não possuía quaisquer contatos na cidade, chegando com filhos e toda mudança de uma vida. Ou então chegavam com referências pouco precisas, como um nome de um conhecido que prometera a/o ajudar. Segundo relataram os entrevistados, as policiais conheciam bem as regiões próximas à Estação da Luz, mas principalmente os bairros nos quais tais migrantes se mudavam ao chegarem à cidade, com isso, conseguiam encontrar moradia e trabalho para essas famílias migrantes.

Então, qual o grande problema que São Paulo tinha? São Paulo capital, foi onde começou, foi capital. Você chegava muito migrantes, Norte, Nordeste principalmente. Chegavam às estações rodoviárias, ferroviárias, com a família inteira e sem saber, às vezes... a, porque eu tenho um amigo, ele chama João e mora na Vila Prudente. Mas eles não tinham noção. Então, a gente... um menor extraviado, que alguém tem que tomar conta dele. Uma mulher que era vítima ou que era agressora, parte de uma ocorrência. A mulher tem direito a ser revistada por outra mulher. Ela só pode ser revistada por um homem num lugar onde não exista condições de se chamar uma policial, mulher e na frente de outras duas mulheres. Então um homem pode te

revistar. Então, nessa época em 55, era um pós-guerra ia tendo muita demanda, muita. Então foi criada a mulher policial, que era exatamente proteção e apoio pra crianças, mulheres e idosos. (*Policial feminino, coronel, reformada*).

Quando eu entrei meu uniforme era esse: uma saia calça, meia fina, sapatinho e a bolsinha. Porque a policial, no começo, a função dela era mais assim, uma função de assistente social. Eu via lá em São Paulo, as policiais, elas trabalhavam lá no Tietê, apoio a famílias, a pessoas indigentes que iam lá, elas orientavam, encaminhavam, crianças perdidas... era mais um trabalho social. Tanto é que quando eu cheguei aqui (*Interior*), nossa a gente era que nem bibelô de festa, a gente falava. A gente trabalhava no teatro municipal, em bailes do dia das mães... era totalmente diferente do que a gente faz hoje. (*Policial feminino, 1º sargento, administrativo*).

Figura 3 - Automóvel utilizado pelo policiamento feminino em São Paulo.



Fonte: Página “Segurança Policial” em rede social (desativada)

Figura 4 - Publicação comemorativa da formatura da primeira turma de mulheres policiais.



Fonte: Acervo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Figura 5 - Publicação sobre as primeiras mulheres policiais, incentivando novas ingressantes.



Fonte: Acervo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Figura 6 - Momento solene com as policiais em formação.



Fonte: Página “Segurança Policial” em rede social (desativada)

Os automóveis utilizados para o patrulhamento eram maiores, podendo abrigar além das policiais, mais de duas pessoas em seu interior. A função primordial era

assistir e transportar aqueles que se fizessem necessários, conforme a Figura 3¹⁴. Seu fardamento era diferenciado, conforme mostram as Figura 4, Figura 5 e

Figura 6: usavam saia/calça e sapatos com pouco salto, além de carregarem suas armas em uma bolsa de couro, fardamento esse mantido até a década de 1990. A cor também era diferenciada, sendo de um bege escuro e o fardamento masculino, da Força Pública, cinza escuro. O fardamento masculino era semelhante ao que é hoje, mas mais militarizado, ou seja, cor escura, seguindo os traços da farda do Exército. O fardamento feminino dificultava realizar funções básicas, como entrar nas viaturas, por exemplo. Essas características passaram a ser um problema, segundo os *policiais femininos* entrevistados, uma vez que passaram gradativamente a exercer funções ostensivas, como relataram:

Tinha saltinho assim. Então, pela própria demanda, pela própria função, as coisas foram caminhando para serem iguais, entendeu? Porque a função passou a ser igual. Então por que a farda vai ser diferente? O salário é o mesmo, por que a farda vai ser diferente? A função é a mesma. Sem contar que a farda era pior. Eu perdi sapato atendendo ocorrência, para você ter uma noção. Eu precisei ir para a delegacia, mas tive que passar daqui para colocar outro sapato. Porque eu precisei correr atrás de uma mulher, catar ela no meio do barro, o sapato ficou na lama e eu não sei onde está o sapato. Então eu precisei passar daqui, trocar de farda, porque rasgou meia, tudo, para poder ir na delegacia apresentar a ocorrência. Ela foi com outra viatura para a delegacia, eu passei rapidamente de casa, pus outra farda sem barro e fui para lá. E eu perdi o pé do sapato, porque o sapato saia. Era aquele bonequinha, que você encaixa só o pé. Então na hora de correr, de salto ainda, ou eu deixava ela escapar ou eu corria atrás dela daquele jeito. E a opção foi correr atrás dela daquele jeito. E aí deu maior trabalhão lá e eu acabei perdendo o sapato. (*Policia feminino*, subtenente, aposentada).

Na época, não tinha como é hoje, “ser policial é um perigo”. Não, ser policial na época que eu entrei era bonito, era um sonho, você era mais respeitado, você andava na rua fardado tranquilamente. Então pra minha família foi um orgulho. Hoje em dia, minha mãe fica no meu pé, não sair fardada, tomar cuidado. Antigamente não, andava fardado, era um orgulho pra gente. A gente não tinha medo de nada. A gente não usava nem colete à prova de bala. Meu uniforme era uma saíinha, sapatinho,

¹⁴ Entendemos que o modelo do automóvel não é da época destacada. Esta imagem estava nos arquivos consultados e referenciada como de uso do policiamento feminino. É possível que seja de fato um automóvel obsoleto e isso indica que os materiais e ferramentas disponibilizados para o policiamento não eram os mais novos e eficientes.

bolsinha de lado. (...) Não era costume usar colete. Depois de uns anos pra frente, depois de uns... quantos anos? Depois de uns dez anos ou mais foi usar colete a prova de balas. (...) Hoje em dia a gente tem que tomar mais cuidado. (*Policial feminino, 1º sargento, administrativo*).

Como já apontado, as policiais não realizavam patrulhamento desacompanhadas e quando acompanhadas, eram chamado “Policiamento Romeu e Julieta”, como ilustram as Figura 7 e

Figura 8. Na época, além do auxílio para com as funções de policiamento, os *policiais masculinos* também as acompanhavam como forma de protegê-las. Eram vetadas de fazer “controle combativo” e não realizavam prisões, chamando reforços (masculinos) quando fosse necessário. Tal realidade era determinada pela legislação e códigos de conduta da PMESP.

É, foi quando a mulher começou a trabalhar em parceria com o batalhão de choque. Antes disso, já tinha outros, mas com outros batalhões. É, nos idos de 77 também, estou voltando né, no tempo. Tinha um policiamento na área central de São Paulo que foi chamado de Romeu e Julieta. Que era uma policial feminina e um policial do canil e a gente fazia patrulhas em toda área central de São Paulo, o centro velho, né? E tudo, visando prevenção, visando orientação, visando acompanhamento, essas coisas todas. (*Policial feminino, coronel, reformada*).

Figura 7 - Momento de abordagem realizada pelos policiais femininos no modelo "Romeu e Julieta".



Fonte: Acervo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Figura 8 - Registro do policiamento "Romeu e Julieta".



Fonte: Acervo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Após a legislação aceitar a entrada de mulheres em um corpo de policiamento, abriram-se vagas para o ingresso de mulheres que seriam comandadas pela coronel Hilda Macedo (esta que se tornou coronel assim que assumiu a função, a fim de poder exercer a função de comando do pelotão feminino). Depois de meses de treinamento, em dezembro de 1955, as 12 aspirantes a policiais ficaram conhecidas como as “13 mais corajosas de 1955”, junto com a coronel Hilda Macedo.

Como principal e indispensável função, deveriam ter uma postura disciplinada, seguindo os preceitos militares de altivez e seriedade, mas sem serem ríspidas, uma vez não ser atributo da representação do feminino valer-se de ações violentas, conforme mostra a Figura 9, um mural construído por policiais voltado a incentivar novas mulheres a ingressarem na profissão, bem como divulgar o trabalho das policiais. Sendo as características femininas e masculinas tratadas de forma binária, ou seja, em oposição uma à outra, entendemos então que a postura masculina não seguia desta forma. Alguns relatos afirmam que na época, os *policiais masculinos* se envolviam mais em brigas, conflitos violentos e corrupção, mas sempre tratados como casos antigos, no passado.

Os destaques para as expressões “Coração é principal arma da Polícia Feminina de SP”, “Conduta de mulher, coragem de homem”, “Polícia Feminina: sinônimo de ajudar, proteger e orientar” e “Sorriso, a grande arma da policial”, deixam explicitas as características necessárias a se mostrar e ter durante a atuação como policial nas ruas. Atributos socialmente naturalizados como femininos e principalmente, colocados sob

vigilância para que fossem mantidos e preservados. Também conforme a Figura 10, retirada de um dos diversos ofícios que compõe o acervo do Museu da PMESP, a figura feminina representada com o uniforme padrão e a flor, símbolo social de delicadeza.

Figura 9 - Mural publicado como incentivo ao policiamento feminino em São Paulo.



Fonte: Acervo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Figura 10 - Imagem que circulava ao final dos ofícios dos Batalhões Femininos.



Fonte: Acervo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Essa restrição do trabalho dos *policiais femininos* é relatada tanto por Moreira (2011), Soares e Musumeci (2005), de Pasinato (2013) e na pesquisa do FBSP (2015), quanto nas falas das policiais entrevistadas. Mesmo havendo uma distância de 60 anos

desde a primeira mulher policial da instituição, ainda há relatos sobre tais restrições, na atuação, no fardamento e os preconceitos da época e segundo as policiais, essa história é contada até hoje nos cursos de formação, como tema importante para a formação dos policiais (mulheres e homens).

O depoimento a seguir e a Figura 11 apresentam as restrições e principalmente, que tipo de função as mulheres exerceram exclusivamente até a década de 1980. A figura traz novamente as policiais atuando enquanto assistentes sociais, com fardamento específico, sem quaisquer armas aparentes, em um automóvel destinado a essa função.

Naquela época você geralmente trabalhava um mês em cada lugar, havia um rodízio. Então um mês você trabalhava... a gente tinha, por exemplo, postos de atendimento na estação rodoviária, na Estação da Luz, na antiga Sorocabana, onde é a Sala São Paulo hoje, no aeroporto... e em outro lugares, no albergue, tá? Tinha algumas delegacias que tinha, então tinha em vários lugares. Você fazer um rodízio. Tinha o policiamento a pé, tinha um policiamento que a gente saía à noitinha, com uma Kombi e pegava as pessoas que estavam na rua pra levar pro albergue, principalmente na época do frio. Então tinha a campanha do agasalho, a gente ia trabalhar na campanha do agasalho. (*Policial Feminino, coronel, reformada*).

Figura 11 - Registro de policiamento feminino cotidiano.



Fonte: Acervo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Esse contexto histórico é trazido nos discursos principalmente para diferenciar o que seria o contexto dessas mulheres hoje: livre concorrência nos concursos e livre concorrência para ascensão na carreira. No entanto, apenas no ano de 2013 foi realizado

o primeiro concurso com essa livre concorrência entre mulheres e homens para o ingresso nos cursos para praças e oficiais. Havia uma cota que restringia em um número fixado a quantidade de mulheres que poderia ingressar no concurso em relação aos homens (20% como alguns relatos apontaram). A cada edital aberto, o número de vagas variava com o número de vagas disponíveis. E essa passagem entre o que ficou como passado longínquo não é descrita em detalhes, ou seja, foi apresentado sem conflitos, disputas ou resistências. Comparativamente aos ganhos de direitos sociais femininos civis, mesmo na década de 1990, quando foram os extintos os BPFem, as mulheres haviam conquistado diversas demandas trabalhistas e sociais, que não foram acompanhadas pela instituição. O motivo para ter levado tantos anos para a livre concorrência de mulheres aos cargos e igualdade real de oportunidades são alguns dos assuntos que foram silenciados. Em suas falas, destacam as formas como *venceram* e hoje podem e exercem as mesmas funções, novamente, sem muitos indicativos de divergências.

Os dados sobre o número de homens e mulheres na instituição no ano de 2015 não foram disponibilizados para a pesquisa. Um ofício formalizando o pedido foi feito no mês de julho de 2014, o qual teve de ser reenviado em janeiro de 2015, com a mudança de comando, geral e regional, que também não foi respondido. Os dados conseguidos através de pesquisa nos Anuários publicados pelo FBSP, juntamente com dados compartilhados pela orientadora e grupo de pesquisa, possibilitaram ter uma ideia do efetivo feminino atualmente, que segue na Tabela 2 e por divisão de patentes, na Tabela 3.

Tabela 2 - Efetivo PMESP, por gênero.

Ano	Número			%		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
2003	8.406	78.517	86.923	9,7	90,3	100
2011	8.586	76.470	85.056	10,09	89,91	100
2013	9030	77694	86.724	10,4	89,6	100

Fonte: GEVAC/UFSCar; SOARES e MUSUMECI, 2005; Pesquisa Perfil, 2013¹⁵.

¹⁵ Fonte original: GEVAC/UFSCar; Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/Ucam e Senasp/MJ. Elaboração: CESeC/Ucam; Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública – Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública, 2013.

Tabela 3 - Efetivo feminino e masculino da PMESP, segundo patente ou graduação por ano.

Ano	Oficiais			Praças especiais de Polícia			Praças de Polícia		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
2003	316	4230	4546	134	809	943	16362	73478	89840
2012	508	4502	5010	88	409	497	7990	71560	79550

Fonte: SOARES e MUSUMECI, 2005; Pesquisa Perfil, 2013.¹⁶

O número de mulheres na PMESP vêm aumentando - em 2001 eram 8880 mulheres enquanto em 2013 o efetivo subiu para 9030 – um aumento de 1,6% em mais de 10 anos. Número este não significativo, porém em campo foi destacado aumento de mulheres ingressantes nos últimos 2 anos. No mesmo período, o efetivo masculino teve uma baixa de cerca de 1%. Sobre o número de mulheres oficiais, de acordo com os relatos de campo, já houve um aumento de mulheres, isso principalmente devido à junção dos Quadros de Oficiais, que ocorreu com a extinção das cotas. Esse aumento pouco significativo de mulheres no efetivo foi apontado como algo que não cabe ao controle da PM, uma vez que vem da vontade da própria população ingressar na carreira, como eles dizem, “ninguém vai até a casa dos recrutas buscar para trabalhar; todos vêm até aqui porque querem e é por querer que eles permanecem”.

Ao questionar as policiais que tem filhos se elas apoiariam que os filhos ingressassem na carreira militar, ou ao perguntar as/os entrevistadas/os se a família fez alguma objeção ao ingresso na PM as respostas foram similares: não há motivação para incentivar parentes a prestarem os concursos. Os motivos variaram desde as condições de trabalho não serem muito boas, como baixos salários e alto grau de periculosidade, além das horas exaustivas de trabalho. Também a justificativa sobre a pouca aprovação e respeito da população quanto ao trabalho policial, argumentando que a população cobra deles que as taxas de crimes baixem e não se valham de ações violentas, e também que as *autoridades* (termo esse pouco explorado) os cobram também da baixa das taxas, mas não há apoio para a ação policial. O argumento que Paixão (1982) traz sobre a polícia ser considerada o “lixeiro da sociedade” nos dá base para entender essa discussão: a instituição que lida com os problemas que nenhuma outra quer ou precisa lidar, mas principalmente, a

¹⁶ Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/Ucam e Senasp/MJ. Elaboração: CESeC/Ucam; Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública – Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública, 2013.

instituição que precisa “recolher” tudo que for excesso das ruas. Faz o trabalho que muitos não querem fazer, mas querem ver feito.

3.3 Discursos policiais: uma questão de gênero?

Neste item do texto serão apresentados dados de campo que mostram alguns diferentes discursos sobre a atuação policial, principalmente no que se refere ao policiamento feminino. Conforme apresentado na Tabela 1, seção 3, as/os policiais entrevistadas/os para esta pesquisa podem ser entendidas/os em 2 grupos principais: com ingresso na PM antes e após os anos 2000; e dentro deles, 2 subgrupos: com a divisão entre oficiais e praças. Com o intuito de manter preservadas as identidades dos entrevistados, os dados serão apresentados de forma “tipológica”, ou seja, os relatos serão apresentados sem diferenciar os interlocutores para além das categorias agora apresentadas. Desta forma, não há riscos de identificação e atribuição de falas e vivências aos policiais.

Em todas as entrevistas realizadas, a primeira fala dos interlocutores, mulheres e homens, foi para contar e explicar como se deu a inserção das mulheres no sistema policial paulista, bem como contar os principais fatos ocorridos sobre policiamento feminino. Todos policiais têm uma história para contar sobre o percurso dos *policiais femininos*, sobre o extinto CFPol e os extintos BPFem, sejam histórias de superação de obstáculos profissionais das mulheres, seja sobre preconceitos experimentados, sofridos ou exercidos, seja sobre mudanças que ocorreram ao longo dos 60 anos desde a instituição da primeira mulher como policial em São Paulo.

As falas sobre o caráter assistencialista das primeiras turmas formadas, o quanto as mulheres eram mais calmas, amorosas e ao mesmo tempo, mais rígidas com as condutas, principalmente no lidar para com a população, são sempre acompanhadas de um discurso sobre o quanto tais vivências acompanhavam as realidades sociais da época. Apesar de sempre se tratarem como profissionais que estão fora da sociedade, através de falas como: “nós e a população”, “a sociedade cobra da polícia” e “pensamos de uma forma, a sociedade de outra”, os discursos estão no nível da dependência direta, ou seja, o que acontece na PM estaria vinculado, é um reflexo do que acontece na “sociedade”, porque “um policial sai de onde? Da sociedade!”, conforme vários policiais relataram durante as conversas.

Desta forma, quando questionados sobre os motivos que levaram a polícia em São Paulo a aceitar mulheres em seu efetivo tão anteriormente aos outros estados brasileiros, as respostas seguem nesta mesma linha, de uma evolução social, que a polícia acompanha e que as características de São Paulo possibilitaram que o então Comando entendesse a importância em se ter um efetivo feminino no policiamento. O que simplifica a realidade, por não explicar a complexidade das mudanças sociais, mais especificadamente, não explicar os processos de tomada de decisão da própria PM.

Conforme já discutido, com o aumento da migração para a cidade de São Paulo, a demanda por um policiamento que desse assistência e ao mesmo tempo vigiasse esse volume diário de novos moradores na cidade foi aumentando. Sendo a realidade social de um período e tempo histórico muito mais complexo do que o descrito pelas/os entrevistadas/os, muitas perguntas ficaram sem resposta quando questionadas/os. Apresentamos anteriormente algumas questões sobre os momentos da inserção e argumentos sobre a necessidade de haver um setor da polícia que lidasse com a nova população que chegava em massa na cidade e por ter muita visibilidade, pudesse mostrar mudanças no policiamento; e também sobre essa divisão ter de alguma forma liberado o *policimento masculino* a continuar exercendo policiamento ostensivo. Mas ainda assim, algumas questões ficam sem respostas: quais mudanças são acompanhadas? As mudanças vividas e demandadas por quais setores da população? Como se dão as decisões de mudanças institucionais pela PM? Tais questionamentos não são abrangidos com argumentos como os a seguir.

Eu acho que pela própria condução da sociedade de uma maneira geral. O crescimento da mulher na sociedade, profissional de uma forma geral. A constituição... a mulher ganhou espaço em todas as áreas e não poderia ser diferente na área militar. Então eu acho que foi uma demanda natural do mundo mesmo, entendeu?! Naturalmente. (*Policia* *feminino*, subtenente, aposentada).

Por isso que mudou, a sociedade em si foi mudando e a gente foi mudando junto. E ai nós fomos trabalhar no calçadão, ai era uma área comercial também tinha ladrõezinhos, faziam furtos, a gente era chamada...a gente tinha que correr atrás de sapatinho, bolsinha...não dava certo. Então o próprio comando viu que a gente estava ali, a gente era formada como policial, a gente aprendia atirar, a gente fazia tudo que um policial masculino fazia. Mas a gente era colocada pra trabalhar num trânsito, colocava o talãozinho de multa na bolsa, fazia a multa. Só que

quando acontecia alguma coisa desse tipo a gente tinha que agir. O revólver estava dentro da bolsa. Então a gente partia pra cima, a gente também era polícia. (*Policial feminino*, 1º sargento, administrativo).

Ser policial então não era exercer as funções que as mulheres tinham até então: cuidado, não violento, assistencial. Não um policiamento preventivo, com relação direta com parte da população, atendendo demandas e conflitos cotidianos. O que não quer dizer que não houve problemas com esse policiamento, mas o destaque aí dado é sobre a diferença entre o policiamento valorizado que foi se tornando hegemônico ao longo dos anos. O policiamento legitimado, ou seja, o que era reconhecido como o “dever ser” policial é o descrito na fala acima: usar arma, trabalhar nas patrulhas, lidar com furtos e roubos, “partir pra cima”. Seria o patrulhamento chamado ostensivo, ou “de rua”, hoje colocado em oposição ao policiamento administrativo, ou “de maçaneta”. Essa construção processual do “trabalho verdadeiro de polícia” será retomada ao longo do texto.

Da mesma forma, então, para haver mudanças na estrutura militar da polícia, seria preciso também que houvesse mudanças sociais, segundo os relatos de campo. O que se torna questionável quando pensamos que ainda existiam muitas barreiras para o trabalho feminino, como nas carreiras jurídicas, políticas, igualdade salarial e de oportunidades, para citar apenas alguns exemplos.

Neste ponto, os discursos são distintos: por um lado, homens e mulheres de uma turma específica de ingressantes na APBB relataram que existiram movimentos de mulheres reivindicando mudanças no fardamento, a unificação dos quadros, extinção das cotas, uma vez que na prática, elas já exerciam as mesmas funções de policiamento¹⁷.

Só que por conta do quadro, que até então, existia um quadro feminino. Um quadro gerado por questão de gênero, que é uma coisa meio absurda, até constitucionalmente. Mas enfim, era um quadro feminino.... então, apesar de toda formação foi igual, todo treinamento foi igual, a gente foi submetida às mesmas coisas que os rapazes, no último ano, nas vésperas da formatura,

¹⁷ Esta é uma das maiores dificuldades em relatar sobre o campo, nesta pesquisa: aqui, a data da turma não pode ser revelada, uma vez que o número de mulheres ingressantes nas turmas de formação para oficiais e praças só passou a ter mais de 30 mulheres por turma no final da década de 1990, segundo relatos de campo. Desta forma, informar as datas destes acontecimentos possibilitaria a identificação das interlocutoras, que antes de 1990, se formavam em até 15 mulheres por turma, ainda segundo relatos de campo.

que a gente estava com a expectativa de unificar quadros, a gente tinha feito reunião com o comandante-geral da época, né? É, e assim, gerou uma expectativa que com a nossa formatura os quadros seriam já unificados, mas isso não ocorreu. (*PoliciaI feminino, coronel, administrativo*).

As diferenças entre as hierarquias e momentos de ingresso na polícia podem ser vistas nesta questão. As policiais que relataram esse movimento de reivindicação foram as que ingressaram já em turmas mistas para oficiais. Sendo assim, prestaram o concurso sabendo que as funções, apesar de não legalmente as mesmas, seriam ensinadas e treinadas da mesma forma. O fazer policial neste momento já era diferenciado, as mulheres, conforme relatado em campo, já exerciam em alguns pontos as mesmas funções que os homens. O caráter assistencialista não era visto mais como o único trabalho possível às mulheres: elas, ao receberem o mesmo treinamento e fazerem parte da mesma instituição, sob as mesmas regras, relataram que a vontade de atuar como “policial de verdade” tornou essa realidade possível.

Há uma tendência nos relatos em não destacar ou mesmo omitir os possíveis conflitos existentes quando se trata do policiamento feminino. Mesmo quando relatado que houve algum momento de reivindicação, ele é trazido sem disputas, com requerimentos, reuniões com comandante. Mesmo quando se tratam das disputas internas entre os membros das primeiras turmas mistas: ressalta-se que havia no máximo “brincadeiras saudáveis” sobre a presença feminina nos pelotões da escola de formação. Sejam tais brincadeiras como fossem. Esses relatos surgiram principalmente quando as entrevistas se deram em grupos: *policiais femininos* e *policiais masculinos* tratavam de momentos de suas formações, lembrando as situações vividas pelo estranhamento em ter turmas femininas no mesmo espaço de treinamento que eles. A narrativa segue no sentido de um estranhamento inicial por parte dos *policiais masculinos*, tanto os que ingressaram junto às mulheres, quanto aqueles que já estavam no segundo, terceiro ou quarto ano de formação da academia. Inicialmente eles contaram que os comentários sobre a presença feminina ficavam restritos entre os próprios colegas, uma vez que se um superior os ouvisse falando alguma brincadeira, eram advertidos. O relato das mulheres na mesma época diz que elas percebiam esses comentários, principalmente nos momentos de treinamento físico, que diferentemente das aulas teóricas, se davam junto aos dos homens. Sentiam as diferenças e buscavam se destacar, por ouvirem comentários sobre não conseguirem fazer os mesmos exercícios ou nos mesmos níveis que os seus colegas.

Até então havia dois quadros hierárquicos de oficiais e dois quadros hierárquicos de praças: um masculino, o QOPM (Quadro de Oficiais Policiais Militares) e outro feminino QOPFM (Quadro de Oficiais Policiais Femininos Militares). Essa divisão dos quadros de oficiais e praças impossibilitava uma mulher de ser indicada e escolhida a comandante-geral, chefe da casa militar ou até mesmo graduar-se em primeiro lugar na cavalaria ou bombeiros, por exemplo.

Então foi uma evolução e a própria reivindicação. Algumas coisas pra gente eram limitadas, hoje não é mais. Porque a própria Constituição estadual limitava. Um exemplo, o maior exemplo: é, a Constituição do estado diz que pra ser comandante-geral o coronel tem que ser QOPM: quadro de oficiais policiais militares. As mulheres eram quadro de oficiais policiais femininas militares, então até não modificar tudo isso, eu não podia, por lei, ser comandante geral. Hoje pode. (*Policia! feminino, coronel, reformada*).

Acabaram acreditando que estávamos ali. Quando tinha furtos ali no calçadão que a gente catava, chegava, rendia, pegava, sabe? Então o pessoal começou a botar fé. Que era polícia de verdade. E o uniforme foi mudando. (*Policia! feminino, 1º sargento, administrativo*).

A constatação de que as diferenças existiam e eram tratadas de forma diferenciada pela própria lei não vêm acompanhadas de falas de reivindicações ou protestos, é a simples afirmação de que era diferente e que os “outros”, “os políticos”, o comando não queria assim, porque na sociedade não era assim. As relações foram naturalizadas e assim mantidas, ao menos no discurso apresentado para a pesquisadora. Há discussões sobre fatos narrados como histórias, momentos passados há muito tempo terem os sofrimentos, as lutas e os estranhamentos diminuídos e naturalizados quando contados, pelo fato de ao final, os objetivos terem sido, de alguma forma, alcançados, ou aquela luta não fazer tanto sentido quanto fazia antes. Neste caso não podemos afirmar se houve esse afastamento dos conflitos vividos ou se não foi possível extrapolar o discurso autorizado, corporativista como forma de proteção ao seu trabalho e profissão para “os de fora”. Mas é possível questionar o posicionamento sem luta apresentado quando relatos como o a seguir surgiram.

Em uma das falas das entrevistadas a oficial descreve o momento de sua formatura há alguns anos. Ela tinha o sonho de ser parte da cavalaria da PM, grupo com funções consideradas de elite e masculinas. Ela conta que precisou se esforçar e mostrar

sempre suas capacidades em acompanhar o restante da turma, todos homens. Ela conta que aquelas brincadeiras narradas como “sem importância”, ou “coisas de colegas de escola” era frequentes, colocando sempre em dúvida a capacidade da policial em realizar as tarefas que a eles também eram colocadas. Essas situações aparecem em sua narrativa principalmente quando das atividades físicas, não parecendo ter sido questionada a capacidade ou competência dela nas aulas e atividades teóricas. Ao final do curso, ficou em primeiro lugar, o que lhe daria direito a ganhar o sabre da cavalaria, símbolo de honra do grupo, das mãos do governador. Porém, com a divisão dos quadros, a lei era explícita: apenas os formandos que faziam parte do quadro masculino de oficiais policiais militares poderiam receber o prêmio. Desta forma, ela sabia que tinha sido a primeira da turma, mas não pôde ser reconhecida como tal, o que lhe motivou, segundo sua fala, a sempre buscar melhorias e lutar pelos seus direitos como policial.

E como primeira colocada, faria jus receber o sabre das mãos do governador. (...) Eu acabei por não recebendo o sabre de primeira colocada de cavalaria, então o segundo colocado foi lá e recebeu. E eu lembro que eu chorei de raiva na minha formatura, pelo fato assim de entender que eu me fazia merecedora e não tive o reconhecimento na época, por quê? Porque era mulher. Isso me causou, assim, uma frustração, mas ao mesmo tempo me deu mais vontade ainda de falar assim: nós somos capazes, a gente tem como fazer uma carreira bonita, então, me tornou mais determinada ainda, em vez de desanimar eu fiquei mais... querendo fazer as coisas. (*Policial feminino, coronel, administrativo*).

Segundo contaram alguns policiais entrevistados da mesma turma, essas mulheres buscaram ao longo de suas formações e carreiras mudar as estruturas estabelecidas para as mulheres na polícia, mas não sabiam dizer exatamente o porquê não terem conseguido a unificação dos quadros anteriormente. A princípio, a unificação dos quadros teria se dado por uma “vontade” do então comandante-geral, Coronel Camilo, por este não ter achado justo com as mulheres, que tinham a mesma formação e funções, não poderem pertencer ao mesmo quadro de efetivo. Algumas policiais contaram vagamente que houve movimentos de luta para essa unificação, com reuniões e propostas com o comandante geral. Mas nenhuma pareceu ter participado ativamente desses momentos ou então, por não terem sido bem sucedidos na época não deram detalhes sobre o desenrolar das lutas. Os demais policiais entrevistados, principalmente os ingressantes antes da década de 1980 e os ingressantes após 2010, argumentam que

as mudanças são advindas de uma “evolução natural” que a polícia acompanha das mudanças sociais.

É. Então a coisa foi... essas alterações foram acontecendo de acordo com a necessidade mesmo. E eu acho que a mulher foi mostrando no decorrer do tempo, com a eficiência dela em serviço, então ela foi conquistando o espaço dela dentro da polícia. Nem que pese nossa limitação de força física, a gente trabalha em pé de igualdade com o homem. Então, obviamente, eles têm mais força física e eles vão ser mais empregados nesta área, mas em outras áreas a gente acaba sendo mais empregada, entendeu? E o bom de se ver é que a gente tem um bom relacionamento com a tropa. Hoje em dia o preconceito é bem camuflado. Quem tem preconceito tem até vergonha de falar que tem preconceito. Porque a grande maioria trabalha muito bem, de igual para igual. Porque todas demonstram uma capacidade profissional muito grande. As mudanças ocorreram pela demanda mesmo, pela necessidade de mudar, porque a mulher foi mostrando competência. Ao longo do tempo, né? (*Policial feminino, subtenente, aposentada*).

Então com a evolução, esse efetivo foi aumentando, aí se criou batalhões exclusivamente femininos, vieram, começou a destacar pro interior. Aí se mesclou, acabou.... a unidade exclusivamente feminina, acabou a unidade exclusivamente feminina. E elas se integraram nas diversas unidades nossas. [...] Foi acompanhando a evolução histórica da sociedade. Como eu te disse, em São Paulo foi o primeiro lugar a ter o efetivo feminino, mas em decorrência da realidade da época, elas realizavam mais o serviço social. Aí conforme a sociedade foi evoluindo, as mulheres conquistando seus direitos, a evolução do mercado de trabalho, foi abrindo o leque pra elas também aqui na polícia. (*Policial masculino, tenente-coronel, administrativo*).

Os movimentos apontados são apresentados nesses casos como resultado de méritos reconhecidos, sem lutas, sem conflitos. Os movimentos sociais feministas da época estavam lutando e reivindicando direitos, aparecendo e tendo destaque nas mídias e em suas conquistas. Quando é tratado o reflexo da sociedade, nos questionamos de qual parcela da sociedade estão se referindo. As lutas, as formas de contestação existiam - e existem - nos mais diversos âmbitos sociais em São Paulo. Se na década de 1980 houve grande demanda por direitos da mulher enquanto mães, trabalhadoras e mulheres não eram os reflexos dessa parcela da sociedade ao qual eles se referem.

As lutas sobre o discurso neste caso dependem, como argumenta Bourdieu, dos próprios *habitus* dos envolvidos. As policiais que ingressaram no período após a década de 1980 para as funções oficiais, já entraram na academia com a ideia do comando, ou seja, sabiam que ao finalizarem o curso, exerceriam posições de comando em cargos estratégicos, lidando com homens e mulheres nos batalhões (centros de comando que englobam diversas companhias, de acordo com a região). Por exigir que se prestasse o vestibular, a maioria entrava na carreira por ter parentes na própria polícia. Nestes casos, uma mulher prestando vestibular para uma carreira policial não era algo, na época, comum e aceito por qualquer família. A maioria que passou por essa vivência tinha algum parente próximo que já era policial (principalmente oficiais) e desta forma, fazia parte do *habitus* delas e de suas famílias essa realidade. Com isso, a visão do exercício policial ideal se torna diferente: já sabiam as exigências do militarismo e as funções que um “policial de verdade” exercia. Muitas apontam que seguiram a profissão porque o pai era oficial militar, o que gerava o conforto de já serem familiarizadas com a *estética militar*, mas por outro, começavam suas carreiras marcadas pelo *habitus familiar* que carregavam. Como relatado em campo, o entendimento do que era um policiamento verdadeiro, já na década de 1980, não englobava apenas o policiamento assistencialista e administrativo, mas sim, o policiamento ostensivo, combativo.

Os discursos sobre o policiamento entre a década de 1980 e os anos 2000 não tiveram muito alcance nos relatos desta pesquisa. A trajetória do policiamento feminino nos mostra que partindo do policiamento assistencialista, voltado para o atendimento de certos setores da sociedade específicos, foi sendo moldado e inserido na lógica do policiamento então exercido pela Força Pública: o caráter militarizado, combativo e ostensivo. O argumento aqui não está em afirmar que houve o abandono por completo das práticas assistencialistas, mas entender que os modelos de policiamento vão tendo características que se destacam mais que as outras nos diferentes momentos de sua existência. Porém, os destaques sobre a atuação entre o final dos anos de 1990 e meados dos anos 2000, são mais escassos e confusos. Apesar da afirmação das mudanças a partir de casos como o da Favela Naval (1997)¹⁸, por exemplo, a presença feminina nesses relatos fica diminuída, sendo o começo do entendimento de que “são todos policiais”. Conseguimos destacar que a valorização do policiamento ostensivo foi

¹⁸ Caso de registro por filmagem de policiais flagrados agredindo, extorquindo e torturando moradores em momento de patrulha, na Favela Naval, em Diadema/SP. O caso teve grande divulgação pelas imagens terem registrado o momento de execução de um dos motoristas abordados.

aumentando e definida como “render”, “pegar”, “correr atrás”, “partir pra cima”, “subir pra cabeça”, “resolver de imediato”, “dar resposta rápida”, ou seja, ações resultantes de patrulhamento nas ruas, identificação e abordagem de suspeitos e resposta a denúncias. Os crimes a que se referem normalmente são os de furto, mas principalmente de roubo, o que se relaciona com o policiamento ostensivo.

Para além das mudanças latentes quando da unificação das funções como, por exemplo, a inserção das mulheres nos mesmos locais de trabalho que os homens, a necessidade de adequar batalhões e prédios para que elas pudessem ali trabalhar. As/os policiais entrevistadas/os entendem que a instituição como um todo estaria passando por mudanças e isso afetaria diretamente o trabalho dos policiais, principalmente aqueles que exercem funções de policiamento ostensivo, ou “de rua”. E a principal mudança apontada pelos entrevistados, ao menos no discurso sobre o policiamento atual, é que houve uma junção nas funções até então existentes, fazendo com que seja “trabalho de polícia” as funções ostensivas e as de “cuidado”. Homens e mulheres policiais foram alocados discursivamente na categoria *policiais militares*, talvez como uma tentativa de minimizar as diferenças no trabalho policial até então existentes, buscando relatar essa necessidade de junção das atividades policiais, um “policia moderno”.

Ainda hoje, em torno de 60% das ocorrências que o policiamento atende, não são ocorrências teoricamente de polícia, são questões sociais. Então são desavenças familiares, são...prestação de socorro mesmo, pegar a pessoa, a vítima, levar pro hospital, pronto socorro, coisas do gênero. Então 60% não são ocorrências de polícia, ainda hoje. (*Policia masculino, tenente-coronel, administrativo*).

A mentalidade da polícia foi mudando, a política foi mudando. Até dentro da polícia foi mudando. E em contrapartida também, eu particularmente, eu acho que os policiais foram se moldando, a sociedade foi se moldando a essa polícia e ao meu ver não é uma polícia satisfatória para população. (...) Porque a população, ela quer uma resposta rápida e a polícia não dá essa resposta rápida. A resposta rápida que a polícia dá é vir aqui, atender você, pegar seu CIC e o RG ou o RG e tal, e orientar você a ir lá na delegacia pra.... quando eu entrei na polícia a gente botava a vítima dentro da viatura e ia procurar o ladrão, ia tentar identificar a pessoa agressora, sabe? Então é diferente, hoje não se faz mais isso. (...) Mas a gente vê o atendimento hoje, pra população, eu acho que a população merece uma polícia melhor. Porque a polícia se dividiu muito. Hoje o combate ao tráfico de entorpecentes pertence só à DISE. E o tráfico, a Polícia Militar,

sabe? É tanta informação, que a gente não, eles não conseguem.... como que chega essa droga no país? (*Policia* *masculino*, 1º sargento, administrativo).

Os relatos apontam pra insatisfação da polícia ter que lidar com conflitos que antes cabiam às *policias femininos*, como brigas de família, assistência aos enfermos, ou seja, atendimentos que são resultado do ambiente doméstico. O papel da polícia deveria ser, conforme a narrativa do policial, como era antes das reformas ocorridas no final da década de 1990: apesar de nunca ter sido uma polícia de ciclo completo, o fazer policial seguia por esse caminho, ao atuar na investigação de agressores e dar resposta à vítima.

As mudanças apontadas estão voltadas ao trato com a população, expondo sempre que a atuação comunitária tem sido prioridade de atuação policial. O trabalho feminino estaria em destaque nesse cenário por ter uma história de assistencialismo e policiamento comunitário, porém, não há indícios de que mais mulheres ocupem as funções comunitárias da polícia ou que esse trabalho seja mais valorizado entre os policiais por isso. Em conversa com o comandante do policiamento comunitário ele relatou que houve há alguns anos um movimento de inserção dessas mulheres no policiamento comunitário, privilegiando sua atuação a atuação masculina. Segundo o comandante, hoje essa realidade mudou, existindo mais homens no policiamento comunitário que mulheres, o que ele não sabe explicar o motivo. Quando questionado sobre quando essa mudança teria ocorrido, foi apontado o ano de 2012 como marco: de cada 10 policiais em policiamento comunitário, hoje seriam 8 homens e 2 mulheres, o que antes de 2012 era o contrário. Tais mudanças são mais apontadas pelos homens entrevistados que as mulheres, provavelmente por ser uma novidade de atuação para eles, mais do que pra elas: visão comunitária e assistencialista é parte da formação histórica dessas mulheres enquanto policiais. Também como forma de mostrarem, positiva ou negativamente, que de alguma forma é exigido deles uma nova forma de atuação.

A principal mudança identificada na pesquisa é sobre os discursos das representações sociais que envolvem a imagem da mulher policial. Houve mudança na percepção do trabalho feminino ao longo dos anos na PMESP, para além das mudanças formais que ocorreram e isso foi possível de ser identificado com as entrevistas e também as imagens obtidas no Museu da PMESP e através das imagens de reportagens divulgadas em páginas de redes sociais que exultam a figura feminina em instituições policiais e militares. A partir das falas das policiais de diferentes gerações, entendeu-se

que algumas mulheres adotaram formas de agir diferentes¹⁹ de acordo com sua “geração”.

Policiais ingressantes antes da década de 1980, principalmente pelo fato de terem ingressado ainda com todas as distinções legais acerca das diferenças de funções e trabalhos exercidos pelas mulheres na polícia, descrevem uma postura de manutenção das representações sociais acerca do feminino: mulheres carinhosas, que buscam sempre o diálogo, cuidado e integridade em sua atuação. Uma imagem emblemática desta estratégia é a fala de uma oficial para suas comandadas quando chegaram aos extintos BPMFem: “as armas de uma policial são o sorriso e o batom”. Por serem policiais, a ideia de potencial do uso da arma nunca fora deixado de lado: algumas reportagens trazem as mulheres posando com suas armas. Mas a imagem de feminino socialmente atribuído predomina, como vemos nas Figura 12 e Figura 13: elas podem até usar armas, mas não deixam de “ser femininas”, usando maquiagem, salto alto, cabelos sempre arrumados e sempre sorrindo. A Figura 13 mostra o cotidiano nas escolas de formação da PM, a presença de barbearias e locais reservados para o salão de beleza, os quais as mulheres deveriam frequentar enquanto nos cursos. Ainda em visita atual a APBB, no alojamento feminino existem muitos espelhos, salas específicas onde as mulheres passam suas fardas e deixam utensílios como secadores e modeladores de cabelo. Já no alojamento masculino, os únicos espelhos se encontravam nos banheiros e eram pequenos; as tábuas para passar as fardas ficam nos próprios locais onde dormem e os armários são menores.

¹⁹ Para este texto, conforme já abordado anteriormente, adotou-se a estratégia de relatar as vivências dos policiais entrevistados de forma tipológica, como forma de proteger suas identidades. Desta forma, entende-se que essas diferentes formas de agir e estratégias adotadas por essas mulheres não correspondem ao total de ações e vivências das policiais da PMESP, devendo ser respeitado os limites de uma pesquisa de mestrado ao realizar entrevistas em quantidade, buscando o contraponto qualitativo, face às pesquisas quantitativas já realizadas sobre o assunto (Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional, 2013 e Mulheres nas instituições policiais, 2015).

Figura 12 - Reportagem sobre a atuação feminina na PMESP.



Fonte: Acervo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Figura 13 - Reportagem sobre a presença feminina na PMESP.



Fonte: Acervo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Até porque o uso de maquiagem para policiais nunca foi vetado. Todo policial segue um código restrito de assessorio, corte de cabelo, maquiagem, no caso de *policiais femininos*, barba e bigode, no caso de *policiais masculinos*. Como relata uma das entrevistadas, principalmente enquanto existiam os batalhões femininos, a distinção

da mulher policial pelas características femininas era desejado e importante, porque senão todas pareceriam “hominhos”, como relatado por uma policial em campo.

Não, nós tínhamos que obrigatório usar, no mínimo batom, rímel e esmalte a gente não usava esmalte de cor gritante. Então a gente usava... na época tinha um que chamava RosaRei, um esmalte rosa que ficava muito bonito na mão da gente e a maioria a gente usava assim. Porque naquela época também, as mulheres não usavam esmaltes gritantes tá? Mas a gente sempre usou maquiagem, sempre usou maquiagem. No mínimo um batom. O que você não pode é exagerar. Eu vim trabalhar, hoje praticamente quase eu não uso mais. Mas se eu vou trabalhar, se eu vou durante o dia num evento, eu devo usar um tipo de maquiagem, se eu vou numa festa à noite, num casamento e tal é outro tipo. Se eu for numa balada, é um outro tipo. Assim como a roupa, tem a roupa adequada pra cada horário, pra cada tipo de evento, pra gente também. Então pra você trabalhar tem uma maquiagem que é própria com o seu trabalho, com o horário do seu trabalho. Mas sempre usamos maquiagem, tanto maquiagem quanto... sempre usamos. Era, se você chegasse pra trabalhar sem tá com um batom e sem tá com a unha arrumadinha, se você não quisesse passar esmalte você tinha que passar pelo menos uma base. Pelo menos o batom vai lá passar. Tinha que tá sempre.... sempre se preocupou muito com a postura e com a apresentação pessoal das policiais femininas, sempre, sempre. (*Policial feminino, coronel, reformada*).

A partir da década de 1980, as mulheres puderam ingressar na APBB ainda como civis, ou seja, antes disso, só poderiam cursar a academia para se tornarem oficiais, mulheres que já fossem praças, por pelo menos 2 anos. As mulheres ingressantes a partir deste momento, até os anos 2000, relatam que buscaram em suas carreiras construir uma imagem de “igualdade”, adotando estratégias de superação, realizando as mesmas tarefas que seus colegas masculinos, mas fazendo mais e melhor.

Ah... como eu fui promovida rapidamente – eu fiz curso de soldado, de cabo e de sargento – e eu já subi na carreira rapidamente, então este preconceito ficou mais velado. Eu percebo que tem preconceito assim, por exemplo, um grupo de 20 soldados masculinos e 1 feminino, eu percebo que alguns tem preconceito com ela.... no trabalho que ela desenvolve. Então, assim, ela tem que ser muito melhor para ela ser bem aceita no grupo. Ela não precisa ser normal...(...) Ela tem que se destacar muito mais para poder angariar o respeito do grupo. (*Policial feminino, subtenente, aposentada*).

Também é apontada questão da dedicação da mulher com os estudos. Dentre as falas sobre o tema, uma 1º sargento contou que conseguiu subir de patentes rapidamente porque sempre se dedicou e se esforçou em seus estudos. E que essa seria uma característica feminina, de ser mais estudiosa. Essa realidade, com o fim das cotas e das barreiras formais, seria um indicativo positivo, na avaliação da policial, da maior entrada e destaque do trabalho feminino na instituição. O que também resulta em características muito utilizadas para o trabalho administrativo, que pode ser desde gerenciar os pagamentos dos policiais, até atuar na Justiça Militar (Corregedoria da PM). O policial que trabalha no administrativo frequentemente é chamado de “policial maçaneta”, ou seja, uma conotação pejorativa daqueles que não exercem o “verdadeiro trabalho de polícia”, o “de rua”. Quando perguntadas/os sobre essa valorização do trabalho policial, há falas sobre a importância para a manutenção do cotidiano policial daqueles que lidam com os papéis e burocracias. Mas o “carro chefe”, o “trabalho de verdade” da polícia está no ostensivo, dos “que se arriscam todos os dias nas ruas” e se dedicam a essa “vocação”.

Há o predomínio da imagem da policial como guerreira, com armas, lutando, exercendo trabalho ostensivos nos batalhões de choque, raspando os cabelos se fosse preciso. Uma das entrevistadas, uma soldado hoje em trabalho administrativo por ter sofrido uma lesão durante operação contou que teve interesse de trabalhar na Força Tática assim que se formou policial. Desta forma, realizou o pedido ao então comandante do grupo, que a informou que todos os homens haviam raspado os cabelos para realizar o curso e ela teria de fazer o mesmo. Em sua fala, a soldado disse que não pensou duas vezes: tinha os cabelos longos e os cortou no dia seguinte e fez a inscrição para o curso. Ela contou que o comandante depois disse que tinha se tratado de uma brincadeira, mas ela entendeu que ao raspar os cabelos, assim como seus colegas tinham feito, ela mostrou que tinha tanta vontade de estar ali quanto qualquer um deles. Realizado o curso, disse que fazia tudo que seus colegas também faziam, mas melhor que eles; desta forma, teve destaque em sua formação e teria continuado no grupo, não fosse sua lesão durante uma operação, que deixou sequelas que a impedem de atuar no trabalho ostensivo. Há uma busca pela conquista da imagem de mulher guerreira, que faz tudo que os homens fazem e não deixam de “ser femininas”: esta mesma soldado contou que, apesar dos cabelos raspados e de fazer parte de um grupamento de choque, trabalhava todos os dias maquiada e com as unhas pintadas na cor vermelha, que era uma forma de diferenciar-se de seus colegas homens.

A Figura 14 representa um pouco desta imagem de uma mulher guerreira: faz parte de uma revista produzida e publicada por policiais durante o ano de 2014, divulgada nos batalhões polícia no estado todo²⁰. Também a Figura 15 representa essa imagem buscada por essas mulheres dessa geração, bem como o título desta pesquisa: ao clamarem que “O Lugar de Mulher é Polícia” marcam sua inserção na instituição como um direito e algo a ser visto como “natural”.

Porém, é constante que as/os entrevistadas/os destaquem a importância do trabalho repressivo a partir da força física da PM. Sendo esse trabalho importante, não seria possível que as mulheres ocupem todas as funções ou se tornem a maioria do efetivo, pois isso inviabilizaria a atuação policial. Apesar disso, as imagens que circulam em grandes redes sociais, jornais e revistas, exaltam hoje a imagem de uma policial “guerreira”, portando armas, algo bem diferente do que existia até a década de 1990. Entendendo que as imagens do batom e da caveira não englobam em si todas as realidades de mulheres e de policiais que existem, mas que fazem parte das representações sociais dessas duas figuras aqui trabalhadas.

Figura 14 - Capa da revista Segurança Policial na edição em homenagem às policiais.



Fonte: Página na rede social da revista Segurança Policial²¹.

²⁰ Tentamos ter acesso ao material comprando a revista que a princípio seria comercializada para a população. Porém nunca tivemos retorno do material. As imagens foram retiradas da página de divulgação, que foi desativada no final de 2015.

²¹ Disponível em <https://www.facebook.com/pages/Revista-Seguran%C3%A7a-Policial/1403305303220033?sk=photos_stream>. Acesso em 31 maio 2015.

Figura 15 - Imagem de duas representações emblemáticas.



Fonte: Página Mulheres de Farda em rede social.

Quando da unificação dos quadros e funções, as policiais mais antigas tiveram que adaptar-se às novas exigências e isso acabou interferindo no trabalho daquelas que já ingressavam com o interesse em uma atuação não assistencialista. As falas nas entrevistas não apontam diretamente para certo ou errado no que diz respeito a essa atuação. A percepção da pesquisadora ao ouvir tais falas divergentes é que a luta entre os discursos se dá, mas de forma não oficial. Apesar de algumas entrevistas terem acontecido dentro dos Batalhões e Companhias, quando as policiais desviavam do discurso oficial, expressamente afirmavam que aquelas eram suas opiniões pessoais, que não queriam com isso “passar por cima” da fala do comandante. Mas argumentavam, no caso das policiais ingressantes antes da década de 1980, que o policiamento feminino não deveria ter perdido seu caráter assistencialista, uma vez que os homens, sendo maioria na PMESP, não conseguem suprir essa demanda mais “humana”, por não ser da “natureza masculina” o carinho e o cuidado, e sim, da “natureza feminina”²². O que não acontece nos discursos feitos pelas policiais ingressantes após essa época. Entendem que apesar de necessário esse cuidado e atenção no trabalho policial, a realidade social mudou, e está tudo mais violento e perigoso. Sendo assim, o trabalho de polícia deve seguir o padrão de policiamento que historicamente foi atribuído ao masculino.

Os discursos hoje se voltam para uma ideia de que, mulheres e homens não têm distinções, uma vez fardados. Logo, há de certa forma uma busca por minimizar

²² No próximo item deste texto será abordada de forma mais detalhada as discussões sobre a divisão sexual do trabalho e as divergências entre a chamada “natureza feminina” e “natureza masculina”.

diferenças de gênero, entendendo que todos devem agir igualmente e ser tratados da mesma forma, interna e externamente à polícia. “Todos são policiais”, conforme relato de um comandante em entrevista. Nesse momento, houve também a mudança do fardamento dos *policiais femininos* e *masculinos*. As mulheres passaram a usar calça, coturno, boina, cinturão, armas de mais alto calibre e o colete a prova de balas. Porém, o fardamento masculino também mudou, como relata um dos entrevistados.

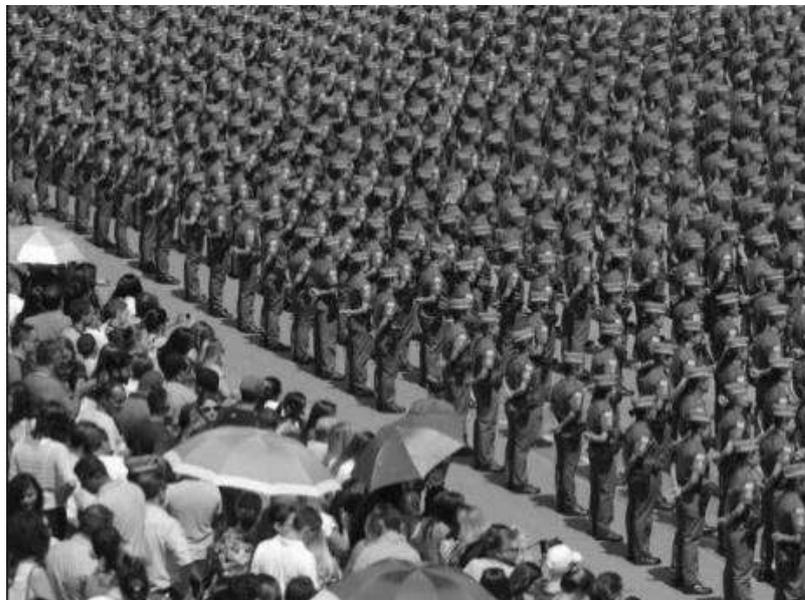
Quando eu entrei na polícia em 1990 a gente pegou o final da ditadura né? Então a polícia, ela... o treinamento, o aperfeiçoamento do soldado na época era um pouquinho mais rigoroso, mais rígido, tal...tinha mais instrução de exercício de combate, tipo o Exército. Hoje não, hoje o policial ele é formado pra servir a sociedade. Então o treinamento é diferente do que tinha antigamente. (...) Mudou em 1998, ai já começou a mudar essa filosofia de polícia né? Essa filosofia de polícia. Pro atendimento mais ao público. Então mudou bastante. A partir daquela fase da Favela Naval, foi a partir daquele momento. (...) Pra quem já estava foi duro, porque a gente sofreu muito com a transformação da polícia. Até o fardamento antigamente era um pouquinho mais agressivo, era assim, o fardamento era o coturno e a bota com a calça com bombacha, então era um policiamento mais rígido, sabe? Até o fardamento era diferente. Depois que mudou a polícia, veio aquele fardamento mais social, calça cinza, camisa azul... que passou a ser um pouquinho mais sabe? (...) Então, quando você vem com o fardamento um pouquinho mais pra combate, é diferente de você ver um policial com uma calça social, entendeu? (*Policial masculino*, 1º sargento, administrativo).

Acabaram acreditando que estávamos ali. Quando tinha furtos ali no calçadão que a gente catava, chegava, rendia, pegava, sabe? Então o pessoal começou a botar fé. Que era polícia de verdade. E o uniforme foi mudando. (*Policial feminino*, 1º sargento, administrativo).

Desta forma, algumas entrevistadas, principalmente as que ingressaram após os anos 2000, argumentam que apesar de usarem maquiagem como forma de não serem identificadas como “mini-homens” ou “homenzinhos”, quanto mais foram chamadas de “senhor” ou colocadas sempre nas flexões masculinas dos termos, mais se sentem de fato inseridas e reconhecidas por seu trabalho, e não por serem mulheres. Elas indicam que assim o que é absorvida é a ordem, o comando, e a pessoa que dá a voz de comando não interfere na realização do trabalho. E tal discurso parte principalmente das mulheres oficiais, que ao ingressarem na polícia já sendo treinadas para o comando das tropas,

tem seus discursos e visões alinhados aos oficiais. As Figura 16 e Figura 17 indicam essa não distinção: de costas, em formação, “todos são policiais”.

Figura 16 - Divulgação da formatura de soldados de 2ª classe da PMESP em 2014.



Fonte: Nilton Fukuda/Estadão Conteúdo, reprodução Portal UOL de Notícias²³

Figura 17 - Divulgação da formatura de soldados da PMESP em 2012.



Fonte: Paulo Whitaker/Reuters - 20.jul.2012²⁴

²³ Disponível em < <http://noticias.uol.com.br/album/album-do-dia/2014/11/21/imagens-do-dia---21-de-novembro-de-2014.htm?abrefoto=1#fotoNav=31>>, imagem 31/45. Acesso em 14 ago 2015.

²⁴ Disponível em < <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/07/30/um-terco-dos-policiais-brasileiros-pensa-em-deixar-corporacao-diz-pesquisa.htm>>. Acesso em 14 ago 2015.

A questão a ser destacada está no fato de que para ser equiparadas aos homens e poderem exercer as mesmas funções, as mulheres policiais se distanciaram do trabalho assistencial, passando a exercer o trabalho que é considerado o “verdadeiro” de polícia: o trabalho ostensivo. Com isso, o fardamento passou a ser o mesmo, as funções, obrigações, postos e quadros. Mesmo existindo barreiras não oficiais, como apontado nas pesquisas de Soares e Musimeci (2005), Pasinato (2013) e FBSP (2015), elas têm o suporte legal para estar e exercer todas as funções policiais. Mas isso não significa que houve o abandono de funções como policiamento comunitário, ronda escolar, projetos como PROERD pelas mulheres. O que pudemos entender com a pesquisa é que tipologicamente, o trabalho feminino de polícia passou a ser reconhecido como trabalho de polícia, a partir do momento que se aproximou cada vez mais do trabalho até então exercido pelos homens, o policiamento ostensivo.

4 Textos e contextos das mulheres nas Forças Armadas e Policiais

4.1 Mulheres em instituições militares e policiais

Os trabalhos e pesquisas que abordam a temática de gênero em setores historicamente masculinos têm crescido em número e aprofundamento de suas análises, principalmente na temática sobre segurança pública, conforme destaca Souza (2014). Apesar desse crescimento nos estudos brasileiros, há ainda uma baixa representatividade no estudo de gênero quando o foco se dá em instituições militarizadas. O que é diferente em outras instituições policiais, uma vez que os estudos sobre a polícia civil (PC) têm maior diversidade de abordagens e o foco no gênero tem sido mais constante, conforme mostra o estudo de Bonelli (2003), voltado a entender processos de construção de carreiras jurídicas, policiais e nas instituições de segurança pública como um todo. Um exemplo é o trabalho supervisionado por Maria Rosa Lombardi, As mulheres nas forças armadas brasileiras: a marinha no Brasil 1980-2008, financiado pela Fundação Ford, publicada em 2009. Esta foi uma pesquisa realizada em âmbito nacional, focando em uma metodologia qualitativa, com realização de entrevistas com homens e mulheres da Marinha do Brasil. Abordou o processo de formação das Forças Armadas no Brasil (FFAAs), destacando formas e períodos da inserção feminina nos três âmbitos: Exército, Aeronáutica e Marinha.

Adotando essa perspectiva, pôde-se perceber que a feminização das FFAAs ocorre num quadro de racionalização do trabalho militar, em que o enxugamento de quadros e a necessidade de pessoal qualificado fez voltar as atenções para as mulheres que, a partir de meados dos anos 1960, passaram a se tornar cada vez mais escolarizadas e abertas para a escolha de profissões, até então inimagináveis para o seu sexo. (2009:9).

A pesquisa aborda e discute as mudanças na percepção do trabalho feminino na Marinha, focando nas resistências e transformações ocorridas ao longo de quase 30 anos da presença feminina na instituição. Com uma história muito parecida com a das mulheres policiais em São Paulo, foram admitidas com o intuito de “humanizar” a representação da instituição, ocupando cargos socialmente atribuídos ao feminino: enfermarias e assistência social. Existência de cotas, barreiras legais e invisíveis para ascensão e permanência dessas mulheres como oficiais da marinha, o estudo mostra o quanto esses processos foram se modificando ao longo dos anos, mas também o quanto alguns setores são resistentes, uma vez ainda ser atribuído ao feminino os ideais da

maternidade (e a falta de rotinas, existência de turnos e longos períodos no mar seriam impeditivos dessas mulheres exercerem funções operacionais) e cuidado.

As razões invocadas para a interdição dessas atividades às mulheres passam pela ausência de infraestrutura dos navios para recebê-las, pela sua falta de força e resistência físicas para desempenhar serviços pesados e sujos, pela pretensa aversão feminina a ambientes confinados e ao isolamento, pela incompatibilidade entre maternidade, cuidado com os filhos pequenos e a vida no mar durante longos períodos. (idem: 11)

Importante também destacar o contexto de criação dos setores femininos das Forças Armadas no Brasil e no mundo, principalmente quando da II Guerra Mundial. Tendo como base o trabalho de Quérel (2009), vemos nos países da Europa e Oriente a participação das mulheres aumentando no final da II Guerra Mundial, mas substancialmente, a partir de 1939. As mulheres começaram a trabalhar preferencialmente em setores de apoio à guerra ou secundários. Sejam nos campos, nas colheitas e plantações, seja em escolas e abrigos, setor alimentício, transportes, transferência e distribuição de alimentos.

As mulheres exerciam as funções que socialmente lhes eram atribuídas, porém, com aumento dos setores que as aceitavam. O número crescente de homens na guerra fez com que escritórios, fábricas e serviços precisassem ser preenchidos pelas mulheres que não podiam atuar nos campos de batalha. O foco do autor está nos países da Europa, Estados Unidos, da então URSS e Japão. Ele mostra que quando as mulheres não podiam trabalhar em escritórios e serviços assistenciais, como de transferências, albergues e abrigos, eram encorajadas a assumir os cuidados das famílias das que podiam. O viés de classe social sobressai nessa situação: mulheres com maior nível de escolaridade e de classes média e alta atuavam nas fábricas, abrigos e escolas. As de escolaridade e classe social mais baixas assumiam o cuidado das famílias dessas outras mulheres. Nestes casos o autor faz uma separação entre o trabalho na produção e o trabalho de manutenção do cotidiano. As mulheres passaram a exercer as duas funções, de acordo as especificações de suas formações, desde que não estivessem diretamente envolvidas no combate da guerra.

A questão a ser destacada neste caso é que, para que ocupassem tais funções (produção e manutenção) foram criados os setores femininos militares. Não houve a inserção dessas mulheres livremente ou de forma civil: elas foram inseridas em grupos e eram treinadas como militares para trabalharem em setores civis. Principalmente as mulheres que trabalhavam como enfermeiras e cozinheiras nos campos de batalha

passavam por esse treinamento, específico para mulheres, mas de caráter militar. Todas usavam uniformes específicos de acordo com suas funções, era uma extensão dos trabalhos de guerra para o cotidiano mantido e sustentado pelas mulheres (independentemente da idade o envolvimento acontecia).

Quétel (2009) destaca ainda que alguns trabalhos menos socialmente atribuídos ao feminino que eram ocupados por mulheres, como no caso da Grã Bretanha as mulheres voluntárias que trabalhavam na demolição e desobstrução das ruínas causadas pela guerra. Ele destaca que a princípio os bombeiros (homens) fizeram resistência a essa atuação, mas que com o tempo foram aceitas. “Sob as bombas, as mulheres são finalmente iguais aos homens”. (QUETEL, 2009: 100).

Outra questão apontada pelo autor é o aumento dos trabalhos e trabalhadoras como assistentes sociais. Tais ofícios (como classificados pelo autor), nos países estudados, já existiam antes da IIGM, porém tomaram novas proporções e amplitude quando da guerra. Outro caráter semelhante a todos os países destacados é que essas mulheres que atuavam nos trabalhos de produção e manutenção do cotidiano tinham alto nível de escolaridade. O que é destacado pelo autor como a oportunidade para as mulheres ocuparem cargos decisivos nesses países, como engenheiras, gestoras e chefes.

É ponto de destaque no estudo de Quétel a participação das mulheres na frente de guerra na antiga URSS. “Na URSS em guerra, a mobilização das mulheres caminhava por si desde a Revolução de 1917. E num país invadido, vítima de massacres em massa das tropas nazistas, o patriotismo de todos e de todas caminhava igualmente por si”. (Idem:101). Apesar de pouco incorporadas nos campos de batalha, as mulheres da URSS atuavam diretamente nos campos como auxiliares, fossem como médicas, engenheiras e diretoras estratégicas, fossem como construtoras de fossos, barricadas e valetas para serem utilizadas durante as batalhas. O autor aponta que tais atuações femininas da URSS tem origem na própria formação da URSS após a Revolução de 1917, na qual todos eram considerados como um só, ou seja, combatentes, como uma “psicologia coletiva”. Seria por isso que, diferentemente dos outros países envolvidos na guerra, na URSS não houve grande espanto quanto à atuação feminina nos mais diversos setores.

Com isso as atuações femininas nas polícias europeias começam com a mesma ideia do assistencialismo que essas mulheres tiveram durante a guerra. Como caso internacional emblemático dos estudos sobre polícia e gênero destaca-se o estudo de

Pruvost acerca da história da inserção das mulheres na polícia. Em seus textos (2001, 2008), a autora retoma a história da criação do que seria um grupo de policiamento feminino, chamado de “Brigada de Menores” de Paris, em 1935 (eram *officiers de police adjoints*). Segundo a autora, a instituição policial seguia a divisão sexual do trabalho, assim como as demais esferas sociais o faziam e, portanto, às mulheres eram designadas funções socialmente femininas, de assistência social. No entanto, existir um setor na polícia voltada ao assistencialismo propriamente dito significava, na época, haver um movimento de diversificações das atividades e dos modos de ação da instituição policial. Em 1968 houve a fusão entre as polícias existentes e com isso, a junção das funções, podendo as mulheres exercerem as mesmas funções que seus colegas homens podiam e com as mesmas obrigações de ofício. A entrada das mulheres nos setores policiais se deu anteriormente à possibilidade de votar, por exemplo, o que segundo a autora foi uma forma de preparar a opinião pública para a igualdade política entre os sexos.

O interessante de se destacar sobre o texto é quando a autora trata dos processos de “feminização” que ocorreram na instituição: apesar de um número crescente de mulheres exercendo o ofício policial, elas se recusavam a colocar os termos oficiais na flexão feminina, usando o termo “mulheres policiais”. Movimento esse muito semelhante ao encontrado no caso da PMESP: eram e continuam sendo muitas vezes chamadas de *policial feminino*. No caso francês, Pruvost argumenta que esse processo teve duas etapas com duas funções: ao marcar o termo mulheres, valorizam as diferenças de gênero existentes, mas ainda sendo policiais, em virtude de sua igualdade de atuação.

Destacam-se também os estudos com abordagens nacionais sobre as instituições policiais, como a pesquisa supervisionada por Pasinato (2013), a qual aborda em âmbito nacional de forma quantitativa e qualitativa a presença feminina nos setores de segurança pública: as polícias militares, corpo de bombeiros, polícia civil e científica e polícia federal, não abordando, no entanto, os setores do Exército, Marinha e Aeronáutica. A pesquisa trata também das produções acerca de mulheres em instituições policiais, buscando apresentar e analisar as experiências profissionais dessas mulheres que atuam em setores e ofícios historicamente masculinos, traçando um perfil nacional dessas trabalhadoras.

O sobre As mulheres nas instituições policiais (2015), organizado pelo Núcleo de Estudos em Organizações e Pessoas (NEOP) e o Fórum Brasileiro de Segurança

Pública (FBSP), foi realizado através de questionários com questões fechadas que foram enviados aos profissionais cadastrados. Nesta pesquisa, assim como na anterior, o número de respondentes é baixo, apenas 2,5% dos questionários enviados foram respondidos; com tais dados não é possível realizar uma universalização dos dados produzidos e por isso, acrescentou-se a abordagem qualitativa destes dados. A pesquisa traz dados importantes sobre o número crescente de mulheres nessas instituições no Brasil como um todo. Focando no estado de São Paulo, o maior respondente dos estados a esta pesquisa, o número de mulheres não chega a 20% ao juntar as 8 instituições pesquisadas. Dentre elas, a PM foi a com menor número de respondentes, cerca de 12% apenas, contra cerca de 38% da polícia científica e perícia (PC/P).

A importância de estudos como estes, que abordam as instituições como um todo é mostrar que, apesar de um longo percurso historicamente percorrido por mulheres dentro dessas instituições, o pouco que mudou, mudou lentamente. Apesar de um crescente número de mulheres ocupando cargos de alto escalão, os depoimentos de assédio (não tendo sido especificado o que é entendido por assédio nas pesquisas) e da ausência de condições favoráveis de trabalho, como equipamentos não específicos ao corpo feminino, por exemplo, ainda aparecem.

O baixo número de respostas aos questionários não é abordado em tais pesquisas. O que nos faz indagar o quanto mesmo o anonimato de um questionário enviado através de redes de comunicação é suficiente para tratar de assuntos como gênero nessas instituições. Estudos sobre polícia militar e gênero como os de Soares e Musumeci (2005) sobre a Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ), Calazans (2004) sobre a Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS), Capelle (2006) e Alves (2011) sobre a Polícia Militar de Minas Gerais (PMEMG), Moreira (2007) e Schactae (2011) sobre a Polícia Militar do Paraná (PMEPR), Pereira (2009) sobre a Polícia Militar do Maranhão (PMEMA), Feitosa (2010) sobre a Polícia Militar do Ceará (PMECE) e Neves (2008) sobre a Polícia Militar da Bahia (PMEBA), com abordagens qualitativas a partir de entrevistas conseguem abranger temas como os de assédio e dificuldades no exercício do ofício policial, mas também trazem os temas de formas e meios adotados para superação de preconceitos e as ideias de micro resistências cotidianas nas funções exercidas. Entendemos que não há um método mais eficaz para abordar questões de gênero nessas instituições, tendo as pesquisas ao longo dos anos buscado novas abordagens e métodos para tentar ultrapassar as barreiras impostas.

Desse modo, se no campo que compreende os estudos sobre segurança pública e violência há um conjunto amplo e numeroso de estudos, do qual o estado de São Paulo é um dos maiores responsáveis pela produção acadêmica nacional, não há, ao se observar a linha de estudos sobre a polícia, especificamente das ciências sociais, qualquer estudo a respeito das representações de gênero em vigor atualmente na corporação policial militar paulista (...). (SOUZA, 2014: 18).

Tal fato justifica a pesquisa do autor, bem como esta e tantas outras que ainda devem surgir. Mas não só pela falta se justifica esta pesquisa: é interesse também abordar a presença feminina na PMESP entendendo essas mulheres como produtoras e negociadoras de suas realidades e dos discursos que produzem, trazendo novas discussões sobre a temática de gênero e mulheres, não as representando como vítimas de um sistema, mas produtoras de novas realidades. Mais do que abordar preconceitos atribuídos ao gênero, a rigidez da estrutura e *estética militarizadas* são fatores que permitem expandir as dificuldades enfrentadas pelos profissionais policiais, como mostram os estudos sobre vitimização policial (Minayo, 2014).

4.2 Estudos sobre profissão, trabalho e gênero

A inserção da mulher no mercado de trabalho pode ser abordada sob diversos aspectos e pontos de análises diferentes. É importante destacar algumas características básicas da temática, a fim de entender as diferenças e similaridades que os estudos sobre trabalho, profissões e gênero podem ter quando se estuda uma instituição como a PMESP.

Peticarrari (2007) aborda a inserção das mulheres em um trabalho historicamente masculino também, a indústria metalúrgica. O autor traz uma discussão sobre o início da inserção feminina no mercado de trabalho, o quanto o trabalho feminino por princípio era alocado em setores de maior precariedade e subalternação. Pouca ou nenhuma garantia trabalhista, salários muito menores, horas de trabalho mais extensas e funções sem prestígio são algumas das características destacadas, bem como a dupla ou tripla jornadas exercidas já desde a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

No Brasil, segundo o autor, é a partir da década de 1990 que houve a expansão da inserção da mulher no mercado de trabalho. Na mesma época começa o processo de precarização das relações. Se a precarização é fruto da inserção da mulher nesse mercado já visando essa realidade ou se houve a precarização devido ao aumento dessas

mulheres nos diversos setores, não há como afirmar categoricamente. A questão é que esses processos se deram de forma concomitante e afetaram diversos setores e ramos do mercado de trabalho desde o início dos anos 1990 no país. As principais características do trabalho precário é entendido sobre as relações de trabalho, ou seja, não registro formal, falta ou poucos direitos trabalhistas, a forma de contratação.

No que diz respeito a determinadas características de um trabalho precário, as *policiais femininas* não se enquadram: são contratos estatutários, com igualdade salarial, alcance de cargos superiores que demandem concurso e/ou tempo de serviço e licença maternidade, por exemplo. Porém, podemos dizer sobre a precarização das relações, dos processos de trabalho, quando pensamos no sistema de plantões, escalas e o tipo de trabalho exercido pelos policiais, porte de armas, amassa de confrontos, entre outros. O que não significa que não existam barreiras para ascensão aos cargos e funções mais altas e de prestígio na instituição. Conforme argumenta Bonelli (2011), o “*glass ceiling*” ou “teto de vidro” atua como barreiras efetivas, porém não legalizadas, para a ascensão de mulheres em suas carreiras. No que diz respeito às funções, patentes e postos que podem ser assumidos apenas de acordo com o tempo de serviço e devido a concursos, as mulheres conseguem alcançar os mesmos postos. Porém, quando se trata de avaliações de seu trabalho, haveria o então chamado “teto de vidro”, que a pesquisadora resgata autores como Junqueira e Thornton para abordar o assunto nas carreiras jurídicas. Esse “teto de vidro” seria então, segundo Bonelli (2011):

(...) barreira invisível que dá a ilusão de igualdade de oportunidades na carreira, mas bloqueia o acesso às posições elevadas da hierarquia profissional, mantendo as advogadas nas atividades menos valorizadas, que não preparam para posições de prestígio e poder, e têm pouco contato com cliente (277).

O argumento dado pelas policiais e pelos policiais entrevistados é que tais barreiras não existem, uma vez que a carreira militar é seguida por tempo de serviço e cursos/concursos que os policiais se inscrevem ao longo dos anos. Como já apontado em uma fala no item anterior, a fala de que as mulheres são mais esforçadas e almejam postos mais altos, estudando e se esforçando mais que os homens para isso é corriqueira. Mas se esse esforço e melhor rendimento em concursos é uma realidade do trabalho feminino na polícia, o fato delas não terem tanto espaço nas posições de comando pode indicar que esse tipo de trabalho não é o primeiro a ser levado em consideração quando policiais são promovidas e colocadas no comando.

De acordo com Peticarrari (2007), a realidade da mulher no mercado de trabalho é semelhante após o aumento de sua participação: a mulher se adaptaria melhor às exigências e demandas do setor empregatício no que diz respeito à escolaridade, especialização e disponibilidade. Ao mesmo tempo em que ocupariam os postos de trabalho em setores qualificados. Segundo o autor, a incorporação do trabalho feminino de acordo com as funções já socialmente atribuídas às mulheres reflete a segregação e limitação impostas a essas mulheres. “As relações entre os sexos ainda são predominantemente assimétricas e hierárquicas, assim como são desiguais as posições ocupadas pelos indivíduos dos dois sexos seja na esfera da produção ou das relações familiares”. (PERTICARRARI, 2007:40).

Como já relatado neste texto, as mulheres foram admitidas na polícia visando um policiamento voltado para ações comunitárias e “humanas”. Os *policiais femininos* foram encarregadas inicialmente do cuidado com mulheres, crianças, idosos, jovens em situação de delito e enfermos. Sua atuação ficava restrita a pontos de transporte, como estações de trem e portos, visando uma atenção e vigilância para com as centenas de migrantes e suas famílias que chegavam todos os dias na cidade de São Paulo.

Essas policiais nunca realizavam a patrulha desacompanhadas, sendo muitas vezes seguidas por policiais homens que estavam a paisana. Por lei e por princípio de atuação, não podiam realizar o patrulhamento ostensivo: se houvesse algum delito que envolvesse confronto físico, deveriam solicitar reforços através do rádio e os *policiais masculinos* que estivessem mais próximos realizariam o trabalho. Em uma das falas das entrevistadas desta pesquisa, há o destaque para o fato dos homens policiais quando na época da inserção dessas mulheres terem um cuidado extra com os *policiais femininos*:

No começo tinha muito disso. Quando eu ingressei, por uns anos, eles nos viam muito como... eles eram nossos protetores, tá? Nós éramos um grupo até pequeno na época, então ai se eu tivesse fazendo policiamento, ai se alguém mexesse com uma policial feminina. Eles ficavam...era como se tivesse mexendo com uma filha, com a mulher deles. Eles sempre nos viram muito como protetores, mas mudou, mudou... hoje já não tem mais isso. (*Policial feminino, coronel, reformada*).

Durante pesquisa desenvolvida no Museu da PMESP, bem como tratado nos trabalhos de Moreira (2011), Soares e Musumeci (2005) e Souza (2014), há um vasto material jurídico produzido sobre a inserção legal das mulheres no policiamento, bem como a criação do Corpo Feminino de Policiamento (CFPol). Em todos esses documentos, são destacadas as características necessárias para as mulheres que

desejavam ingressar como policiais no Corpo Civil de Policiamento. Existem notícias de jornais anunciando editais para policiais, que destacam o caráter materno necessário e intrínseco que elas deveriam ter para com a população alvo de sua atuação. Comandadas pela idealizadora do projeto, Hilda Macedo, deveriam ter uma postura disciplinada, seguindo os preceitos militares de altivez e seriedade, mas sem serem ríspidas, uma vez que não seria uma característica feminina e sua inserção tinha como objetivo “humanizar” a PMESP.

“Considerando que no vasto complexo e multifário campo das atividades policiais há setores que pela sua natureza, reclamam tratamento preventivo e repressivo especial, e que a atuação da mulher pela sua formação psicológica peculiar, se mostra particularmente eficaz e vantajosa.” [...] Art 1º. Parágrafo único: A esse Corpo serão atribuídas tarefas de Policiamento às quais, pela sua natureza, melhor se ajuste o trabalho feminino em razão de sua formação psicológica peculiar, principalmente as que se referem à proteção de menores e mulheres. (SÃO PAULO, Decreto-Lei n. 24.548, de 12 de maio de 1955).

Figura 18 - Anúncio convidando mulheres a ingressarem na PM.

ABERTAS AS INSCRIÇÕES NO BATALHÃO FEMININO



A PM abriu inscrições para policiais femininas.

O Batalhão Feminino da Polícia Militar está com suas inscrições abertas para jovens que desejam ser policiais femininas, passando a integrar um quadro cujas atribuições se relacionam diretamente à proteção de menores, mulheres e anciãos, bem como participar ativamente das "Operações" realizadas pela PM, tanto na Capital como no Interior.

Para ingressar no Quadro Especial de Policiamento Feminino, os requisitos exigidos são estes: ter, no mínimo, 21 anos e, no máximo, 26 anos; ter pelo menos 1,56 m de altura; ser solteira, viúva ou desquitada (sem culpa na dissolução do vínculo); possuir curso do 1º grau completo, não registrar antecedentes criminais, estar em gozo dos direitos políticos e ter boa conduta civil.

Os exames, todos eliminatórios, versarão sobre Conhecimentos Gerais, bem como exames Médicos, Odontológicos e Psicológicos. As candidatas aprovadas nos exames serão admitidas na graduação de 3º Sargento, com os vencimentos de Cr\$ 2.312,00, além de receber assistência médica, odontológica, hospitalar e uniforme.

As interessadas em abraçar a função de policial feminina, com a possibilidade de acesso a todas as graduações e postos do Quadro Especial de Policiamento Feminino, poderão obter maiores informações no 33º Batalhão Policial Feminino, à Rua Gabriel dos Santos, 81 — Capital, ou nos Batalhões da Polícia Militar, no Interior.

As inscrições estarão abertas até o dia 10 próximo e os exames serão efetuados no dia 19 deste mês.

Fonte: Acervo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

No texto da Figura 18, mesmo sendo da década de 1970, já são mostrados os requisitos mínimos necessários para o ingresso de mulheres no policiamento. O texto segue da seguinte forma: “O Batalhão Feminino da Polícia Militar está com suas inscrições abertas para jovens que desejam ser policiais femininas, passando a integrar um quadro cujas atribuições se relacionam diretamente à proteção de menores, mulheres e anciãos, bem como participar ativamente das “Operações” realizadas pela PM, tanto na Capital quanto no Interior. Para ingressar no Quadro Especial de Policiamento Feminino, os requisitos exigidos são estes: ter, no mínimo 21 anos e, no máximo, 26 anos; ter pelo menos 1,56cm de altura, ser solteira, viúva ou desquitada (sem culpa na

dissolução do vínculo); possuir curso do 1º grau completo; não registrar antecedentes criminais; estar em gozo dos direitos políticos e ter boa conduta civil. (...).”

O “cuidado”, a ação maternal para com setores muito específicos da sociedade são os aspectos marcantes dessa “formação psicológica” peculiar da mulher. As policiais, a princípio deveriam assistir principalmente os migrantes da época, direcionando-os a pousadas, abrigos seguros, indicando hospitais, escolas e postos de saúde. “Cuidar” da segurança e integridade dos mais vulneráveis.

Soares e Musumeci (2005) argumentam que ao colocar as mulheres nos patrulhamentos com maior visibilidade – estações de trem, portos e o cuidado com o trânsito – davam destaque a uma atuação “maternal” da polícia para com os mais vulneráveis, cabendo aos companheiros de profissão continuar a lidar com o policiamento ostensivo sem chamarem atenção para sua atuação. Tais falas sobre a necessidade de uma “humanização” da imagem policial aparecem em alguns discursos de policiais, homens e mulheres, em posição de chefia entrevistados, mas aparecem com um intuito de diferenciar o passado do presente, de mostrar o quanto a PM teria mudado ao longo dos anos.

Scott (1998) argumenta sobre a importância em se entender, através dos discursos e dos processos históricos, a experiência de grupos diferentes, bem como a questionar e explicá-los. Para ela, a história da diferença é entendida como a história da designação do outro e quando ela é compreendida, possibilita a participação política em um movimento. Ela argumenta ainda que expor a experiência dos grupos diferentes funciona para expor a existência dos mecanismos repressivos, mas não trata dos funcionamentos do grupo. Expomos a diferença, mas não a entendemos como relacional em sua constituição. “Por isso precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências”. (p: 304). Essa a importância de entender e analisar as formas e processos de inserção dessas mulheres na PM, para compreensão das relações sociais e internas em jogo que levaram a constituição dessa realidade.

Figura 19 - Reportagem sobre atuação feminina crescente na década de 1990.

PM

Armas, saias e batom

Carreira militar atrai muitas mulheres e revela uma novidade: elas ficam longe das confusões fardadas

A Polícia Militar do Estado de São Paulo abriu inscrição para preencher 150 vagas para soldados femininos na segunda-feira 30 de novembro. Nos dois dias, durante os quais se recebiam inscrições, mais de 7 mil mulheres compareceram aos quichês do Estado do Camê, na capital paulista, para preencher os formulários e candidatar-se a uma das vagas. O número de inscritas mostra que a profissão de policial feminino deixou de ser exótica. Elas estão presentes nas PMs de 26 estados – só não são admitidas na corporação de Roraima. O salário, em início de carreira, é igual ao dos homens (em São Paulo, R\$ 710, em Curitiba, R\$ 730). A equiparação sa-

larial, entretanto, não significa igualdade de oportunidades.

Na maioria dos estados o efetivo de mulheres nunca pode ultrapassar 10% do total. "Isso demonstra o medo da corporação de que as mulheres cheguem ao poder", diz Kátia Neri Boaventura. Ela entrou para a escola de oficiais em 1983 e hoje é uma das oito mulheres com patente de major no Rio de Janeiro. As limitações não ficam apenas no número das que devem ser admitidas. Dos 26 estados que têm mulheres, só São Paulo tem coronéis do sexo feminino. O posto é o mais alto entre os oficiais. "Quanto mais se aproxima do poder, mais a nossa luta fica difícil", crê a procuradora

Norma Kyriakos, estudiosa do movimento feminino na sociedade.

"Só podemos comandar policiamento feminino, nunca um batalhão masculino", diz Vitória Brasília de Souza Lima, uma das duas únicas coronéis de São Paulo. A restrição de comandar homens é determinada pelo regimento de cada instituição. No caso de São Paulo, o quadro de regras para policiais homens e mulheres é diferenciado. Em Goiás, ele foi unificado em 1995. A coronel Vitória defende a unificação mesmo que isso dificulte o acesso das mulheres a cargos superiores.

Elas têm um aliado na luta contra a discriminação: a lei de seu trabalho. PMs femininas raramente se envolvem em casos de violência, corrupção ou tráfico de drogas, maculadas constantes nos processos contra policiais militares que tramitam nas corregedorias das polícias. "Nunca tivemos um caso de corrupção entre as mulheres", garante a coronel Vitória. A corregedoria de Pernambuco também nunca registrou um caso de corrupção envolvendo suas policiais.

A admissão de mulheres nas polícias militares começou em São Paulo, ainda na década de 50. O Paraná foi o segundo estado a admiti-las em seus quadros, a partir de 1977. Nos demais estados elas foram integradas na década de 80. "A presença feminina representou um rompimento do papel da mulher no mercado de trabalho", avalia o capitão Luiz Eduardo Pesce de Arruda, encarregado de escrever a história da PM paulista. Mais do que consolidar um novo mercado de trabalho, com batom numa mão e armas e algemas na outra, as policiais femininas honram a farda ao permanecer longe de práticas que levam a má fama às corporações.

PATRICIA CERQUEIRA

MULHERES DE FARDA

Saiba quantas são as mulheres em algumas PMs

- São Paulo**
Admitidas a partir de 1955, as mulheres hoje chegam a 6.739. O efetivo total é de 82 mil.
- Mina Gerais**
Admitidas a partir de 1981. Hoje são 1.659 militares femininos num efetivo total de 40.373.
- Maranhão**
Criada em 1982, a força feminina tem hoje 125 num efetivo total de 6.562 militares.
- Rio de Janeiro**
Admite mulheres desde 1981. De 29 mil militares, 822 são mulheres.
- Goiás**
Criada em 1986, a força tem 600 mulheres num efetivo de 11.650.
- Paraná**
Passou a ter tropa feminina em 1977. Hoje são 448 de um efetivo total de 18.502.
- Pernambuco**
Admissão começou em 1982. São 527 mulheres de um efetivo de 17.054 militares.
- Rio Grande do Sul**
Criada em 1987, tem 930 mulheres. O efetivo total é de 24.693.

7 DE DEZEMBRO, 1998

Fonte: reportagem especial, Folha de São Paulo (2004 e 2005)

Fonte: Revista Época, 7 de dezembro, 1998. Acervo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

A Figura 19 é uma reportagem relativamente recente, sobre a atuação do policiamento feminino, na época ainda dividido em batalhões e quadros feminino e masculino. O destaque dado aqui é para o fato da reportagem exaltar a participação feminina enquanto incorrupta, não violenta e não participativa no tráfico de drogas. A reportagem trata também da diferença dos quadros e os números de mulheres nas polícias por estado. Apontar essas diferenças destaca o processo de inserção feminina e a vigilância sobre o trabalho delas, bem como destaca, pelo oposto, como genericamente se dava o trabalho masculino. Ou seja, se vale destacar que o trabalho feminino se dava de forma não violenta, fora de “confusões fardadas” e não corrupta, há o oposto que seguiria violento e corrupto.

Colocar essas mulheres sob o olhar e vigilância de todos, assim como aponta Soares e Musumeci (2005), para mudar a visão de até então da polícia: repressora. Há no Museu da PMESP acervo com diversas fotografias, imagens e reportagens representando a mulher policial até a década de 1980 como uma extensão familiar da mãe protetora: sempre as representavam segurando crianças pequenas, ajudando pessoas idosas ou sendo admiradas na rua. Como exemplificam as Figura 20 e Figura 21 a seguir.

Figura 20 - Imagem de reportagem exaltando o cuidado das policiais para com a população.



Fonte: Acervo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

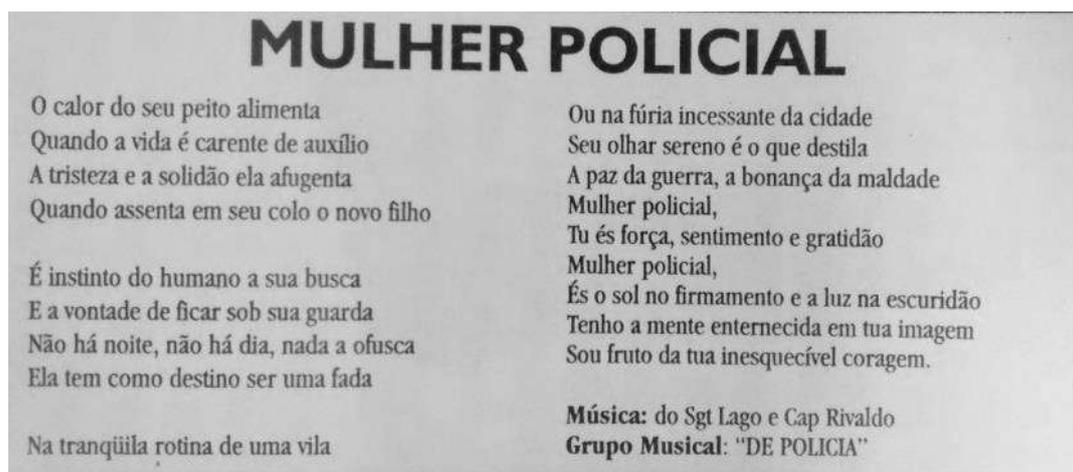
Figura 21 - Imagem retirada de jornal de uma policial amamentando uma criança encontrada nas ruas.



Fonte: Acervo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Tais imagens não pareceram referenciadas no acervo disponível. Era notável que foram retiradas de jornais, pelo papel e impressão, porém não foi possível resgatar quais jornais. Mas a representação da mulher enquanto mãe é o destaque, mais que policial. Na primeira foto, ainda com a farda antiga, não fosse o quepe, dificilmente a situação seria associada a uma policial. Já na Figura 21, há uma desconstrução da vestimenta da farda, com a policial amamentando uma criança encontrada na rua. Como argumenta Moreira (2011) a policial era símbolo da vigilância, cuidado, moral e “bons costumes”. “O pressuposto de um feminino como sinônimo de moralidade, bondade, compreensão e sensibilidade garantia a salvaguarda de mulheres e crianças nas mãos de policiais mulheres.” (MOREIRA, 2011: 58/9). Na Figura 22 há a letra da música em homenagem às policiais da polícia paulistana. Essa música fazia parte de uma reportagem que trazia diversos depoimentos de policiais na comemoração da inserção da mulher na instituição, em 2001. Ainda então, nos depoimentos, havia o reforço dessas características do “dever ser” da *policia* *feminino*, em oposto ao policiamento ostensivo.

Figura 22 - Música em homenagem ao policiamento feminino.



Fonte: Acervo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Como argumenta Molinier (2012), o trabalho que ela chama de *care* tem características muito específicas, que podem ser associadas ao trabalho exercido pelas policiais no momento de sua inserção na carreira policial. Nas palavras da autora:

care designa o trabalho no sentido do serviço bem feito, na medida em que este nunca se resume a uma habilidade técnica, ou seja, *care* sempre supõe esse “suplemento” que torna a relação de dependência suportável e o serviço realmente eficaz (...). Sua autonomia é uma ficção sustentada pelo trabalho de apoio e de antecipação que lhes é prestado. Esta é uma das complexidades enfrentadas para se tentar levar em consideração o

care, na confluência entre relações sociais de sexo, de classe e de raça, onde os homens, as classes privilegiadas, os brancos, dominam/ exploram as pessoas que realizam o trabalho do *care* a seu serviço, enquanto, na prática, eles dependem deste trabalho: seu conforto, assim como sua eficiência, dependem da qualidade do trabalho de *care*. (MOLINIER, 2012: 33).

O trabalho do cuidado possui diversas definições e atribuições. O termo *care*, de acordo com Molinier, “é por definição, um gesto ou uma forma de agir (ou de não agir) ajustados ou afinados às necessidades do destinatário, que pode ser, inclusive, marcados pela distância ou o desapego. É essa arte do ajuste a situações sempre particulares que o caracteriza e que assina a invisibilidade ou a descrição” (idem: 32). As traduções mais comuns para o termo são “cuidado”, “solicitude” e “atenção ao outro”, abrangendo assim, as mais diversas funções.

Neste texto utilizamos o termo “cuidado” como tradução, porque entendemos que faz melhor referência ao trabalho policial. Também por aparecer na legislação de inserção das mulheres na PMESP como função das policiais e também ser trazido nas falas dos policiais entrevistados até o presente momento. Na Figura 23 vemos ainda uma imagem publicada nas redes sociais da PMESP e nas páginas de exaltação da mulher policial. A associação do feminino com o materno, com o cuidado e solicitude, com confiabilidade ainda é muito representada, mesmo que os discursos sobre a “mulher policial guerreira” sejam expressivos. Abaixo da imagem, a frase: “Polícia Militar, você pode confiar”.

Figura 23 - Imagem comemorativa da PMESP para a época do Natal.



Fonte: Página “Segurança Policial” em rede social (desativada)

Essa restrição do trabalho dos *policiais femininos* é relatada tanto na principal pesquisa realizada sobre a inserção da mulher na PMESP²⁵ quanto nas falas das policiais entrevistadas nesta pesquisa. A justificativa para tal era que a inteligência da PMESP realizou estudos que justificavam o número expressivamente menor de mulheres na instituição²⁶, em entrevista, um *policia feminino*, não sabia dizer quais estudos e baseados em quem. Mas ela própria tem uma justificativa: a necessidade de força física para atuação policial restringe em muito a presença da mulher na PM.

O feminino, ela vai ter atuação um pouco mais específica do que o masculino. Porque o masculino, não pode dar geral em mulher...entendeu? Então cada equipe tem que ter um feminino. Mas não seria coerente, por exemplo, ter uma equipe inteira só de mulher. Até por conta da necessidade da força física e tudo mais que é necessário e que a mulher não tem a mesma capacidade física que o homem. (*Policia feminino*, subtenente, aposentada).

A valorização da força como a principal característica de um policial militar, ou ao menos, saber usar de sua força física, para proteger a população e a si mesmo, mostra qual a importância do biológico, do físico em si, para diferenciar e demarcar a separação das atuações na instituição. Essa construção social que supervaloriza um tipo de potência física como o bom e ideal faz com que as relações de poder entre os policiais sejam determinadas por capacidades que medem apenas uma das características da atuação policial, colocando em segundo plano potências que também são necessárias para o agir policial, mas que no momento de justificar desigualdades entre homens e mulheres, não aparecem. Entende-se que, mesmo que haja essa busca por amenizar a visão truculenta da instituição policial, a imagem do policial forte, potencialmente repressivo e heroico é ainda a valorizada e desejável por parte da população e da instituição, como argumenta Kant de Lima (2008).

Sobre a naturalização das funções sociais de homens e mulheres no cotidiano das falas das/os interlocutores da pesquisa, mas não apenas nessas esferas: a atribuição de papéis e categorias ao feminino e ao masculino é algo comum, cotidiano, inclusive (e talvez principalmente) na ciência e na polícia não se mostrou diferente na maioria dos casos.

Talvez o homem, ele tenha mais essa coisa do poder. Porque o homem, eu acho que ele vive muito pra carreira né? A mulher, a gente tem filhos, tem família, tem marido, então a gente tem aquela pressão

²⁵ MOREIRA, R. Sobre Mulheres e Polícias: A construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964). 2011.

²⁶ As mulheres representavam apenas 10,4% do efetivo policial ativo no ano de 2013, sendo efetivo total de 86.724 policiais ativos na PMESP no mesmo ano. (GEVAC/UFSCar 2013)

de ser dona de casa, de cuidar das crianças, de dar lição, da mãe, do sogro doente, né? Então a gente é muito cuidadora, a mulher tem isso. Então a gente procura, a gente se divide né? Eu tenho que ter várias máscaras, vários papéis. Aqui eu sou coronel. Lá em casa eu sou mãe, eu sou esposa... tem que ser amorosa (...). (*Policial feminino*, coronel, administrativo).

Para poder discutir tais naturalizações e fixações de papéis sociais a partir do biológico, Beauvoir (1970) traça em seu texto, Segundo Sexo, processos biológicos do corpo da mulher, mostrando principalmente o seu entendimento e como foi apresentado ao longo da história. Quando discute a biologia, Beauvoir traz elementos importantes para entender o funcionamento do corpo humano, focando nas características específicas do corpo da fêmea. Seu principal argumento nesta parte de sua obra é a fertilidade contínua da fêmea humana e o quanto tal característica reduziu a individualidade da mulher à perpetuação da espécie. A perpetuação da espécie não deveria, segundo a autora, ser o elemento que acarretou na diferenciação sexual. Porém, a justificativa e a garantia da desigualdade entre homens e mulheres começa desde as primeiras células humanas, desde o primeiro encontro: entre os óvulos e os espermatozoides.

A mulher é sempre o *Outro* em relação, é o oposto, “(...) a mulher, como o homem, é seu corpo, mas seu corpo não é ela, é outra coisa.” (BEAUVOIR, 1970:49). Ou seja, estar sujeito a seu corpo não é um problema: todos estão presos, no limite, à sua própria biologia. Mas à mulher, cabem funções que a tiram de seu próprio corpo, que a levam a obrigações sociais que extrapolam sua individualidade e seu próprio organismo. Socialmente, essas funções não serem valorizadas causa as desigualdades entre trabalhos, remunerações e oportunidades entre mulheres e homens até hoje.

O biológico feminino ainda é trazido como justificativa para colocar as diferenças em realidade de desigualdade. Quando da inserção das mulheres na PMESP, elas deveriam assumir um compromisso de não engravidar nos primeiros anos de exercício da função, portanto, não deveriam ser casadas e nem se casarem neste período. Entrar para a polícia seria algo como assumir um sacerdócio, uma necessidade de dedicação exclusiva, principalmente nos primeiros anos de profissão.

Com o passar dos anos e as mudanças nas legislações trabalhistas e da própria PMESP, tais sanções legais não existem mais. Porém, nas entrevistas elementos como as dificuldades das mulheres em trabalhar devido à gravidez, por exemplo, ainda aparecem. No caso da PM, há uma obrigatoriedade de nos 2 primeiros anos após a

formatura no curso para soldados e oficiais, que todos exerçam o que eles chamam de funções “de rua”, ou seja, exercer o policiamento a pé, cotidiano, patrulhando locais públicos. Uma policial engravidar nesse período atrasa sua ascensão na carreira, porque deve ficar afastada de suas funções: a barreira não é mais explícita, mas ela ainda existe.

A rotina de um policial militar é determinada de acordo com escalas de serviços: o policial pode solicitar um horário de serviço, mas cabe ao comandante determinar quais policiais atuarão em quais horários. Há nas falas dos entrevistados, a preocupação com o cuidado familiar devido a essas escalas, pois: “quem vai cuidar dos filhos? Se você não tem rotina fixa, quem vai cuidar dos seus filhos?” (*Policial masculino, soldado, ostensivo*).

No que diz respeito ao cuidado com a família e a permanência no trabalho, a realidade brasileira estaria relacionada ao modelo da delegação, segundo Hirata e Kergoat (2008). Apontam dados sobre o número de mulheres dentro do serviço doméstico fora de suas próprias casas, o que mostra um grande número de mulheres que atuam em serviços particulares, uma vez que podem delegar a outras as tarefas domésticas.

Porém, ainda são mulheres que ocupam esses cargos que remetem ao cuidado do lar, para que outras mulheres passem a buscar trabalhos no âmbito público. Hirata e Kergoat (2008) mostram também a relevância das normas sociais para determinar o contexto de inserção e ação dessas mulheres e no Brasil, a necessidade de poder “se virar” aparece como predominante, principalmente nas camadas sociais mais baixas, já que fazem o papel de cuidadoras do lar de outras mulheres para que estas possam trabalhar “fora de casa”, e “se viram” para dar conta de cuidar dos dois lares.

E também tem a situação do policial ter que se adaptar o horário, porque não dá pra gente fazer só o horário que a gente quer, tem que fazer o horário que a instituição precisa. Então a gente tem que se adequar a vida pessoal ao horário de trabalho. Porque vamos supor, se eu trabalhar numa fábrica, eu não tenho que adequar a minha vida ao horário da fábrica? Lá também, eu tenho que adequar a minha vida ao horário da polícia. Dentro do que dá pra acertar, se acerta. O que não dá pra acertar a pessoa tem que se acertar, porque ela tem que cumprir horário. É um emprego. (*Policial feminino, subtenente, aposentada*).

Como argumenta Beauvoir:

É portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade

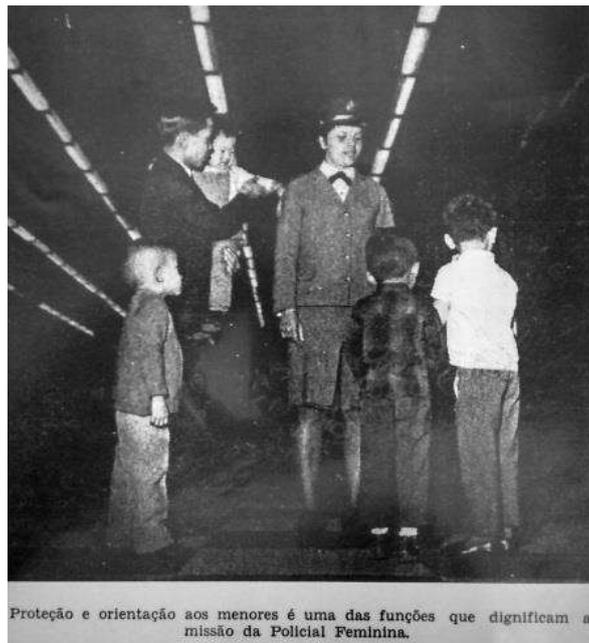
vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o Outro? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana. (1970: 57).

Não é, portanto, ignorar os aspectos biológicos e físicos. É entender que apesar dessa biologia, houve e há ainda, uma construção social a respeito dessa biologia que reduziu a mulher ao status de fêmea, enquanto ao homem deu-se a possibilidade da transcendência do macho. Não é que as mulheres precisem se afirmar e buscar o feminino, essa suposta natureza da mulher: é a busca primeira de serem reconhecidas em sua humanidade, como iguais, segundo a autora.

Beauvoir (1970) mostra ainda, ao longo do processo histórico, quais funções e a partir de quais pretextos as mulheres permaneceram na imanência e os homens na transcendência. A princípio as mulheres permanecem com o trabalho reprodutivo: cuidam dos afazeres domésticos e principalmente lidam com a terra, a natureza. Desta forma, isso coloca as mulheres em um “pedestal”, porque o homem temia a natureza por não entendê-la, não dominá-la. A partir da dominação da habilidade com o bronze e a produção de ferramentas, o homem não se limitou mais à guerra e à caça, mas é graças à sua transcendência, seu ideal de produção e dominação que se podem realizar previsões do que comeriam, teriam e como viveriam. A autora mostra como a valorização de determinados tipos de função se deu e como ela perdura até os tempos atuais. Às mulheres cabem os cuidados, é atribuído a elas o ideal de continuidade. Já o homem às funções de dominação, criação e transcendência daquilo a que ele estaria reduzido em sua natureza, expandindo sua existência.

Muitas falas, principalmente das policiais mais antigas de profissão, mostram o quanto no início, a mulher era colocada em uma posição de privilégios dentro da atuação policial: apesar de não exercerem as mesmas funções que os homens, eram vistas como mulheres de extrema coragem para lidarem com a população nas ruas de uma cidade tão grande quanto São Paulo. Eram os ideais de honra, luta e justiça, presentes no discurso militarizado, adaptados de alguma forma à atuação dos *policiais femininos* colocados como seres dignos de uma importância exacerbada, como vemos nas Figura 24 e Figura 25 a seguir, consultada no acervo do Museu da PMESP.

Figura 24 - Trabalho cotidiano de um policial feminino.



Fonte: Acervo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Figura 25 - Trabalho do policiamento feminino.



Fonte: Página “Segurança Policial” em rede social (desativada)

As falas dos policiais entrevistados trazem também os discursos de superação e o alto número de mulheres no oficialato militar, exercendo as mais diversas funções.

Quando as policiais falam sobre preconceitos e dificuldades, trazem situações vividas por outros, muitas vezes vividas há anos e que nos tempos atuais, essas situações não aconteceriam. Admitem algumas vezes haver preconceito, principalmente dos subordinados em receber ordens femininas, mas que é um preconceito velado, principalmente devido ao respeito à hierarquia rígida da instituição. O discurso militarizado, ou seja, a importância da hierarquia e “estética militar” para os policiais são abordados como algo bom, uma vez que não dá oportunidades para que preconceitos e problemas pessoais interfiram no trabalho cotidiano dos policiais. Como a hierarquia é rígida, um subordinado não obedecer a ordens significa crime militar, passível de punição. Da mesma forma, uma ordem é sempre uma ordem, independentemente de quem a dá, o que descaracteriza, na visão das policiais, possíveis abusos por diferenças de gênero.

Preconceito? Tem ainda, internamente...eu acho que tem. Eu acho que tem ainda. Porque o pessoal ainda olha assim...receber ordem de uma mulher. Mas é uma coisa um pouco mais velada. É uma coisa um pouco mais velada. A gente percebe, assim, que tem muitos homens que não gostam de receber ordem de mulher. Ainda mais no meio militar, entendeu? Mas são obrigados a receber ordem, entendeu? Mas são obrigados a receber ordem, entendeu? Então eles não podem se opor, até pelo próprio regime militar. Mas a gente percebe um descontentamento. Então, de uma forma velada... mas eu acredito que em todas as áreas ainda exista preconceito com o trabalho com a mulher. (*PoliciaI feminino, subtenente, aposentada*).

Argumentam também que o preconceito em relação ao trabalho feminino não seria maior ou menor no que é encontrado em outras profissões, trabalhos, setores e esferas sociais, por isso, conseguem identificar situações de preconceito e desvalorização de seu trabalho na atuação cotidiana, principalmente em relação à população. Falando sobre o preconceito da população:

(...) eu acho que acontece, até. Mas faz parte daquela minoria que tem preconceito. Então assim como a gente tem internamente, tem externamente. Às vezes você vai falar, passar uma orientação...que nem, já aconteceu comigo: eu trabalhando com um outro policial, eu sou graduada e ele não, e eu vou passar uma orientação e a pessoa prefere ouvir da boca dele. Porque parece que o homem falando tem mais segurança, é mais certo ou inspira mais confiabilidade, não sei. (*PoliciaI feminino, subtenente, aposentada*).

A *estética militar* coloca como primordial importância o respeito à hierarquia e principalmente, a forma de ascensão na carreira. Desta forma, enquanto homens e mulheres concorriam em quadros separados e por ter menos mulheres que homens, elas

ascendiam mais rapidamente que eles na hierarquia, pois elas tinham que ocupar o mesmo número de cargos que existiam para o QOPM. Mas como os quadros de ascensão eram separados, as mulheres nunca poderiam chegar a concorrer aos mesmos cargos e funções que os homens, minimizando assim os conflitos, pois eles pouco conviviam durante suas atuações, sendo poucos os grupos “Romeu e Julieta”, por exemplo.

Com a unificação das funções e a conseqüente extinção dos Batalhões de Policiamento Femininos, as mulheres continuaram a disputar as patentes a partir do tempo de policiamento delas, porém dentro de um quadro de funções agora unificado. Desta forma, mulheres com menos tempo de exercício da profissão acabaram por alcançar patentes superiores antes que homens que se formaram antes que elas. Isso é o que eles chamam de “dar balão” e é a partir disso que surgem os maiores conflitos, possibilitando que os conflitos de gênero fiquem “velados”, ou seja, sejam justificados pelos conflitos de hierarquia.

Eu não tenho nada assim pra reclamar, mas quando uniu o quadro, teve muita, na graduação assim de sargentos, né? Que elas, passaram na frente. (risos) Eu sou terceiro sargento, vai...ai...não, eu sou segundo sargento, aí a outro é terceiro. Eu já sou segundo sargento há dois anos e você é terceiro recruta, assim antigo. Aí houve a unificação, do nada, você foi segundo sargento e mais antigo que eu. (risos) Você entendeu? Quer dizer, quando for a primeiro sargento, você vai ser primeiro que eu, que sou mais antigo de segundo, fiz escola primeiro. Por que aconteceu? (risos) Eu acho que foi uma mulher que mandou nisso aí (risos), eu não sei como é que foi não. Mas ouvi muito pessoal reclamando a respeito disso. (*Policial masculino*, 1º sargento, administrativo).

Não, não tem. Não tem. É, por exemplo, se ele vai trabalhar... é... dificilmente muda. O que o comandante faz é... ele muda o policial quando realmente tem a necessidade, entendeu?! Se é uma coisa que está prejudicando realmente o serviço, ele está vendo que não vai dar certo, que não vai surtir efeito, aí ele muda. Agora este tipo de preconceito, ele é um preconceito velado. O policial não chega e fala: “ai, eu não quero trabalhar com ela, porque ela é mulher”. Não... entendeu?! Ele dá umas disfarçadas, faz vista grossa para alguma coisa, deixa de fazer alguma coisa... você tem que chamar atenção, você tem que por... sabe?! Mas ele não fala claramente. Então não é uma coisa que chega no comando para ser resolvido. É uma coisa que fica ali nos bastidores. “Eu não gosto, mas eu tenho que suportar por conta do regime militar”. Pela hierarquia, entendeu? (*Policial feminino*, subtenente, aposentada).

A fala sobre o preconceito sofrido por essas mulheres, principalmente no que diz respeito ao preconceito sofrido dentro do ambiente de trabalho por seus pares aparece sempre como “preconceito velado”, conforme já abordado. O relato sobre preconceito e

assédio apareceu de um *policial masculino*, que narrou sobre policiais que sofreram e exerceram assédio no trabalho.

Tem muito (assédio). Então é assim, geralmente o comandante né? Algum interesse. Mas existe sim. Existe esse assédio. Mas assim, eu acho que se a mulher se der ao respeito, opa na primeira entrada, ou na primeira engraçada que o cara der ela falar: ó chefe, é o seguinte, eu sou casada, vamos trabalhar porque se não eu vou pedir pra sair daqui e acabou. Põe a pessoa no lugar dele. Assim como existe de mulher pra homem. Existe. A cantada da mulher, só que o homem, ele leve de boa, se ele não quiser a mulher, ele já desencana, já sai... a mulher não vai ficar ali. Mas o homem não, o homem já é mais atirado, ele tenta uma, duas, três, quatro...ele vai tentando. Agora se puser o cara no lugar dele, ele não vai tentar mais. (*Policial masculino*, 1º sargento, administrativo).

É interessante apontar o quanto esse discurso apareceu de forma diferenciada nos relatos das policiais entrevistadas, ou seja, sempre apontados como situações veladas, pouco corriqueiras e principalmente, nunca sofridas pelas mesmas ou colegas próximas. Apenas uma das policiais entrevistadas relatou sobre uma situação de preconceito, quando ao subir de patente, para tenente-coronel, seus colegas demoraram a aceitar e obedecer a suas ordens, agindo de forma mais lenta, ou questionando suas decisões. Segundo ainda seu relato, mesmo protegida pelo militarismo e tendo a possibilidade de notificar, advertir e mesmo punir seus subordinados, a situação era compactuada pelo comandante, uma vez que sob a justificativa dela ter “comido balão” em seu posto, ela não deveria estar naquela posição. A alternativa adotada para lidar com essa questão foi resolvida quando esta conseguiu entender que esse preconceito existia e então, passou a adotar uma postura mais rígida, masculinizada e baseada nas ordens oficiais do Comando Geral. Ela relatou que com o tempo, após a mudança de seu comandante direto, a situação melhorou, uma vez que havia conseguido conquistar o respeito de seus subordinados e tinha a compreensão e apoio de seu novo comandante.

Algumas policiais disseram que entre aqueles que se encontram na mesma posição hierárquica acabam por não demonstrar problemas com suas colegas policiais. Mas esse discurso vem acompanhado pela fala de que para isso as mulheres por princípio se esforçam mais, mostram mais trabalho e buscam se destacar mais em suas funções: desta forma, se mostrariam iguais aos homens e de alguma forma, estariam “conquistando seus espaços” como policiais. Quando não, a hierarquia militar é acionada para justificar formas de agir, sendo ao mesmo tempo uma forma de proteção para essas mulheres, mas também manutenção de preconceitos, como as pesquisas de Pasinato (2013) e FBSP (2015).

Quando a fala sobre preconceito aparece nos relatos das policiais entrevistadas são feitas referências aos preconceitos e dificuldades enfrentadas quando lidavam com a população.

Aqui teve muito, assim, desacato. Os homens no começo não botavam fé na gente. A população. Você ia autuar o indivíduo lá que estava errado e eles achavam que porque a gente era mulher que a gente não tinha autoridade de fazer aquilo. Então a gente teve que mostrar, no começo foi difícil, que a gente estava ali como policial, apesar de estar de sainha e sapatinho, a gente era policial. Depois de uns par de desacato pessoal falou opa! É polícia também. (...) (*Policial feminino*, 1º sargento, administrativo).

Apesar desse reconhecimento, esses relatos apareceram também como forma de mostrar que essa realidade mudou, uma vez que as policiais não enfrentariam mais essas situações no policiamento atual. Como a mesma policial relatou, quando a população começou a reconhecê-las como policiais, foi no momento que passaram a fazer o mesmo tipo de policiamento que os homens faziam: patrulhamento, “pegar ladrão”, revista em eventos e principalmente, quando o fardamento se tornou igual para ambos. O trabalho delas passou a ser respeitado e reconhecido quando abandonado o caráter exclusivamente assistencialista, elas passaram a seguir com o modelo militarizado e combativo.

As falas dos policiais entrevistados para a pesquisa possuem uma preocupação em mostrar que o preconceito é cada vez menos visível, menos constante. O que não significa que seja menos efetivo e real em suas consequências. Mas que ele existe em algumas camadas, em algumas esferas de sua vida. No entanto, esse preconceito velado, escondido pode ser muito mais nocivo que o exposto e confirmado: pode criar barreiras e situações constrangedoras que se naturalizam. Como argumenta Bourdieu:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo; masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto. (BOURDIEU, 2011: 47)

Desta forma, a violência acarretada pela dominação não é necessariamente física (mas pode ser); ela pode estar vinculada a elementos da vida cotidiana que os fazem quase imperceptíveis, e assim, são naturalizados, causando danos reais, concretos.

Porém, tratar sobre preconceitos e problemáticas de desrespeito e desacatos não se mostrou um assunto do qual as policiais preferissem tratar. Os motivos podem ser diversos: desconforto produzido pelas lembranças, o desconhecimento ou não reconhecimento das situações de violência, por exemplo. Porém, algumas das policiais entrevistadas relataram o quanto se esforçam e se esforçaram para viver e conviver profissionalmente apesar de tudo isso, o quanto para elas, existem formas de resistências que concretamente, as ajudam a seguir no cotidiano de seus trabalhos e ascender em suas carreiras.

A mesma policial indicou que há uma necessidade, entre os pares de mesma patente, de uma maior provação por parte da mulher. Sendo a força física supervalorizada em alguns setores da instituição, ela não é colocada como opção, mas como necessidade. Por isso, a fala de Beauvoir, apesar de datada e localizada, surge com sentido atual: se a mulher consegue “se provar” e atuar igualmente nas diversas profissões e trabalhos cotidianos, como ainda justificar preconceitos e a dominação? Segundo Beauvoir:

É no momento em que a mulher se acha mais emancipada, praticamente, que se proclama a inferioridade de seu sexo, o que constitui um notável exemplo do processo de justificação masculina de que falei: como não limitam mais seus direitos como filha, esposa, irmã, é como sexo que lhe recusam a igualdade com o homem, pretextando, para dominá-la, "a imbecilidade, a fragilidade do sexo". (1970:116).

No entanto, as mulheres começam a expandir suas áreas de atuação e crescer em número nos concursos e cursos de formação na PMESP²⁷. A busca por mostrar a pesquisadora o quanto elas conseguem existir e agir como policiais, apesar de quaisquer impedimentos, pode ser um indício desse crescimento relatado em campo: há uma tentativa identificada em alguns setores de desmistificar a mulher como vítima que não age ou cria estratégias profissionais para lidar no cotidiano de suas funções.

Para tratar desta questão, a bibliografia mobilizada expressa de certa forma o conflito encontrado em campo para seu entendimento. Por um lado, os policiais entrevistados buscam realizar certa divisão sexual do trabalho, marcando tarefas e

²⁷ Tal informação é relatada em campo por oficiais (femininos e masculinos) durante a pesquisa. Porém, os dados quantitativos que comprovem ou reprovem tal informação não foram fornecidos pela instituição para esta pesquisa. Na pesquisa Mulheres nas instituições policiais, divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2015, há dados sobre a inserção de mulheres nas instituições policiais em todo o Brasil, porém, os dados não são conclusivos para esta pesquisa, uma vez que apesar de trazerem os dados sobre cada polícia em separado (PM, PC, PF, PRF, CB, PC/P, e GM), não há dados particularizados sobre cada estado brasileiro, o que impede a sua utilização.

funções que seriam naturalmente atribuídas a feminino e masculino. A partir disso, justificam a presença de mulheres em funções administrativas, mesmo que de comando, porque teriam mais sabedoria ao lidar com relações interpessoais e burocráticas, por terem características dóceis, maternas e saber lidar com sentimentos e conflitos da equipe. Por outro lado, quando se trata de falar sobre a atuação das mulheres em si, mobilizam um discurso sobre diferenças, marcando a igualdade na capacidade de atuação, não querendo se distinguir em funções, querendo de alguma forma “criar” uma categoria que não distingue homens e mulheres, mas sejam todos “policiais”. Ao mesmo tempo, lembrar o tempo todo que são mulheres e que no limite, passam pelos mesmos problemas por biologicamente nascerem com características básicas semelhantes, cria-se uma identidade e um discurso, sendo que este, de forma performática, produz práticas e como mostra Brah, prática é poder. Essa identidade é construída de forma processual, de acordo com as performances individuais, ou seja, uma construção de significado. Mas também, não é a soma dessas performances.

Enquanto as identidades pessoais sempre se articulam com a experiência coletiva de um grupo, a especificidade da experiência de vida de uma pessoa esboçada nas minúcias diárias de relações sociais vividas produz trajetórias que não simplesmente espelham a experiência do grupo. De maneira semelhante, identidades coletivas não são redutíveis à soma das experiências individuais. (2006: 371).

Uma vez que as identidades dessas mulheres não podem ser ignoradas para entender seu pertencimento na instituição, é de extrema importância, além de entender os números crescentes das mulheres dentro da PM, compreender como elas se entendem dentro dessa instituição, como elas veem esses processos de mudanças (ou não) ao longo do tempo em que se tornaram e permaneceram policiais.

Uma questão que foi: como tratar as realidades narradas e vividas por essas mulheres quando se trata de suas experiências como mulheres? O desafio esteve no fato dessas mulheres ora reivindicarem seu pertencimento como mulheres, diferentes por princípio, marcando seus traços, funções e principalmente, seus corpos diferentes de seus colegas homens de farda; ora buscarem um pertencimento dentro do sistema policial no qual seu biológico não seja motivo para desigualdades em suas ações e comando, buscando uma forma entre as representações de masculino e feminino para atuarem.

A dúvida permanece: é uma questão de “gênero”, ou uma questão de “mulheres”? Os estudos sobre a divisão sexual do trabalho se encaixam quando as

colaboradoras e colaboradores relatam uma postura de agir que seria naturalmente da mulher e também, obrigações, principalmente na esfera privada, que essas mulheres têm e que necessariamente devem cumprir, mesmo que isso as coloque em uma rotina com duas, três ou mais jornadas.

Como nos mostra Scott em sua busca por explicar o até então pouco usado conceito de gênero: “Na gramática, o gênero é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes.” (1995:72). Desta forma, classificar como uma relação ou um estudo de gênero seria explicitar o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade, sempre entendendo que gênero é uma categoria analítica, buscando não naturalizá-lo.

Toda categoria de análise é sempre e necessariamente, uma categoria histórica e assim, deve dar significados sociais à realidade e, principalmente, situá-los no espaço e tempo históricos. Para Scott, a definição da categoria gênero implica entender que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (idem: 86). Esta categoria seria, então, um campo primário no qual o poder é articulado, poder este entendido como relação, que não precisa estar materializado, mas basta estar simbolizado.

A partir das questões colocadas pelas e pelos policiais entrevistadas/os, um estudo sobre as mulheres na França surgiu como uma possível forma de entendimento desta realidade. Respeitando os contextos específicos de luta e história política das mulheres francesas e as mulheres brasileiras, Touraine (2007) traz uma alternativa para o entendimento das mulheres a partir delas mesmas no contexto francês.

Em sua pesquisa, realizada na França com diversos grupos de mulheres entrevistadas qualitativamente e em formato de grupos, o autor aborda o quanto os estudos de gênero contribuíram para que sua análise pudesse surgir. Sem negar a importância de tais teorias, o autor faz uma crítica aos estudos de até então, por entender que toda a construção, seja a partir das análises de *gênero*, seja a partir das análises *queer*, constroem o entendimento do feminino, ou de mulheres, a partir de uma negação, ou seja, a partir de uma contraposição a um grupo ou a uma forma de classificação. O autor busca então, pesquisar mulheres enquanto atrizes de suas próprias vidas, fugindo de construções deterministas de um feminino, dos essencialismos psicológicos atribuídos e principalmente, realizando uma teoria positiva sobre as *mulheres*.

Para Touraine, não podemos rejeitar a ideia de que a consciência das mulheres sobre serem mulheres é superficial e passível de ser destruída pela crítica intelectual, bem que tal consciência é resultado de uma resposta à desconstrução da noção de mulher. Nenhuma das mulheres entrevistadas para a pesquisa francesa nega a dominação masculina, nem os processos de subjetivação sociais pelos quais passam cotidianamente, mas buscam afirmar a experiência vivida da construção própria da subjetividade e suas capacidades de agirem sobre si mesmas.

Afirmar-se como *mulher*²⁸ é fazer uma afirmação primeira e se colocar em relação consigo, antes de com o outro (homem); “(...) é a afirmação do ser positivo das mulheres que lhes permite, em lhes dando uma autoestima maior, transformar-se em atrizes da própria vida e da vida de todas e de todos.” (2007:29). As policiais entrevistadas argumentam um pouco neste sentido, ao reivindicarem para si as formas que entendem serem melhores para se construírem enquanto mulheres e policiais, mantendo aspectos que julgam necessários e importantes para que existam em seus trabalhos e consigam ser coerentes com seus projetos de vida. Algumas questões surgem desta leitura, como uma exacerbação do individualismo destas mulheres, ou uma ausência de abordagem de falas sobre a própria trajetória dessas mulheres. Porém auxiliou no entendimento da construção positiva das realidades das policiais entrevistadas, pois como Touraine argumenta: “Em primeiro lugar as mulheres identificam-se como *mulheres*”, e continua “ser mulher não é a pura constatação de um estado de fato, mas a afirmação de uma vontade de ser. A grande tarefa de todas elas é o dever de ser que elas entendem por *mulher*.” (2007:27).

Ainda segundo Scott (1998), não há uma solução rápida no debate sobre igualdade e diferença, a tensão se faz necessária para que o debate possa continuar. E tal debate encontra-se polarizado entre os direitos individuais e as identidades de grupo. A autora argumenta que há um paradoxo ao pensarmos sobre o indivíduo e identidade de grupo. Colocar como paradoxo não significa tomar um lado e excluir o outro, ou seja, polarizar o debate (já polarizado em campo), mas analisar a existência dos dois argumentos. Para Scott, paradoxo é uma junção de definições:

(...) porque desafiam o que, para mim, parece ser uma tendência generalizadora de polarizar o debate pela insistência de optar por isso ou aquilo. Argumentarei, ao contrário, que indivíduos e grupos, que

²⁸ O termo será mantido em destaque quando se tratando da pesquisa realizada por Alain Touraine, por ser uma medida adotada pelo autor para a análise proposta e também, para destacar a diferença de análise proposta por ele.

igualdade e diferença não são opostos, mas conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão. (SCOTT, 2005:14).

Desta forma, para a autora, os argumentos de igualdade pertencem ao indivíduo e a exclusão, ao grupo. Nessa lógica alguns homens são reconhecidos nessa igualdade baseada em suas singularidades, e as mulheres e negros, excluídos por serem sempre classificados e entendidos enquanto grupo. Seguindo a linha de argumentação de Beauvoir, o homem consegue transcender o sexo, então são entendidos socialmente enquanto indivíduos.

As mulheres não transcendem o sexo, são assim entendidas socialmente enquanto um grupo específico, composto por iguais. Scott classifica então essa análise em dois paradoxos, sendo o primeiro definido: “A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de leva-la em consideração”. (SCOTT, 2005:15). E o segundo paradoxo, segundo a autora é definido da seguinte maneira: “Identidades de grupo definem indivíduos e renegam a expressão ou percepção plena de sua individualidade”. (Idem: 15). Confirmando desta forma o argumento inicial da transcendência, ou não, dos limites impostos pelo sexo. As identidades de grupo, porém, são um aspecto inevitável da vida social e política: políticas públicas, reivindicações são colocadas em pautas políticas através de classificações de grupos que se homogeneízam para serem “ouvidos”.

A história das mulheres na PMESP é contada oficialmente de forma quase sem conflitos e sem diferenças de vivências. São colocadas enquanto um grupo atuante que foi de alguma forma sobrevivendo dentro da instituição e conseguindo postos, mesmo que de forma limitada e restrita.

As poucas falas sobre conflitos e dificuldades aparecem diminuídos pelos discursos de superação e vivências positivas a partir dos problemas, ou seja, ter passado por situações ruins, por provações mais rígidas de que os homens, as teriam impulsionado a lutar, se esforçar e perseverar mais em suas atividades, fossem elas administrativas ou ostensivas. Quando essa postura mais rígida era assumida, o policiamento ostensivo se tornava destaque em suas atuações, o que nos permite entender que houve uma aproximação crescente do trabalho das policiais ao trabalho até então exclusivamente exercido pelos homens.

5 Considerações finais

Compreender a história do policiamento feminino na PMESP se mostrou produtivo para analisar a própria história da instituição, mais especificamente o que se chamou nesta pesquisa dos padrões de policiamento. Os processos de inserção, permanência e ascensão dessas mulheres enquanto policiais permitiu a interpretação de processos já antes analisados por autores fundadores dos estudos de polícia e policiamento no Brasil.

Tais processos indicados são os relativos às funções policiais ao longo dos anos. A valorização das funções “de rua”, o policiamento ostensivo, baseado em flagrantes e denúncias realizadas pela população são características apontadas como o “carro chefe” do policiamento atual, bem como teria sido o trabalho mais valorizado desde a década de 1970, quando da criação da Polícia Militar como conhecemos hoje.

As diferenças apontadas pelas policiais enquanto as funções exercidas por policiais femininos e policiais masculinos nos permitem entender que a diferença entre o trabalho ostensivo e o chamado administrativo são polarizados em níveis de importância atribuída, tanto por alguns policiais, quanto pela própria população. O chamado trabalho administrativo e ostensivo contemplam em si diversas funções diferentes, que acabam sendo generalizadas sob tais denominações e valorizadas pelo resultado final que conseguem.

O trabalho ostensivo, chamado em campo de “carro chefe” da PM, ou ainda “braço direito” do governador, é marcado pela atuação nas ruas, com patrulhas, flagrantes e denúncias, principalmente relativos aos crimes patrimoniais. Contempla também ações da polícia comunitária, muito citada em campo devido ao pioneirismo da PMESP em adotá-la.

Já o trabalho administrativo contempla desde funções de secretariado do comandante, chefe da corregedoria, comunicação social e toda a parte de inteligência e investigação da PM. No período estudado e de acordo com os policiais entrevistados, tais funções são majoritariamente ocupadas por mulheres, seja porque requerem formação mais específica, seja porque as mulheres são deslocadas para tal. A supervalorização do trabalho ostensivo pela PM e pela população nos permite afirmar qual o trabalho de polícia, ou melhor, qual modelo de policiamento é hoje valorizado:

ostensivo militarizado. Isso faz com que trabalhos de prevenção, assistência e inteligência sejam pouco divulgados e negligenciados.

A passagem das formas de policiamento das policiais na PMESP se deu de forma gradual e contínua ao longo dos recém-completados 60 anos da primeira turma de mulheres na instituição. Com isso não se quer afirmar que houve uma passagem de uma forma de policiamento para outro, havendo assim um abandono de antigos *habitus* e padrões, mas houve inserções de novos ideais do que deve ser o agir policial e principalmente, quais devem ser suas funções. As principais justificativas para tais acontecimentos seguem os argumentos de atender às demandas da sociedade e uma tentativa de aproximação da PMESP e sociedade. Os ideais que cercavam o policiamento feminino e, após décadas, o policiamento comunitário, vão sendo diminuídos pela valorização do policiamento ostensivo, o que permite o destaque dado, tanto por alguns setores da PM, quanto pela mídia, ao trabalho “de rua”.

O movimento, a partir do que é destacado no final da década de 1990, mais especificadamente em 1997 com o caso da Favela Naval, mostra uma aproximação do trabalho feminino ao trabalho ostensivo, quando as mulheres passam a vestir a mesma farda que os homens e exercem legalmente as mesmas funções que eles então exerciam. É uma aproximação do trabalho masculino ao trabalho assistencialista, quando as fardas passaram a ser mais “sociais” e menos “combativas”. Esse período é destacado como um período de mudanças por alguns interlocutores, principalmente os homens entrevistados. Entendemos que a mudança no *habitus*, mesmo que mínima, desses homens causou impactos e estranhamentos muito mais significativos do que para as mulheres (principalmente as que ingressaram após a década de 1980), que muitas desejavam essa aproximação com o ostensivo e valorizaram esses acontecimentos.

Sobre as mudanças sobre os discursos de gênero, tipologicamente houve uma passagem de um padrão de discurso que dividia mulheres e homens em dois grupos distintos de atuação, com características próprias e essencializadas para a realização das funções determinadas da época. Assim, nenhuma mulher poderia exercer funções atribuídas aos homens e o mesmo se dava no sentido inverso. Após essa divisão muito marcada acerca do feminino e masculino na atuação policial, emergem os discursos sobre a igualdade de potência entre mulheres e homens, aquelas buscando atuar nos mesmos setores de policiamento que seus colegas, exercendo suas funções igualmente ou de forma a se destacarem mais, para assim serem aceitas. As mulheres eram então reconhecidas tanto mais como policiais, quanto mais se aproximavam da atuação

ostensiva que era exercida pelos seus colegas homens. Por fim, os discursos pós os anos 2000 não girariam mais em torno do gênero dos policiais: a necessidade de uma aproximação com a população seria uma obrigação de todo e cada policial, destacando assim, uma tentativa de mudança institucional geral, colocando em igualdade a atuação desses profissionais, não mais divididos e sim reconhecidos como *policiais*.

Desta forma, as mudanças nas formas de policiamento feminino refletem em alguns pontos sobre a própria atuação da polícia como um todo. A atuação feminina na PMESP hoje se encontra em todos os ramos existentes do policiamento ostensivo e nas divisões administrativas. A aproximação do trabalho feminino ao trabalho ostensivo e do masculino ao trabalho “assistencial” mostra que o próprio trabalho ideal, assim chamado “verdadeiro” de polícia foi sendo construído e moldado ao longo dos anos da PMESP. E que ainda vem passando por mudanças, como um processo.

Compreender como se deu a história dessas mulheres atuando na instituição a partir de seus próprios relatos é importante para a compressão do que essas policiais entendem sobre as formas de policiamento que a PMESP deve seguir. É possível entender, também, o quanto as visões do discurso desejável sobre a polícia variaram de acordo com as diferentes gerações de policiais ingressantes nesta instituição. Entender, desta forma, que há questões sociais maiores e mais gerais que influenciam as formas de atuação e policiamento que são destacados. Mais uma vez, a questão neste texto não foi avaliar se as mudanças são ou não efetivas, mas mostrar as diferentes formas de discursos sobre esse policiamento, bem as diferentes representações das imagens das policiais ao longo dos anos de sua permanência na PMESP.

Bibliografia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **54 anos da Polícia Feminina do Estado de São Paulo**. Disponível em <<http://al-sp.jusbrasil.com.br/noticias/1056813/54-anos-da-policia-feminina-do-estado-de-sao-paulo>> Acesso em 30 set.13.

BATITUCCI, Eduardo C. **A emergência do profissionalismo na Polícia Militar de Minas Gerais (1969 – 2009)**. 2010. 179 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Antropologia e Sociologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

BAYLE, David H. **Padrões de policiamento**. 1 ed. São Paulo: EDUSP, 2006. 267 p. (Coleção Polícia e Sociedade, 1).

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e mitos**. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. 310 p.

BEVILAQUA, Ciméa. Etnografia do Estado: algumas questões metodológicas e éticas. **Campos**, Paraná, v. 3, p 51-64, 2003.

BONELLI, Maria da Glória. **Profissionalismo, gênero e significados da diferença entre juízes e juízas estaduais e federais**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 1, p. 103-123.

_____; BARBALHO, R.M. **O profissionalismo e a construção do gênero na advocacia paulista**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 275 a 284.

_____. Perfil social e de carreira dos delegados de polícia. In: Maria Tereza Sadek. (Org.). **Delegados de Polícia**. 1ed.São Paulo: Sumaré / Fundação Ford, 2003, v. 1, p. 31-67.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011. 159p.

_____. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 192p.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Mulheres nas Instituições de Segurança Pública: Estudo Técnico Nacional**. Brasília, 2013. 102 p.

BURAWOY, Michael. As antinomias do feminismo: Beauvoir encontra Bourdieu. In: **O marxismo encontra Bourdieu**. 1 ed. São Paulo: UNICAMP, 2010, pp. 131-157.

CALAZANS, Marcia .E. **Polícia e Gênero no contexto das reformas policiais**. Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura, v. 10, n. 2,2005.

_____. **Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã**. São Paulo em Perspectiva, 18(1): 142-150, 2004.

CALDEIRA, Teresa P.R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed 34, Edusp, 2000. 399 p.

CAPELLE, Mônica C.A. **O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da Polícia Militar de Minas Gerais**. 2006. 378 f.

Tese. (Doutorado em Administração). Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

_____.; MELO, M.C.O.L. **Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais**. RAM, REV. ADM. MACKENZIE, V. 11, N. 3, Edição Especial SÃO PAULO, SP, MAI./JUN. 2010, p. 71-99.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 182 p. -- (Coleção Antropologia Social).

CHIES, Paula .V. **Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho**. Estudos Feministas, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010.

DENARI, Giulianna B. Vestir a farda: análise da figura do “herói” e da “heroína” na Polícia Militar. In: Semana de Ciências Sociais da universidade Federal de São Carlos. Nº 2, 2014. São Carlos. **Anais XII Semana de Ciências Sociais**. São Carlos: UFSCar, pp. 556-569. ISSN 2358-4009.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1984, 245p.

FEITOSA, Ana Carine do N. **Inserção das mulheres na Polícia Militar do Ceará: gênero e policiamento comunitário**. Fortaleza: Centro de Estudos Sociais Aplicados, 2010. 65p. Monografia.

FERNANDES, Heloisa R. **Política e segurança**. São Paulo: Alfa-Omega, 1973, 259p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; NÚCLEO DE ESTUDOS EM ORGANIZAÇÕES E PESSOAS. **As mulheres nas instituições policiais**. 2015. Disponível em < http://www.forumseguranca.org.br/files/files/MulheresInstituicoesPolicias_final.pdf >. Acesso em 24 set 2015.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos). 474p.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo : Martins Fontes, 2008.(Coleção Tópicos). 572p.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva. 2010, 311p.

HIRATA, Helena. e KERGOAT, Daniela. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, A., SORJ, B., BRUSCHINI, C., HIRATA, H. (org) **Mercado de trabalho e gênero, comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 420p. _____ e GUIMARÃES, Nadya A. Introdução. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya (orgs). **Cuidado e Cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012, pp. 1-11.

KNEIPP, M.; CARUSO, M. **Batom na caveira: uma conversa exclusiva com as únicas quatro mulheres do Bope**. Revista online da Marie Claire disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI259459-17737,00-BATOM+NA+CAVEIRA+UMA+CONVERSA+EXCLUSIVA+COM+AS+UNICAS+QUATRO+MULHERES+DO+BO.html>> Acesso em 05 dez.2012.

LEINER, Piero C. **Meia volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV, 1997. 124 p.

LESSA, M.L. **A história da mulher na Polícia Bandeirante**. Disponível em < <http://www.comseguranca.com.br/novo/mulherpolicial.htm> >. Acesso em 30 set. 2013.

LIMA, Roberto Kant de. “**Direitos civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”**”: a formação policial em questão.

_____ **A tradição inquisitorial, Cultura jurídica e práticas policiais.**

Disponível em <

www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs_04.htm > Acesso em 16 de dez. de 2013.

_____ ; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula M. Violência, criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia. **BIB**, Rio de Janeiro, n.º 50, 2.º semestre de 2000, pp. 45-123 45.

LIMA, Renato S. BORGES, Doriam. Estatísticas criminais no Brasil. In: Lima, Renato S; Rattton, J. L.; Azevedo, Rodrigo G. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, pp 213-226.

LOCHE, A. **A letalidade da ação policial**: parâmetros para análise. Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, n. 17, jul/dez 2010.

LOMBARDI, Maria Rosa. **As Mulheres nas Forças Armadas brasileiras**: a Marinha do Brasil / Maria Rosa Lombardi; Cristina Bruschini; Cristiano M. Mercado. São Paulo: FCC/DPE, 2009.

MACEDO, Henrique L. **Confrontos de ROTA**: a intervenção policial com “resultado de morte” no estado de São Paulo. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2015. 202p.

MINAYO, Maria Cecília S. Vitimização policial. In: Lima, Renato S; Rattton, J. L.; Azevedo, Rodrigo G. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, pp 519-526.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Mulheres nas Instituições de Segurança Pública**: Estudo Técnico Nacional. Brasília – 2013.

MOLINIER, Pascale, “Ética e trabalho do care”, in: HIRATA, H., GUIMARÃES, N. (Orgs.). **Cuidado e cuidadoras**. As várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012, pp. 29-43.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**: sociologia da força pública. São Paulo: EDUSP, 2003. (Série Polícia e Sociedade, 10).

MOREIRA, Rosemeri. Sobre Mulheres e Polícias: **A construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964)**. 2011. 127 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

_____ **Sobre Mulheres e Polícias**: A construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964). 2011. 127 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

_____ ; WOLF, C.S. **Ditadura militar e a face maternal da repressão**. Dossiê gênero, feminismo e ditaduras. Ano X, n. 21, 2º. Semestre 2009, (56-65).

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JUNIOR, Domício. Mandato policial. In: Lima, Renato S; Rattton, J. L.; Azevedo, Rodrigo G. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, pp 491-502.

NEME, Cristina. **A Instituição Policial na Ordem Democrática**: o caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo. 1999. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

NETO, Paulo .M. Policiamento Comunitário e Prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. **São Paulo em Perspectiva**, 18(1): 103-110, 2004.

NEVES, Genivaldo S. **A Presença da policial feminina com características afro-decendentes na Polícia Militar da Bahia**. 2008. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

PAIXÃO, Antonio .L. **A organização policial numa área metropolitana**. Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 25, n 1, 1982, pp. 63 – 85.

PEREIRA, Luciana B. S. **“MULHERES FARDADAS”**: a participação feminina na polícia militar do Maranhão. 2009. Monografia. (Licenciatura em História). Universidade Estadual do Maranhão. São Luís. 2009.

PERTICARRARI, Daniel. **Foi com o trabalho que me tornei homem**: trabalho, gênero e geração. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2007. 165p.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a categoria mulher?. In: Algranti, Leila Mezan. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002, v. 48, p. 7-42.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n 3, 1989, pp 3-15.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Polícia Feminina do Estado de São Paulo**: 12 de maio de 2010: 55 anos de criação da Polícia Feminina. Disponível em < http://www.polmil.sp.gov.br/inicial.asp?OPCAO_MENU=LINK&txtHidden=813&flagHidden=D&SelAssunto=Ve%EDculo+localizado&txtPlvChave=&txtPlacaVeiculo= >. Acesso em 30 set. 2013.

PONCIONI, Paula. **Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil**. Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 1, Edição 1, 2007.

PRUVOST, Geneviève. Des femmes dans um “métier d’homme”. De la Brigade des mineurs à la Police nationale, 1935-1983. **Les Cahiers de la sécurité intérieure**, 45, 3º trimestre, 2001, p. 89- 109. _____. "de la Sergote à la femme flic: une autre histoire de l'institution policière 1935-2005". LA DECOUVERTE; LA DECOUVERTE edition, France. 2008. 312 p.

QUÉTEL, Claude. **As mulheres na guerra – 1939-1945**. São Paulo: Larouse do Brasil, 2009, 247p.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, 376p. Série Polícia e Sociedade.

SÁ, Leonardo D. **Os filhos do Estado**: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da política militar do Ceará. 2002. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002: Nucleo de Antropologia da Política. (Coleção Antropologia da Política v. 15). 145p.

SCHACTAE, Andréa M. **Farda e batom, arma e saia**: a construção da Polícia Militar feminina do Paraná (1977-2000). Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011. 282 p.

SCOTT, Joan.W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

_____. A invisibilidade da experiência. **Proj História**, São Paulo, (16), fev, 1998, 297-325.

_____ O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 2016, janeiro-abril, 2005, pp 11-30.

SILVA, Cristina R. **A casa e o quartel**: uma análise antropológica sobre o Exército e a Família na Academia Militar das Agulhas Negras. Dissertação. (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2010, 178p.

SILVEIRA, M.N.B. **Delegadas de polícia**: profissionalismo e gênero. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2011.

_____ **As delegadas de Polícia de São Paulo**: profissão e gênero. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia. Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

SINHORETTO, Jacqueline. Controle social estatal e organização do crime em São Paulo. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 - no 1 - JAN/FEV/MAR 2014 - pp. 167-196.

SOARES, Barbara. M.; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais**: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 307 p. Coleção Segurança e Cidadania, 3.

_____ **Polícia e Gênero: presença feminina nas PMs brasileiras**. Boletim de Segurança e Cidadania. Ano 02/nº 04 – abril de 2004. 1-16 p.

SOUZA, Marcos S. "**Sou policial, mas sou mulher**": gênero e representações sociais na Polícia Militar de São. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP : [s.n.], 2014. 441 p.

SOUZA, Luís Antônio .F.; OLIVEIRA, I.V.; FERREIRA, G.L. O sistema policial no estado de São Paulo e o processo de reforma pós-redemocratização. In: SOUZA, L.A.F., org. **Políticas de segurança pública no estado de São Paulo**: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 219 p. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

TAVARES DOS SANTOS, Jose Vicente; FACHINETTO, Rochele Fellini; TEIXEIRA, Alex Niche. Configurações e obstáculos: as mulheres na segurança pública. **Revista brasileira de segurança pública**| São Paulo v. 6, n. 2, 312-335 Ago/Set 2012.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 207 p.

Apêndice

Roteiro de entrevista semiestruturada utilizado na pesquisa

1) Dados pessoais:

Estado civil;

Se possui filhos, quantos?;

Escolaridade;

Data de entrada na PM;

Patente/Posto/Função atuais;

Funções exercidas anteriormente na PM.

2) História de vida:

Possuía alguma ocupação antes de ingressar na PM?

Por que a PM?

Reações de familiares e amigos;

Houve algum tipo de ritual de iniciação?

Como se deu a escolha de tal profissão? Em que ano prestou o concurso para a PM?

Quais características da atuação policial foram levadas em consideração na escolha?

Há influência familiar? Foi uma escolha ao acaso? Quais ideais se tinha? Quais as expectativas?

3) Torna-se policial feminino:

Experiências no curso de formação;

Algo causou estranhamento?

Escolha do Batalhão;

Perfil ideal de um policial (tem diferença entre feminino e masculino?);

Cotidiano da função;

Como/qual foi a primeira ocorrência?

Quanto tempo esta na PM? O que a levou a escolher a PM? Por que se encontra na determinada funções? O quanto o curso de formação ajudou nessa atuação/função?

Como é a relação com seus pares? Como é a relação com a população? Quais desafios e moralidades são mobilizados no cotidiano da atuação?

4) Construção da carreira:

Expectativas ao mudar de patente;

Quais cursos realizados (dentro e fora da PM);

Alguma função que gostou mais? E menos?

Relação com superiores/subordinados;

Como foi o processo de unificação dos quadros em sua experiência?

Como foram os primeiros anos na atuação policial? Como era a relação com os colegas de profissão? Como era a relação com os superiores? Como eram os alojamentos? Teve que mudar o comportamento que tinha até então? O que mais te causou estranhamento?

5) Pontos positivos da carreira militar;

Pontos negativos da carreira militar;

Qual maior medo ao exercer sua função?

Houve mudanças na situação do policial feminino desde sua entrada?

Sofreu preconceito por ser PM feminino? De quem?

Percebeu mudanças na PM a partir da entrada de mulheres?

Como se deu a eliminação de cotas para mulheres no concurso para soldados?

Quais as principais escolhas na construção da carreira? Atuou “na rua” ou no trabalho administrativo? Por que escolheu um ou outro? Quais mudanças identificou com o passar do tempo? Conforme subia de patente, como se dava a relação com superiores e subordinados? Quais principais divergências percebeu ao longo do tempo? Como foram construídas as políticas de segurança pública? Qual a participação da PM nessas políticas? Qual o grau de autonomia na atuação policial? Como e o quanto a vida pessoal interviu nas escolhas da carreira?

Houve mudanças na PM ao longo dos anos de sua permanência? O que achou delas?

Em comparação com o início da carreira, como ficaram seus ideais iniciais? Como lidou com suas questões de vida pessoal? Como as expectativas iniciais se deram ao longo dos anos? O que entende das práticas e discursos da instituição? O que mudaria hoje na PM?